



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LETRAS LICENCIATURA A DISTÂNCIA
HABILITAÇÃO: PORTUGUÊS**

MACEIÓ – AL, 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LETRAS LICENCIATURA A DISTÂNCIA
COM HABILITAÇÃO EM PORTUGUÊS**

Elaborado em Julho de 2012.

Atualizado em 2016 para se adequar às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial Superior para os cursos de Licenciatura nº 2, de 1º de julho de 2015 e ao novo regime instituído na UFAL a partir de 2014, com a Resolução nº 59/2014.

Reelaborado em 2108, para se adequar às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial Superior para os cursos de Licenciatura nº 2, de 1º de julho de 2015 e à Resolução nº 06/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018.

Equipe de elaboração do projeto: docentes da Faculdade de Letras

Participação nas discussões para a elaboração: docentes, técnicos e discentes.

MACEIÓ – AL, 2019

REITORA: Maria Valéria Costa Correia

VICE-REITOR: José Vieira da Cruz

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO: Sandra Regina Paz da Silva

COORDENADOR INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:

Diego de Oliveira Souza

DIRETORA DA FACULDADE DE LETRAS – FALE: Rita de Cássia Souto

Maior Siqueira Lima

VICE-DIRETOR DA FACULDADE DE LETRAS – FALE: Niraldo de Farias

Sumário	
1. Colegiado do curso.....	06
2. Núcleo docente estruturante.....	08
3. Dados gerais de identificação.....	09
4. Dados de identificação do curso.....	10
5. Dados do coordenador do curso.....	11
6. Introdução.....	12
6.1 Contexto institucional.....	12
6.2 Contexto regional.....	13
6.3 Apresentação da proposta.....	14
6.4 Justificativa	16
6.4.1 A realidade educacional brasileira	16
6.4.2 A realidade educacional alagoana	19
6.5 Histórico do curso	26
7. Inserção do curso na faculdade de letras	29
7.1 A faculdade de letras.....	29
7.2 A área de letras: concepções.....	32
7.2.1 Modelos teóricos de interpretação da linguagem humana e abordagens teórico-práticas...	32
7.2.2 As literaturas no curso de Português EAD..	34
7.2.3 À título de conclusão.....	37
7.3 O curso de Letras e responsabilidade social.....	38
7.4 Letras e internacionalização.....	40
7.5 Letras: acessibilidade e inclusão.....	40
7.6 Política de cotas.....	44
7.7 Letras e transversalidade.....	45
7.8 Letras e dimensão ambiental.....	46
7.9 Atividades de extensão no curso de Letras.....	48
8. Organização administrativo-pedagógica.....	49
8.1 Formação de professores e tutores para o exercício da modalidade a distância.....	54
8.2 Ambiente virtual de aprendizagem: recursos, ferramentas, materiais.....	55
8.3 Elaboração de materiais didáticos e gerenciamento de dados.....	56
8.4 Recuperação de estudos, trancamentos, transferências, permanência do aluno no curso.....	59
8.5 Apoio ao discente.....	59
8.5.1 Apoio pedagógico.....	61
8.5.2 No âmbito do curso.....	61
8.6 Procedimentos preventivos da evasão.....	62
8.7 Sistema de tutoria.....	63
9. Perfil do egresso.....	65
10. Habilidades, competências e atitudes.....	65
11. Objetivos do curso.....	68
12. Campos de atuação.....	69
13. Processo seletivo.....	70
14. Avaliação.....	70
14.1 Avaliações do curso feitas pelo corpo docente e discente.....	71
14.2 Avaliação da aprendizagem na educação a distância.....	72
14.3 Avaliação do projeto pedagógico do curso.....	74
15. Organização didático-pedagógica.....	76
15.1 Núcleo de estudos de formação geral (NFG)	76
15.2 Núcleo de aprofundamento e diversificação sobre a língua e suas literaturas (NAD).....	79
15.2.1 Núcleo de aprofundamento.....	79
15.2.2 Núcleo de formação para a diversificação e docência.....	80
15.3 Núcleo de estudos integradores	82
16. Práticas pedagógicas.....	88
17. Atividades curriculares de extensão.....	90
18. Ordenamento curricular.....	102

19. Integração com a rede pública de ensino.....	104
19.1 Estágio supervisionado.....	104
20. Trabalho de conclusão de curso	110
21. Ementas e bibliografias das disciplinas obrigatórias.....	111
22. Ementas e bibliografias das disciplinas eletivas.....	134
23. Viabilização do curso: dados dos polos e recursos.....	138
24. Corpo docente da FALE, do CEDU e quadro técnico-administrativo.....	143
25. Referências.....	147
Anexos	149
Anexo I: Parecer CNE/CES 492/2001.....	149
Anexo II: Resolução CNE/CES 18/2002.....	153
Anexo III: Resolução CNE/CP 2/2002.....	154
Anexo IV: Decreto n. 5.626/2005.....	155
Anexo V: Resolução 001/2017 TCC FALE.....	162
Anexo VI: Resolução n. 004/2012 – FALE - Normas para realização do Estágio Supervisionado.....	169

	Lista de quadros, gráficos e tabelas:	P.
Tabela 1	Composição do colegiado	07
Tabela 2	Integrantes do NDE	08
Tabela 3	Vagas ofertadas por polo	15
Gráfico 1	Distribuição de alunos nas graduações da Faculdade de Letras	31
Gráfico 2	Distribuição de alunos nas pós-graduações da Faculdade de Letras	31
Tabela 4	Transversalidade: períodos e disciplinas	45
Tabela 5	Componentes do Núcleo de Estudos de Formação Geral	79
Tabela 6	Componentes do Núcleo de Aprofundamento	80
Tabela 7	Componentes do Núcleo de formação para a diversificação e docência	81
Tabela 8	Barema com as atividades teórico-práticas complementares	82
Quadro 1	Ordenamento curricular: conteúdos e núcleos	87
Tabela 9	Das Práticas	88
Tabela 10	Disciplinas que compõem a dimensão pedagógica	89
Tabela 11	ACE 01	92
Tabela 12	ACE 02	94
Tabela 13	ACE 03	96
Tabela 14	ACE 04	98
Tabela 15	ACE 05	100
Tabela 16	Atividades curriculares de extensão	101
Tabela 17	Ordenamento curricular por períodos	102
Tabela 18	Distribuição da carga horária do curso	104
Tabela 19	Corpo docente da FALE	144
Tabela 20	Corpo docente do CEDU	145
Tabela 21	Servidores técnicos da FALE	145

1. COLEGIADO DO CURSO

[Portaria nº 101, DE 03 DE MAIO DE 2019]

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo para os assuntos relacionados à política de ensino, pesquisa e extensão do curso de graduação em conformidade com as diretrizes definidas no Regimento Geral da UFAL de 30/01/2006, Título II Capítulo V, Seção II, Art. 25 e 26 e a Portaria Nº 559 de 28 de junho de 2001.

O colegiado é renovado periodicamente, de dois em dois anos, sendo constituído por quatorze integrantes, sete titulares e sete suplentes, considerando dez professores/as do curso, dentre eles o coordenador e o vice coordenador, dois técnicos e dois representante discentes.

As reuniões ordinárias são convocadas com antecedência mínima de 48 horas pela coordenação do curso mediante calendário estabelecido a cada início de ano e as extraordinárias, a critério da coordenação ou por requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros.

Após cada reunião lavra-se a ata, que é discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo coordenador e assinada por todos. De acordo com o Art. 26, do Regimento Geral da UFAL, são atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;

II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;

IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;

V. exercer outras atribuições compatíveis.

A nova gestão do colegiado (03/2019-02/2021) é composta por:

Tabela 1: Composição do Colegiado

Docentes Titulares
Prof. Dr. Jair Gomes de Farias (coordenador)
Prof. Dra. Sonia Cristina Simões Felipeto (vice coordenadora)
Prof. Dra. Fabiana Pincho de Oliveira
Prof. Dra. Adna de Almeida Lopes
Prof. Dr. Francisco Jadir Lima Pereira
Docentes Suplentes
Prof. Ma. Jacqueline Elizabeth Vásquez Araújo
Prof. Dr. Jozeph Fernando Soares Queiroz
Prof. Dra. Ana Clara Magalhães de Medeiros
Profa. Dra. Eliane Barbosa da Silva
Profa. Dra. Telma Moreira Viana Magalhães
Representantes Técnico-administrativos
Rivanilda Lopes de Araújo (titular)
Jorge Henrique Silvestre Barbosa (suplente)
Representantes Discentes
Lívia Maria dos Santos (titular)
Núbia Marculino da Silva Melo (suplente)

2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

[Aprovado pelo Conselho da Faculdade de Letras em 10 de abril de 2015]

[Portaria n. No 109, DE 17 DE MAIO DE 2019]

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi criado considerando as orientações contidas na Portaria MEC nº. 147/2007, de 02/02/2007, bem como a Resolução CONAES nº. 01/2010 e o Parecer nº. 04/2010, de 17/06/2012, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que tratam de sua normatização, princípios, criação e sua finalidade e, por fim, a resolução nº 52/2012-CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012, que institui o núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de graduação da UFAL.

O NDE do Curso de Letras EAD é composto por 6 professores (conforme Portaria nº 109, DE 17 DE MAIO DE 2019, 10, publicado no BP/UFAL em 20/05/2019). Seus membros atuam em tempo integral, todos possuem doutorado e tanto a coordenação, quanto a vice coordenação o compõem. O NDE atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho.

São seus integrantes:

Profa. Dr. Jair Gomes de Farias	Coordenador do curso
Profa. Dra. Sonia Cristina Simões Felipeto	Vice Coordenadora do curso
Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho	Professor do curso
Prof. Dr. Paulo Leôncio da Silva	Professor do curso
Prof. Dr. Murilo Cavalcante Alves	Professor do curso
Profa. Dra. Adna de Almeida Lopes	Professora do curso

Tabela 2: Integrantes do NDE

3. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Município-sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió - Alagoas (AL)

CNPJ: 24.464.109/0001-48

Endereço do campus sede: Rodovia BR 101, Km 14 - Campus AC Simões
- Av. Lourival de Melo Mota, s/n, Cidade Universitária

Tabuleiro do Martins

CEP: 57072-970 Maceió - AL

Telefone: (82) 3212-1001 (Central)

Portal eletrônico: www.UFAL.edu.br

E-mail: reitoria@UFAL.br

4. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

IES: 577 - Universidade Federal de Alagoas

Nome do Curso: Letras com habilitação em Português

Endereço para correspondência:

BR 104 Km 97 – Campus A.C. Simões

Número: S/N

Complemento: Cidade Universitária

Bairro: Tabuleiro do Martins

CEP: 57072-970

Município: Maceió - AL

Telefone: (082) 3214-1354

E-mail: portuguesfalead@gmail.com

Modalidade: ensino a distância - EAD

Regime escolar: regime de créditos e semestral

Carga horária total: 3.560 HORAS

Duração:

Mínima - 8 semestres

Máxima - 12 semestres

Número de vagas: 150 (distribuídas em 5 polos)

Dimensão das turmas: 30 alunos

Turnos de funcionamento: diurno

Dados de Aprovação do Projeto do Curso de Letras Português do sistema UAB/MEC com implantação em 2014:

Documento: processo n. 003941/2012-98

Resolução n. 19/2012 - CONSUNI-UFAL de 09.04.2012.

Portaria de Reconhecimento: Portaria Ministerial n. 846 de 29.11.2018

Início de funcionamento: Janeiro de 2014

5. DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

Nome: Jair Gomes de Farias

CPF: 031.836.524-39

RG: 1.443.058 SSP AL

Matrícula SIAPE : 2503447

Fone: (82) 9.8183-6178

E-mail: jair.farias@fale.ufal.br

Formação Acadêmica: Doutor em Linguística

Graduação: Licenciatura em Letras

Tempo de exercício na UFAL: 13 anos

Tempo de exercício na função de coordenador: a partir de 10.05.2019

Tempo de exercício na docência do ensino superior: 13 anos

O regime de trabalho do coordenador do curso é de 40 h em dedicação exclusiva. Para a atividade de coordenação é destinada, em média, uma carga horária de 3 horas na função. Na prática, o coordenador mantém contato direto com os alunos através, principalmente, de grupos de Whatsapp e e-mail, intermediando a relação dos alunos com professores e tutores. Também são realizadas visitas semestrais aos polos, momentos em que, inicialmente, é realizada uma reunião conjunta e, após, individualmente, nas salas de professores ou de coordenação.

O coordenador colabora na confecção do edital de seleção de professores e tutores, convoca os professores selecionados, apresenta-lhes a ementa das disciplinas, associa-os às suas disciplinas no SIEWEB. A PROGRAD – Pró reitoria de graduação, oferece todo o suporte nesta fase.

Em havendo verba para a produção de materiais, o coordenador contata os professores conteudistas e faz a intermediação com a equipe multidisciplinar da CIED, estabelecendo prazos para que o material seja concluído e distribuído aos alunos, nos polos.

Antes do início de cada período, é realizada uma reunião com os professores e outra com os tutores. As demandas que surgem ao longo do curso são levadas ao Colegiado e, em caso de necessidade, ao Conselho da Unidade, onde o coordenador possui cadeira permanente.

6. INTRODUÇÃO

6.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, com CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 54 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos, todos presenciais.

De acordo com a UFAL em números¹, em 2017 contávamos com 99 cursos de graduação, 57 cursos de pós-graduação stricto sensu e 22 unidades acadêmicas nos três campi e nas 4 unidades de ensino. São 1605 professores efetivos, 1777 técnicos, 32. 7733 estudantes de graduação e 1799 de pós-graduação.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. Hoje temos 375 grupos de pesquisa vinculados à instituição. A extensão contribui com diversos

¹Dados da UFAL em números: <https://numeros.UFAL.br/>

programas e, também, é uma atividade em constante expansão. Em 2017, contávamos com 268 projetos de extensão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada). Além dos cursos de graduação e pós-graduação acadêmicos (14 doutorados e 31 mestrados), ainda registram-se 10 mestrados profissionais.

Muitas ações vinculadas às demandas sociais são debatidas, formuladas e aprovadas na instituição como forma de uma atuação ético-crítica. A exemplo dessa atuação, há a implementação, desde de 2016 (a partir da resolução número 29/2016 – CONSUNI/UFAL, de 06 de junho de 2016) do nome social. Em formulário próprio, o aluno de graduação, extensão ou pós-graduação pode solicitar o registro de seu nome social junto à instituição.

Além dos cursos de graduação presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação à Distância e 12 especializações através do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB².

6.2 CONTEXTO REGIONAL

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2015 do IBGE, apresentava população residente 3.340.932 habitantes, sendo 58,3% em meio urbano e 41,7% em meio rural.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

² Fonte: <http://www.UFAL.edu.br/cied>

Com a interiorização a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 12.335,00 em 2014, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 66,35 %. Os restantes 33,65% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

6.3 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Este documento tem por objetivo apresentar o Projeto Pedagógico do Curso de Português - Licenciatura na modalidade a distância para atender à demanda da Formação de Professores da Educação Básica Pública (PARFOR) e demanda social. Na entrada pelo PARFOR, os professores devem estar em exercício na Educação Básica Pública, há pelo menos três anos, conforme a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto no 6.755, de 29 de janeiro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, e PARFOR, instituído por meio da Portaria Normativa nº 9, de 30 de junho de 2009, do Ministério da Educação.

De acordo com essa portaria, o PARFOR é uma ação conjunta do Ministério da Educação, por intermédio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), com a finalidade de atender à demanda por formação inicial e continuada dos professores das redes públicas de educação básica (Resolução CNE/CEB 4/2010).

Este Projeto Pedagógico está desenvolvido em consonância com as especificações legais relativas à oferta de curso de Letras, como Primeira Licenciatura, para Professores da Educação Básica Pública (Resolução CNE/CP nº

2/2015; Resolução CNE/CP nº 01/2002; Decreto CNE 6755/2009; Resolução CNE/CP 02/2002; Resolução CNE/CES 18/2002; e Parecer CNE/CES 492/2001).

Para atender à demanda social e do PARFOR, atingindo o maior número de pessoas interessadas nesta qualificação, este Curso será desenvolvido na modalidade a distância. Como parte desse plano, e considerando o edital nº 5/2018 (CAPES/UAB), decidiu-se que a FALE ofereceria um total de 150 vagas, conforme quadro a seguir, que engloba o conjunto dos polos em que as vagas serão oferecidas.

Tabela 3: Vagas ofertadas por polo:

CURSO	TIPO DE FORMAÇÃO	MOD.	UF	POLO/ MUNICÍPIO	N. VAGAS
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	MACEIÓ	30
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	MARAGOGI	30
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	30
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	CAJUEIRO	30
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	30

A modalidade a distância apresenta objetivos similares àqueles do ensino presencial, porém, com dinâmica, filosofia e concepções (do que seja professor, aluno, avaliação) distintas daquela modalidade de ensino. Entretanto, deseja-se manter, dentro das possibilidades, as concepções historicamente construídas ao longo da consolidação da FALE.

É preciso compreender que a Educação a Distância (EAD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou ainda, como possibilidade apenas de emprego de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na prática docente e no processo formativo dos estudantes. Tem-se de considerar que não existe uma metodologia de EAD e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EAD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EAD.

6.4 JUSTIFICATIVA

6.4.1 A realidade educacional brasileira

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2010, o acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade, e amplia os horizontes e as perspectivas de vida (Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, 2010).

Por outro lado, o diagnóstico do abandono dos processos de aprendizagem na sociedade brasileira também é abundante. A sinopse da Educação Básica do ano 2010, que integra estudo do IBGE sobre indicadores sociais³ mostra que de 2000 para 2010, no País, houve expressivo crescimento na frequência à escola ou creche das crianças de até 5 anos de idade: de 9,4% para 23,5%, no grupo etário de 0 a 3 anos, e de 51,4% para 80,1%, no de 4 ou 5 anos.

Em 2010, na população de 6 a 14 anos de idade, 96,7% frequentavam escola, 1,3% nunca frequentou escola ou creche, e 2,0% não frequentavam, mas já haviam frequentado. Assim, em 2010, havia 966 mil crianças e adolescentes desse grupo etário que não estavam frequentando escola no País. O percentual de mulheres que não frequentavam escola na população feminina de 6 a 14 anos de idade ficou em 3,1%, enquanto que esse indicador para o contingente masculino foi de 3,5%.

Em área rural, a parcela do grupo etário de 6 a 14 anos que não frequentava escola atingiu 5,0% e, em área urbana, ficou em 2,9%.

Nas Grandes Regiões, as diferenças entre os resultados das áreas urbana e rural foram todas substanciais. Na área urbana, o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos de idade que não frequentavam escola variou de 14,4%, na Região

³ O estudo tem capítulos específicos sobre educação, saúde, domicílios, trabalho e rendimentos, cor, mulheres, idosos, crianças, adolescentes e jovens. Os dados são, principalmente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2010.

Sudeste, a 17,9%, na Região Sul, enquanto que na rural foi de 20,0%, na Região Nordeste, a 25,8%, na Região Norte.

Considerando as pessoas de 25 anos ou mais de idade, que tinham, portanto, idade suficiente para terem concluído curso superior de graduação, observou-se que 49,3% eram sem instrução ou não tinham sequer concluído o ensino fundamental, enquanto 11,3% tinham pelo menos curso superior de graduação completo. Nas Regiões Norte e Nordeste o nível de instrução foi menor que nas demais, o que pode ser percebido pelo percentual referente à parcela das pessoas que tinham pelo menos curso superior de graduação completo. Esse indicador ficou em 7,6%, na Região Norte, e 7,1%, na Nordeste e, nas demais, variou de 12,1% a 13,7%. Observou-se, ainda, que o percentual referente à parcela sem instrução ou com o fundamental incompleto das Regiões Norte e Nordeste superou sensivelmente os das demais.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, 83,3% dos jovens de 15 a 17 anos de idade eram estudantes, sendo que apenas 47,3% deles estavam cursando o ensino médio. Esse valor representa a taxa média de frequência líquida a esse nível de ensino, isto é, a proporção de jovens que estavam cursando o nível educacional adequado a sua faixa etária. Entretanto, o valor médio não evidencia a heterogeneidade que permeia o território brasileiro. As Regiões Sul e Sudeste se encontravam em melhor situação, especialmente quando comparados com as Regiões Norte e Nordeste, onde a concentração de municípios que destoam da taxa média nacional é maior.

Outro indicador relevante para retratar a vulnerabilidade dos jovens é a taxa de abandono escolar precoce, isto é, a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade que não haviam completado o ensino médio (desde aqueles sem instrução até os com ensino médio incompleto) e que não estavam estudando. Houve uma queda de 11,5% pontos percentuais dessa taxa de 2000 a 2010, passando de 48,0% para 36,5%. Entretanto, o Brasil ainda possui uma taxa média de abandono escolar precoce quase três vezes maior do que a média de 29 países europeus selecionados, sendo que sua incidência é significativamente maior entre os homens.

Uma parcela significativa dos jovens de 18 a 24 anos de idade que não concluíram o ensino médio abandonou a escola após ingressar nesse nível, isto é, 21,2%. Entretanto, uma proporção ainda maior deles havia abandonado a escola sem

completar o ensino fundamental (52,9%). Futuramente, esses jovens podem se tornar um grupo mais suscetível à exclusão social.

Os resultados de 2000 em confronto com os de 2010 mostraram a evolução da escolarização e do nível de instrução no País. Houve, ainda, sensível declínio no percentual de pessoas que não frequentavam escola no contingente de 7 a 14 anos de idade e no de 15 a 17 anos de idade. Em ambos os grupos etários, a redução ocorreu tanto para a população feminina como para a masculina e, também, nas áreas urbana e rural.

Cabe ressaltar que, de 2000 para 2010, a queda neste indicador da área rural foi nitidamente maior que o da área urbana, para ambos os grupos etários.

O contínuo aumento da escolarização é um fator importante para elevação do nível de instrução da população. Considerando as pessoas de 25 anos ou mais de idade, verificou-se que, no País, de 2000 para 2010, o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto em área urbana caiu de 58,8% para 44,2% e, em área rural, de 90,3% para 79,6%. Na população masculina, a queda foi de 64,8% para 50,8%, e na feminina, de 63,4% para 47,8%.

O censo 2010 mostrou que uma entre cinco pessoas são analfabetas funcionais. A porcentagem é de 20,3% de analfabetos funcionais. Em 2012, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa divulgaram o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) entre estudantes universitários do Brasil e este chega a 38%^[4], refletindo o expressivo crescimento de universidades de baixa qualidade durante a última década.

Esses índices tão altos de analfabetismo funcional no Brasil devem-se à baixa qualidade dos sistemas de ensino público, à falta de infraestrutura das instituições de ensino (principalmente as públicas) e à falta de hábito e interesse de leitura do brasileiro. Em alguns países desenvolvidos e/ou com um sistema educacional mais eficiente, esse índice é inferior a 10%, como na Suécia, por exemplo.

Isso significa dizer que, apesar de o país ter oferecido, nos últimos 60 anos, cerca de uma dezena de programas de abrangência nacional, cuja meta era o fim do analfabetismo, a alfabetização da totalidade de jovens e adultos ainda não está assegurada. Ainda mais difícil de ser alcançado é um nível satisfatório de letramento que possa assegurar aos egressos desses programas o pleno exercício de sua cidadania.

No que diz respeito à formação do/a professor/a, as tentativas de solucionar o problema através de orientações globalizantes são fadadas a se transformar em manuais de normas e direcionamentos a serem reproduzidas na prática. Em certos casos, nem mesmo essa reprodução é executável conforme os dados mencionados deixam supor.

Esse cenário exige um posicionamento efetivo, no que se refere à formação de professores de línguas e literaturas, considerando que todos os problemas apresentados nos dados estatísticos fazem menção explícita à relação precária entre o falante e a instância linguístico-discursiva. Nessa direção, vale destacar a urgência em articular teoria e prática, bem como saberes reconhecidos e aqueles do cotidiano das práticas sociais nos currículos de Letras, permitindo que o trabalho realizado na instituição de ensino ultrapasse o nível de reprodução de conhecimentos informativos e normativos sobre as línguas e literaturas.

Dentro deste cenário, o problema maior está na região Nordeste, onde a taxa de analfabetismo funcional chega a 30,8%. Em Alagoas, dados do IBGE de 2017 mostram que a taxa de escolarização de pessoas entre 18 a 24 anos atinge apenas 28,7%. Já a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais é de 18,2% e, entre pessoas maiores de 60 anos de idade, chega a 42,2%⁴. A taxa de desocupação de pessoas (nem ocupada, nem estudando) na faixa etária de 15 a 29 anos é estarrecedora: 35,7%. Abaixo, descreve-se mais detalhadamente a realidade educacional alagoana.

6.4.2 A realidade educacional alagoana

O nordeste é uma das regiões em que a educação ainda apresenta muitas dificuldades. Alagoas, particularmente, chega à segunda metade da década de 90, período do advento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB) com um quadro bastante crítico. Esse panorama irá se agravar ainda mais a partir do momento em que a maioria dos prefeitos, interessados no valor per capita atribuído pelo FUNDEB ao estudante do ensino

⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/10070/62888>

fundamental, define como diretriz central das suas políticas de escolarização o recrutamento do maior número possível de estudantes para suas redes, não importando as condições disponíveis para tanto.

No final dos anos 90, tanto a rede pública estadual, como as redes municipais, com raras exceções, indicavam grandes lacunas no acesso escolar e na qualidade do ensino, expressas pela inexistência de uma política educacional pensada para o estado como um todo, que tratasse de forma integrada e com financiamento adequado, as dimensões da matrícula, das condições de funcionamento das redes, da cuidadosa alocação e adequada formação dos trabalhadores da educação, de uma linha de ação pedagógica construída, assumida e avaliada coletivamente, bem como de uma previsão realista de financiamento.

Hoje, embora a Educação Pública se apresente com algumas novas características, a partir de alterações na forma de financiamento, via FUNDEB, e até de mudanças no plano político-institucional do estado de Alagoas, é possível, ainda, identificar necessidades de mudanças urgentes e profundas na forma de conceber e encaminhar as políticas educacionais.

Segundo o diagnóstico feito pelo Plano Estadual de Educação (PEE) 2006-2015, em Alagoas, ainda existem mais de 403 mil adolescentes cujos níveis de escolaridade e renda limitam suas condições de desenvolvimento pessoal, enquanto comprometem o futuro do Estado. Esse é o número de alagoanos e alagoanas, com idade entre 12 e 17 anos, que pertencem a famílias com renda per capita menor do que meio salário mínimo e têm pelo menos 3 anos de defasagem em relação ao nível de escolaridade correspondente a sua faixa etária. Dados do Censo 2017 mostram que o quadro de analfabetismo no Brasil tem melhorado. Em dez anos, a taxa dos que não sabem ler nem escrever caiu quase quatro pontos percentuais, mas, no entanto, a situação ainda é bem ruim no Nordeste. E Alagoas é o Estado com a maior taxa de analfabetismo: tem 18,2% da população com mais de 15 anos de idade analfabeta.

A taxa no Estado é quase o dobro da nacional (9,6%). Em 2000, a situação era muito pior. O índice registrado no Censo de 2000 chegava a 31,8%. Em 10 anos, o Estado conseguiu reduzir a taxa em pouco mais de 10%.

Enquanto isso, contrariando a legislação, existem milhares de crianças e adolescentes em Alagoas, entre 10 e 14 anos que trabalham, premidos pela baixa renda de suas famílias. Se o trabalho infantil é expressivo, o que dizer dos

adolescentes entre 15 e 17 anos que também já se encontram aos milhares inseridos no mundo do trabalho? A maioria deles efetua trabalhos precários e mal remunerados, cumprindo jornadas de trabalho excessivas que comprometem as possibilidades de realizar, com sucesso, sua educação básica, privando-os, ainda, de ter acesso ao lazer e à cultura, além de outras vivências próprias da idade.

Garantir uma educação básica para os jovens excluídos é, hoje, inquestionavelmente, um dos meios de reverter esse quadro social, considerando que um dos atributos mais valorizados neste mundo em que vivemos é a posse de uma escolarização suficiente para dar conta da cultura letrada e das respectivas tecnologias que permeiam todas as instâncias da vida social. Sabemos que, por si só, a Educação não pode resolver os crônicos problemas sociais alagoanos que decorrem, antes de mais nada, da forma como vem se dando a posse da terra, com a predominância da monocultura e a pouca eficiência da produção agrícola e industrial. No entanto, a educação escolar pode congrega esforços com os demais setores sociais que buscam dar conta das variáveis socioeconômicas e políticas acima referidas, no intuito de contribuir significativamente para melhorar o padrão de vida dos cidadãos e das cidadãs alagoanos.

Em 2018, a CAPES lança a nota técnica No 5/2018/CGPC/DED, em que apresenta os procedimentos de seleção e distribuição de vagas (Edital 5/2018) para a articulação de cursos do Sistema Universidade Aberta do Brasil das propostas de ofertas com início previsto para 2019. A justificativa para essa articulação destaca que:

O programa visa expandir e interiorizar oferta pública de cursos superiores, atendendo professores da educação básica que buscam oportunidades de formação gratuita e o público em geral que por residirem em municípios interioranos possuem pouco acesso ao Ensino Superior. Considerando que grande parte das ofertas são para cursos de licenciaturas, o programa também atua estrategicamente para minimizar o déficit do número de docentes, formando novos professores com nível superior. Além disso, a formação por meio da modalidade EAD, sem necessidade de deslocamento do município onde o aluno reside, fixa o público formado no próprio município, contribuindo para melhoria do próprio município (p. 01).

Considerando que o Estado tem o dever de atuar na solução ou no intuito de minimizar os problemas sociais que afetam seus cidadãos, é fundamental, a partir do cenário descrito mais acima, que professores que atuam na educação básica tenham acesso à formação de nível superior. Assim, o curso de Português na

modalidade a distância será ofertado nos polos das seguintes cidades: Maceió, Maragogi, Matriz do Camaragibe, Olho d'Água das Flores e Cajueiro.

Abaixo, apresentam-se dados que descrevem a realidade de cada uma dessas cidades polo:

Situada entre Recife e Salvador, dois dos principais polos de expansão econômica e tecnológica do Nordeste, a cidade de Maceió (capital de Alagoas), cumpre uma função central na economia alagoana. A cidade abriga 32% da população do Estado de Alagoas (pouco mais de um milhão de habitantes), 47% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (IBGE, 2014) e uma população ocupada na margem de 26.8%. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.3 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 33 de 102. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 53 de 102. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 95 em 2010. Isso posicionava o município na posição 74 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 5014 de 5570 dentre as cidades do Brasil⁵.

Já Maragogi possui, segundo o IBGE (IBGE, Censo de 2010), 32.369 habitantes com 13,6% da população ocupada. O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo corresponde a 50,8%. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3.2 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 2.4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 99 de 102. Isso posicionava o município na posição 65 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 4802 de 5570 dentre as cidades do Brasil⁶.

Matriz de Camaragibe, por sua vez, possui uma população de 23.785 pessoas, segundo dados do IBGE (Censo de 2010). Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 51.6% da população nessas condições em 2016, o que o colocava na posição 56 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 1073 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3.8 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.4. Na comparação com

⁵ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>.

⁶ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maragogi/panorama>.

idades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 79 de 102. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 26 de 102. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.3 em 2010. Isso posicionava o município na posição 23 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 3221 de 5570 dentre as cidades do Brasil⁷.

Os dados de Cajueiro (cidade com 20.409 habitantes, segundo censo do IBGE 2010) indicam que em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 46 de 102. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 26 de 102. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.2 em 2010. Isso posicionava o município na posição 50 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 4435 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Apenas 10,9 % da população é ocupada⁸.

Olho d'Água das Flores possui, de acordo com Censo do IBGE (2010), 20.364 habitantes. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3.9 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 2.9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 67 de 102. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 61 de 102. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94.7 em 2010. Isso posicionava o município na posição 77 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 5092 de 5570 dentre as cidades do Brasil⁹.

Embora as cidades de Maceió e Maragogi possuam notórias belezas naturais e equipamentos turísticos, os problemas ambientais (praias urbanas inapropriadas para o banho, falta de saneamento básico, violação das leis ambientais, entre outras) afastam os visitantes, produzindo estagnação em setores econômicos vitais e, com isso, desemprego e exclusão. Problemas ambientais também são encontrados nas outras cidades. Cajueiro, por exemplo, possui apenas 9,2% de

⁷ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/matriz-de-camaragibe/panorama>.

⁸ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/cajueiro/panorama>.

⁹ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/olho-dagua-das-flores/panorama>.

domicílios com esgotamento sanitário adequado; Matriz de Camaragibe, 9,3%; Olho d'Água das Flores, alarmantes 2,3%.

Outro aspecto que também justifica a existência do curso de Português EAD licenciatura, diz respeito ao déficit educacional vivido no estado de Alagoas. De acordo com o IPEA, Alagoas apresentava a terceira menor renda per capita dos nove Estados nordestinos, cerca de R\$ 6.728, obtida mediante a divisão do total do PIB (R\$ 21,235 bilhões) pelo total da população do Estado (3,1 milhões de habitantes). A População Economicamente Ativa de Alagoas (PEA) correspondia, em 2011, a 1,3 milhões de pessoas. Destes, apenas 3% da população (cerca de 40 mil pessoas) recebiam mais de cinco salários mínimos, ficando 232 mil potenciais trabalhadores (cerca de 17% da PEA) sem qualquer renda. Além disso, 574 mil pessoas (45% da PEA) recebiam até um salário mínimo, e 470 mil pessoas (38% da PEA) recebiam entre um e 5 salários mínimos. De acordo com o IBGE, em 2014, o estado de Alagoas obteve a segunda menor renda per capita do país.

De acordo com o índice de Gini 2010 (indicador que afere o grau de desigualdades social entre as regiões e países), Alagoas possui uma das maiores polaridades de distribuição da renda no Brasil: 1% dos mais abastados (aproximadamente 35 mil pessoas) detém 12% da renda do estado, enquanto os 50% mais pobres (por volta de 1,5 milhão de pessoas) ficam com apenas 14% da renda estadual. Parte substancial da disparidade de renda atestada antes se deve ao déficit educacional verificado no estado. Conforme a PNAD (Pesquisa Anual de Domicílios – IBGE, 2011), do total da População Economicamente Ativa (PEA) existente em Alagoas, 21% não possuíam qualquer instrução, e mais de 30% não detinha sequer o primeiro grau (primeiro ciclo do ensino fundamental).

Algumas das diretrizes estratégicas da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, com o escopo de minimizar as disparidades ora apresentadas, são: ampliar a rede Estadual de Ensino; adequar qualitativamente e quantitativamente o quadro de pessoal; ampliar a jornada do aluno nas Escolas; fomentar a ampliação da oferta do Ensino fundamental; ampliar a oferta do Ensino Médio e Educação Profissional; garantir o cumprimento da Política Estadual da Educação; fortalecer o Regime de Colaboração. Tendo em vista que a Secretaria de Educação do estado, estabeleceu essas e outras diretrizes, se torna relevante que prossigamos com nosso trabalho, que é, primariamente, formar professores de Português para a Educação

Básica, ideia que converge com as necessidades de nossa região, com o perfil do egresso do Curso, e com as demandas provenientes da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Segundo os dados fornecidos pelo IBGE, censo 2010, o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,631, o qual ainda é baixo se comparado à média nacional, ou até mesmo aos nossos vizinhos fronteiriços, como Pernambuco: 0,673, e Sergipe: 0,665. Além disso, a incidência da pobreza em nosso estado é de 59,54%, segundo dados do Próprio IBGE, o que, também, nos deixa atrás de Sergipe: 47,80 %, e de Pernambuco: 52,50%. Como se não bastasse Alagoas ter os piores índices de IDHM e de Pobreza em relação a seus vizinhos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é de apenas 4,1 - o que nos deixa, em cenário nacional, à frente, somente, do Estado do Amapá e do Pará.

Com o intuito de impulsionar e alavancar esses índices, e ainda considerando os limites contextuais e institucionais dessa atuação, o Curso de Português EAD - Licenciatura, atende às necessidades da sociedade regional e local, entendendo-a e formando professores que atuem no sistema básico de educação, pois se compreende que, através da educação, a transformação pode ser viabilizada. Neste aspecto, em particular, entendemos que o curso deve realizar sua atividade científica engajada no processo de desenvolvimento integral, o qual se relaciona diretamente não só com o crescimento da atividade econômica no estado, como também a inclusão social daqueles que vivem e viveram anos de desrespeito de seus direitos humanos, dentre os quais se inclui e destaca uma educação básica universal e de qualidade.

Certamente a disseminação de vagas de Licenciatura, como é o caso do Curso supracitado, e a consolidação das competências profissionais que este Curso tem fomentado, pode atenuar o gigantesco déficit educacional do Estado de Alagoas, um dos grandes responsáveis pela distribuição desigual de oportunidades profissionais e manutenção estrutural da pobreza.

Por fim, as atuais atualizações incorporadas ao Projeto Político Pedagógico do curso, respondem às demandas criadas pelas diretrizes e resoluções que regulamentam o processo de formação de professores nacional e local, com foco na profissionalização docente.

6.5 HISTÓRICO DO CURSO

A Educação a Distância (EAD) na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) deu seu primeiro passo em 1998, no Centro de Educação (CEDU), por meio das ações do Programa de Assessoria Técnica aos Municípios Alagoanos (Proumal), com o objetivo de viabilizar a formação em nível superior, que pudesse tornar real a qualificação professores da rede pública. Assim, o programa visava à diminuição do número de professores sem graduação, o que na época correspondia a 10% do quadro de professores¹⁰. A UFAL foi credenciada pelo MEC para a oferta de cursos na modalidade de EAD, através da Portaria nº 2.631 de 19.09.2002, estando, portanto, legalmente autorizada a diplomar os alunos participantes desses cursos.

A EAD na UFAL permaneceu vinculada ao Núcleo Temático de Educação a Distância (NEAD) do Centro de Educação (CEDU) até 2005. A partir de editais de agências de fomento, do início das discussões em torno da constituição de uma Universidade Aberta do Brasil (UAB)¹¹ e do surgimento de novas demandas em outras áreas da UFAL, em 2006 a EAD/UFAL deixa de ser uma ação quase que exclusiva do NEAD.

Neste período, o MEC, com a finalidade de atender à demanda das empresas estatais qualificando seus servidores públicos propõe, em parceria com 25 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a criação do curso de Graduação em Administração na modalidade a distância (MERCADO, 2007). A UFAL, em virtude de suas experiências anteriores em EAD, foi uma das Instituições escolhidas. Assim, iniciou-se a UAB com a oferta do curso piloto de Administração a Distância, financiado pelo Fundo das Estatais, através do Banco do Brasil.

Em dezembro de 2005 é lançada pelo MEC a 1ª chamada pública para seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de instituições de ensino na modalidade de educação a distância para o sistema UAB, o que permitiu

¹⁰ <http://www.ufal.edu.br/cied/institucional/historico>

¹¹ Instituída pelo Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, a Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

a concretização desse sistema, por meio da seleção para integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas exclusivamente por instituições federais de ensino superior, e as propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios. A 2ª chamada, publicada em 18 de outubro de 2006, diferiu da primeira experiência por permitir a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais.

Ainda em 2006, a UFAL aprova e passa a oferecer outros cursos na Modalidade a Distância, tais como Especialização em Docência no Ensino Superior e Especialização em Gestão Escolar.

Inicialmente coordenada por um Comitê Gestor de EAD (2005), atualmente, a EAD na UFAL é coordenada pela Coordenadoria Institucional de Educação à Distância (CIED)¹², órgão de apoio acadêmico vinculado à Reitoria, que coordena os planos de ações de EAD na UFAL. Apesar da importância da CIED e da imensa demanda de trabalho, ainda há desafios relativos ao espaço físico e à infraestrutura operacional do órgão.

Os cursos de EAD reúnem professores (que desenvolvem aulas presenciais nos fins de semana nos polos) e tutores (encarregados de fazerem o acompanhamento dos alunos nos polos e online), remunerados com bolsas durante a vigência de suas atividades junto aos cursos. Apenas recentemente a UFAL tem aberto concursos para professores atuarem nestes cursos.

Neste caminho, a UFAL apresenta necessidades da criação de novos processos formativos, junto ao seu corpo docente, ampliando a utilização das novas tecnologias incorporadas às práticas pedagógicas nas atividades dos diversos cursos. Assim, conforme Mercado (2007), os projetos existentes na UFAL visam construir e ampliar as condições didático-pedagógicas para a melhoria do trabalho dos cursos de EAD da UFAL e, ainda, atender ao que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

A LDBEN (1996), em seu art.87, § 4o, das Disposições transitórias estabelece que até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço e, no mesmo art. §3o, Inciso III, diz que o município deverá realizar programas de

¹² <http://www.ufal.edu.br/cied>

capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação à distância.

Ainda com relação à LDB o art. 80, das Disposições Gerais, afirma que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Em 2009, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Básica, preocupado com os caminhos didático-pedagógicos da base da educação brasileira, lança o Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública sob coordenação do MEC em colaboração com as universidades públicas. Os cursos de formação inicial do PARFOR dividem-se em três categorias: a) 1ª licenciatura para professores sem formação superior; b) 2ª licenciatura para professores que atuam fora de sua formação específica; c) formação pedagógica para bacharéis sem licenciatura.

Ao se planejar este curso na modalidade a distância, levou-se em conta, além da necessidade de capacitar o professor do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a preocupação em atender a uma clientela formada principalmente por professores em exercício, com dificuldades de ordem pessoal para frequentar cursos presenciais convencionais.

Nesse sentido, a oferta indicada pela FALE contempla o curso de Letras – Português na modalidade EAD, com vagas destinadas a primeira licenciatura para professores sem formação superior e vagas destinadas à demanda social, para professores com primeira licenciatura. Ressalta-se que é meta do Curso contribuir, através de estudos e de atividades acadêmicas, para a solução de diversos desafios do país e, sobretudo, regionais, tendo em vista que as academias são locais de interação social e articulação, unindo em sua metodologia de trabalho ensino, pesquisa e extensão, envolvendo sociedade e escola.

Em 2014, teve início a primeira turma do Curso de Português EAD ofertado pela FALE no polo de Olho d'Água das Flores. Inicialmente, a oferta seria realizada em 5 polos do Estado. Entretanto, por questões políticas¹³, foi realizada apenas em Olho d'Água. Das 50 vagas oferecidas naquele momento, 40 foram ocupadas. Destas

¹³ O IFAL – Instituto Federal de Alagoas já ofertava o curso de Português em 4 dos 5 polos previstos. Por este motivo, em acordo com a direção da UAB/IFAL, a UFAL comprometeu-se a ofertar, desta vez, curso apenas no polo em que o IFAL não se fazia presente à época, Olho d'Água das Flores.

40, 23 alunos chegaram ao último período do curso, com uma taxa de evasão de 42,5%. Estudos (BITTENCOURT; MERCADO, 2014) têm mostrado que taxas de evasão em cursos UAB chegam a 70%. Neste sentido, apesar de todas as dificuldades enfrentadas (sucessivos cortes orçamentários, queda brusca no número de tutores, etc.), considera-se o potencial do curso, cujo período de integralização finda-se no 2º semestre de 2019. Dos 23 alunos que chegaram ao último período, 3 já colaram grau (2 estão passando por processo seletivo de mestrado profissional – PROFLETRAS), 2 estão com a colação de grau marcada e estima-se que 16 formem-se ao longo do ano.

7. INSERÇÃO DO CURSO NA FACULDADE DE LETRAS

Neste item, serão apresentadas definições que enquadram o curso administrativo e academicamente. Essas serão ilustradas na medida do possível com dados concretos, ilustrações informativas e/ou fontes de pesquisa.

7.1 A FACULDADE DE LETRAS

A Faculdade de Letras é um órgão de administração intermediária da Universidade Federal de Alagoas e é regida pelo Estatuto e Regimento Geral da UFAL, pelas decisões do Conselho Universitário (CONSUNI) e pelo seu Regimento Interno. Totalizam-se quatro prédios sob sua administração: o Prédio Administrativo Geral, o Bloco de Salas de Aula Denilda Moura (antigo BSA1), o Centro de Pesquisas em Educação e Linguagens (CEPEL) e o Prédio de Libras¹⁴.

No Prédio Administrativo Geral encontram-se as salas da Direção e Secretaria Geral, Sala das Coordenações de Graduação, Secretaria das Coordenações de Graduação, Sala da Pós-graduação em Linguística e Literatura e PROFLETRAS, Almoxarifado e Arquivo, 16 Salas de Permanência de docentes, Sala do Programa Tutorial de Letras (PET-Letras), Centro Acadêmico (CA), Copa, sala de reuniões de Professores, Miniauditório Heliônia Ceres, Laboratórios (Label 1 e 2), sala

¹⁴ Especialmente próximos, os prédios são atendidos por empresas terceirizadas na sua limpeza e segurança patrimonial.

Coordenações de EAD, sala do Programa Institucional de bolsas de iniciação à Docência (PIBID), sala das Casas de Cultura no Campus (CCC) e Núcleo de Línguas (Nucli), 1 sala de aula PROFLETRAS.

No Bloco de Salas de Aula Denilda Moura (antigo BSA1) encontram-se 15 salas de aula, 1 sala de administração e 2 banheiros (feminino e masculino). No centro do bloco, há um espaço para lanches.

Já no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Linguagens (CEPEL) há as salas dos Grupos de Pesquisa, Núcleos de estudos e três laboratórios, além da biblioteca setorial, copa, banheiros (masculino e feminino) e almoxarifado do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística.

No Prédio de Libras encontram-se salas de Coordenações, de permanência de docentes, de técnicos e discentes, laboratórios, sala de reuniões e 4 salas de aula.

A unidade possui sete cursos de graduação: Letras-Espanhol, Letras-Francês, Letras-Inglês, Letras-Português, Letras-Espanhol/EAD, Letras-Inglês/EAD, Letras-Português/EAD, Letras-Libras, e dois Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*: o Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL)¹⁵ e o Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS)¹⁶.

De acordo com último relatório de gestão (2010-2018), hoje são 68 docentes em atividades, sendo 64 docentes efetivos, 1 em exercício provisório e três substitutos atuando nos cursos. No total, atuam na Faculdade 27 técnicos-administrativos efetivos e 1 em exercício provisório. São atendidos 1.070 alunos de graduação e 173 de pós-graduação (PPGLL e PROFLETRAS), totalizando 1.243 discentes, conforme distribuição ilustrada através dos gráficos abaixo:

¹⁵ Para saber mais sobre o Programa: <http://www.UFAL.edu.br/unidadeacademica/fale/pos-graduacao/letras-e-linguistica-1>

¹⁶ Mais informações: <http://www.UFAL.edu.br/unidadeacademica/fale/pos-graduacao/mestrado-profissional-em-letras>

Gráfico 1: Distribuição de alunos nas graduações da Faculdade de Letras

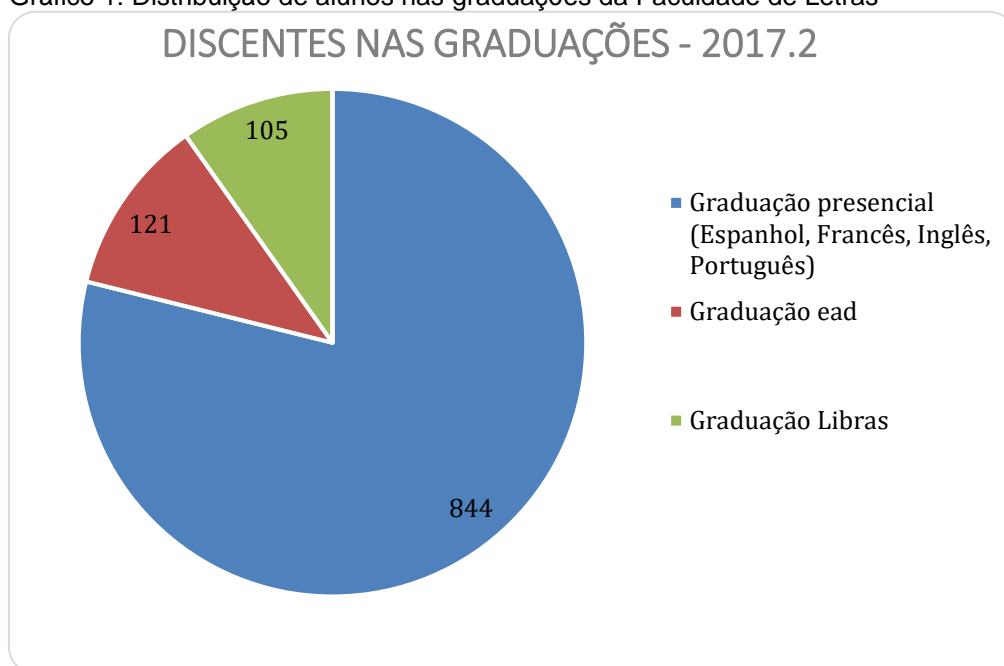
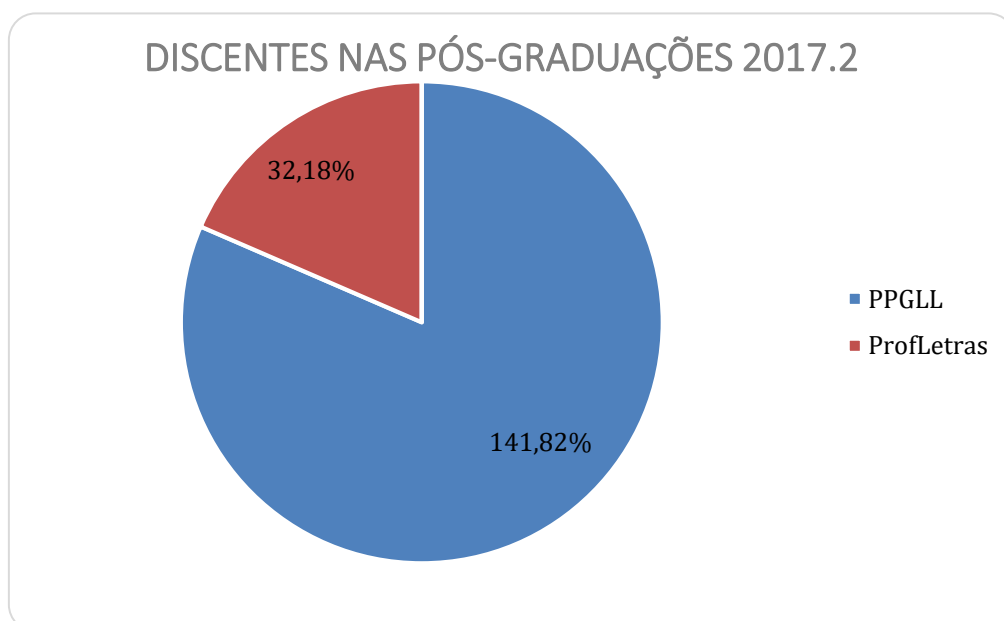


Gráfico 2: Distribuição de alunos nas pós-graduações da Faculdade de Letras



Os cursos de Português e Espanhol EAD foram implementados em 2012 e o de Inglês EAD um ano depois. Todos atendem a diversos polos no estado. O curso de Letras-Libras, por sua vez, foi implementado em 2014 e desde abril de 2018 possui prédio próprio. Todos os cursos de graduação e pós-graduação possuem coordenações próprias que, por sua vez, têm cadeiras no Conselho da Unidade.

7.2 A ÁREA DE LETRAS: CONCEPÇÕES

Serão apresentados, neste subitem, de que forma os modelos teóricos de interpretação da linguagem e as literaturas são desenvolvidas no curso de Português EAD e como esses constituem a formação dos/as licenciandos/as, objetivando a construção de conhecimento crítico acerca dos saberes da tradição e de empreendimento na elaboração de novos conhecimentos na área.

7.2.1 Modelos teóricos de interpretação da linguagem humana e abordagens teórico-práticas

Pode-se falar de dois grandes modelos teóricos de interpretação da linguagem humana, que foram desenvolvidos a partir do surgimento da Linguística, no começo do século XX: um que entende a língua numa concepção formalista e outro que a entende numa perspectiva social/cultural ou social/discursiva. Esses modelos se distinguem da concepção tradicional, que identifica o estudo da linguagem com o estudo da gramática.

Os estudos dos filósofos gregos caracterizavam-se pela preocupação filosófica, cujo objetivo era perpetuar o patrimônio literário grego. Eles perpetuaram, portanto, uma visão ideológica, elitista e normativa dos estudos de linguagem. Esta concepção persiste até hoje na forma como muitos professores ainda concebem o ensino de língua, confundido com o ensino de gramática normativa e descritiva. A visão normativa da linguagem considera que tudo o que foge à norma padrão é inferior ou não é um fato linguístico legítimo.

A partir do paradigma estruturalista, inicia-se uma nova etapa nos estudos da linguagem. O estruturalismo, tanto na Europa a partir de Ferdinand de Saussure, como nos Estados Unidos a partir de Leonard Bloomfield, caracteriza-se pela

centralização em torno da concepção sistêmica da língua, vista como uma entidade abstrata.

Inspirado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, o gerativismo de Chomsky entende a língua como “objeto biológico” e propõe uma teoria linguística que satisfaça as condições de adequação descritiva, isto é, oferecer uma descrição das propriedades das línguas particulares, entendidas como o sistema de conhecimento internalizado do falante; e de adequação explicativa, isto é, depreender como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial, geneticamente determinado. O que caracteriza o programa da Gramática Gerativa é a sua natureza mentalista/internalista.

Sob a égide do estruturalismo, desenvolveram-se escolas distintas: a formalista, que propõe uma visão da língua enquanto sistema formal; e a funcionalista de várias tendências, que considera as funções como constitutivas da língua.

Numa posição que visa a ultrapassar a concepção de língua como sistema (estruturalismo) e como conhecimento individual e interno (gerativismo), diferentes abordagens dedicam-se ao estudo da relação entre os aspectos linguísticos e os sociais. Elas diferem entre si quanto à interpretação que dão à natureza dessa relação através da focalização: na variação (Sociolinguística laboviana), na qualidade da interação (Sociolinguística Interacional), no enunciado (Teorias da Enunciação e Pragmáticas), no texto (Linguística textual) ou no discurso (diferentes análises do discurso: a Análise do Discurso de linha francesa – AD, a Análise do Discurso bakhtiniana, a Análise Crítica do Discurso, a Análise Semiótica do Discurso etc.)

A análise do discurso, especificamente, agrega uma concepção teórica e uma práxis de interpretação que entende a língua e a linguagem como resultados de processos históricos, logo, como prática de sujeitos. Através do discurso que reflete/refrata uma realidade social, o sujeito imprime sua marca na cotidianidade.

Dentro da corrente da Análise do discurso, ainda registra-se, no curso Letras - Português, a preocupação com as discussões sobre a ética nas relações humanas e nos direitos humanos, com empreendimento na convivência, considerando as necessidades especiais e questões de gênero, de raça, geracionais, dentre outros.

No quadro específico da aquisição de linguagem e da aprendizagem de línguas, duas perspectivas de estudo se distinguem: aquelas das Teorias da Aquisição e aquela da Linguística Aplicada.

A área da aquisição de linguagem tradicionalmente dedica-se à investigação da aquisição da língua materna, podendo assumir uma perspectiva inatista ou sócio interacionista. Os estudos sobre a aquisição da escrita também têm tido um lugar de destaque nas pesquisas da área.

A Linguística Aplicada trabalha questões sociais intermediadas pela/na linguagem numa perspectiva inter/transdisciplinar. A atuação da área nas pesquisas sobre aprendizagem de línguas, formação de professores/as e estudos dos discursos traz contribuições, tanto teórica como metodológica, que visam a transformação das práticas sociais e pedagógicas.

Por fim, as discussões nos paradigmas linguísticos que geram desenvolvimento teórico e até mudanças de perspectivas são retomadas criticamente nas atividades de ensino (nos momentos de debates em sala de aula, por exemplo), nas pesquisas desenvolvidas (nos estudos empreendidos por corpo acadêmico) e nas propostas de extensão (nas diversas ações de extensão vivenciadas na Unidade), gerando novas reflexões no curso.

7.2.2 As literaturas no curso de Português – EAD

De forma análoga, também a Literatura sofreu várias mudanças nos seus paradigmas de análise. Saiu de uma abordagem meramente periodista e passou a ocupar-se com o estudo das diferentes organizações discursivas e textuais das obras literárias, a partir de perspectivas variadas, como a filosófica, histórica, semiótica, entre outras. Se no passado recente, o estudo da literatura se reduzia a um desfile de autores e obras dispostos em rigorosa cronologia, sem que se fizesse inter-relação entre estilos, procedimentos e gêneros, hoje se pede muito mais do que isso: a compreensão de obras e de autores e de comportamentos de escrita sempre de acordo com vieses teórico-interpretativos capazes de integrar conhecimento do universo literário a atitudes críticas, que devem, em qualquer instância, iluminar o artefato literário no que os textos manifestam em sua realização como construção (nesse sentido, Antônio Candido defende a ideia de que a integralidade da leitura da obra literária só se dá quando, além da fruição dos temas e da percepção da expressão subjetiva de quem escreveu o texto, é reconhecida a dimensão de organização estrutural desse texto, a qual faz, por exemplo, que determinado tema ou

assunto seja entendido ou apreciado ao serem entendidas e avaliadas as suas formas de realização estética).

As literaturas podem funcionar como fator para engajamento da sociedade na busca da humanização e da convivência ambiental, pelo fato de estimular a reflexão crítica de todos/as sobre o construto social representado nas obras estudadas e sobre as relações interpessoais e ações nelas apresentadas. Cândido (2002, p. 83), a esse respeito, entende que a literatura pode formar, mas, ainda segundo o autor, não necessariamente sob a perspectiva da pedagogia oficial. Para este autor, a literatura

Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose matreira do óbvio, novamente em grande voga), ela age com impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela – com altos e baixos, luzes e sombras (CANDIDO, 2002, p. 83).

Além disso, e em consonância do que foi já dito, em tempo de multiculturalismo avultam preocupações do curso de Letras - Português, no âmbito das pesquisas, do ensino e da extensão, que enfocam e privilegiam o campo cultural do fazer literário, como ocorre no âmbito dos Estudos Culturais, da Crítica Feminista e da Ecocrítica, considerando a pesquisa formal responsável pela detecção, no texto, de seus componentes básicos e estruturais de organização artística.

Essa preocupação do curso é justificada por se entender que o ensino da literatura, no ensino médio, ainda se ressentido de certo anacronismo, por não discutir o caráter de construção do texto na sua íntima relação com os temas e com os grupos sociais dos quais fazem parte os textos efetivamente produzidos. Minimizando a compreensão da literatura como trabalho e produção, em geral, ainda se mantém, nesse nível de ensino, a ilusão de que o texto é resultado de um capricho de eleitos e que, para melhor fruí-lo, basta entrar em contato com o cânon e com a decifração de recursos retórico-estilísticos, como se estes não participassem também de outras modalidades de gêneros textuais, como o texto jornalístico, o científico, o religioso, entre outros, não sendo, pois, tais recursos elementos de discriminação do literário. Nesse sentido, Cândido (2004, p. 174) assume:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.

O importante, então, é ver em que sentido a literatura tem de particular, seus processos formais de significação, e em que aspecto ela se articula com os demais gêneros textual-discursivos e com a própria existência concreta dos homens em sociedade para a construção de valores voltados às discussões sobre dignidade humana, à igualdade de direitos e ao reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade de formação do povo brasileiro, através de suas construções identitárias múltiplas.

A literatura está longe, por conseguinte, de ser um gênero discursivo à parte, pois nas mais diversas situações cotidianas entramos em relação direta com manifestações artísticas e com o imaginário, de que são exemplos o teatro de rua, a telenovela, a história em quadrinhos, a canção popular, as adivinhas, entre outras linguagens e outros instrumentos midiáticos. Na atualidade não se pode mais desconsiderar a força do meio eletrônico, que convive com o livro de papel e tinta. Isso só comprova que o “direito à literatura” — expressão feliz de Antônio Candido — é um dado permanente na vida diária, da mais elitizada a mais humilde, razão por que falar em arte, em qualquer uma de suas manifestações, é ainda falar do homem e da sociedade que o abriga.

O papel social da mídia (tanto no âmbito mais formal quanto no menos formal) também se torna uma preocupação do curso, considerando o que Adorno e Horkheimer já conceituavam na década de 70 como “indústria cultural”. Desse modo, na atuação de algumas disciplinas, como a Análise do discurso, Linguística aplicada e Leitura e produção de textos 2, há propostas de reflexão sobre o poder que as notícias e/ou imagens exercem na sociedade contemporânea, com destaque na dimensão econômica capitalista que a comunicação assume muitas vezes. Nessas disciplinas, reflete-se sobre a sociedade da informação e do conhecimento com o propósito de intervir de maneira crítico-pedagógica nas práticas.

No Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, no item que discute a relação Educação e Mídia, encontra-se a seguinte reflexão:

A contemporaneidade é caracterizada pela sociedade do conhecimento e da comunicação e, por isso, torna a mídia um instrumento indispensável para o processo educativo. Por meio da mídia são difundidos conteúdos éticos e valores solidários (ou não), que contribuem para processos pedagógicos libertadores, complementando a educação formal e não-formal (p. 53).

Portanto, coadunando com o exposto, entende-se que especial ênfase deve ser dada ao desenvolvimento de mídias, já que essas possibilitam a “democratização da informação e do acesso às tecnologias para a sua produção, criando instrumentos para serem apropriados pelos setores populares e servir de base a ações educativas capazes de penetrar nas regiões mais longínquas dos estados e do país, fortalecendo a cidadania e os direitos humanos” (Plano Nacional dos Direitos Humanos, 2007, p. 53).

A velocidade da vida diária na contemporaneidade não atenuou a relação com o imaginário e com a importância que deve assumir a literatura; apenas alterou as formas de percepção e os modos de propagação e de produção do texto literário, obrigando o crítico a rever constantemente seus critérios de análise, seus conceitos, todos em constante mutação, situação que faz voltar o olhar, afirmativamente, para a comunidade de leitores, cuja formação para o ensino é um dos compromissos do curso. Para este objetivo, além das disciplinas que tratam do ensino no campo mais amplo, as disciplinas práticas e a Metodologia do Ensino da Literatura articulam os conteúdos teóricos ao processamento didático desses.

7.2.3 À título de conclusão

Os embates mencionados entre os paradigmas de estudo das línguas, em sua manifestação ordinária ou artística, apontam para a necessidade de os profissionais reconhecerem a provisoriedade das múltiplas posições em que sua área está colocada, em função das múltiplas mudanças discursivas que constituem a própria sociedade. Sob tal óptica, coloca-se como trabalho do professor o questionamento e a interrogação permanentes das "grandes narrativas filosóficas e científicas", visando desestabilizar o discurso único para proporcionar ações mais efetivas no âmbito da ensino.

Entretanto, cumpre acrescentar que a complexidade dos saberes envolvidos no projeto pedagógico do/a licenciado/a em Letras não prescinde de uma formação específica daquele/a que lida com a língua/linguagem como objeto principal de seu trabalho. Assim, questões específicas da prática pedagógica do/a professor/a, da mesma forma que necessitam de uma visão ampla do processo educativo, não são

resolvidas através de conhecimentos pedagógicos generalizantes acerca de sua profissão e de suas práticas.

Nessa perspectiva, a prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e sobre aquisição que articulam diferentes contribuições de Letras e Linguística e da Educação.

Além disso, a articulação entre teoria e prática já referida se efetiva concretamente através desses conhecimentos específicos da área de estudos. Sem isso, os saberes permanecerão estanques e pouco relacionados com o exercício específico da docência nas disciplinas.

7.3 O CURSO DE LETRAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Universidade Federal de Alagoas não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas sujeito desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes.

Neste sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

O curso de Letras – Português atua com responsabilidade social no envolvimento com projetos de extensão e de pesquisa que visam à melhoria das condições sociais-humanas. O PIBID - Português, por exemplo, vem se constituindo fortemente na Faculdade de Letras, e mais especificamente na atuação em

Letras/Português, como espaço fundamental de construção da responsabilidade social para os/as professores/as em formação. Nóvoa (1995) considera que os saberes docentes não se reduzem a um conjunto de competências e técnicas. Essa redução, ainda segundo ele, promove o esvaziamento da prática docente que faz o professor passar a agir como mero gerente de uma situação (GERALDI, 1992), não como construtor de ações que respondem às demandas contemporâneas¹⁷.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), nesse sentido, possibilita a apreensão crítica dos acontecimentos da comunidade escolar para discussão teórica empreendida no curso.

Entende-se que as aulas sobre conhecimentos específicos podem, muitas vezes, não trazer, para o/a estudante, significados em função da aplicabilidade desses conhecimentos. Ou seja, as discussões em sala de aula sobre conhecimentos específicos podem não representar imediatamente algo mais concreto para a formação do/a discente se não estiverem atreladas a atividades de reflexão sobre a prática. Sendo assim, o planejamento de sequências didáticas ocorridas no seio desse Programa, onde graduandos/as podem vincular os saberes específicos sobre determinada área aos experienciais que irão vivenciar nas escolas, poderá estimular o aprendizado como processo fundamental de preparação para uma atuação mais efetiva e responsável na sociedade. Sendo assim, o processo de ensino/aprendizagem em um contexto mais significativo pode transformar o ato de ensinar em uma ação mais crítica.

Defende-se que é de extrema relevância para a formação do/a estudante estabelecer vínculos entre os conhecimentos de mundo e os objetos de ensino que são trazidos pelo livro didático. Pondera-se que a escola, então, pode buscar articular o saber ali instituído como oficial e o saber intersubjetivo. Propõem-se no curso de Letras - Português, portanto, projetos que interliguem o meio no qual vivem esses/as estudantes e o conhecimento institucionalizado ou “conteúdo da escola”. Desta feita, a escola, segundo Souza, Corti e Mendonça (2012), precisa estar em movimento, a serviço da reflexão sobre o mundo e sobre o lugar destes estudantes no mundo. A escola “deve servir para que possam se movimentar com mais autonomia diante dos

¹⁷ Texto que consta do relatório semestral PIBID – Letras Português – 2017, elaborado pela coordenação do subprojeto.

desafios e visões sobre si mesmos e sobre os que os cerca” (SOUZA; CORTI; MENDONÇA, 2012, p. 35).

7.4 LETRAS E INTERNACIONALIZAÇÃO

A graduação em Letras – Português EAD oportuniza a internacionalização a partir do princípio da flexibilização para o aproveitamento de estudos, no caso do intercâmbio, e do estímulo a participação de cursos de extensão que somarão como Atividades Curriculares de Extensão.

A divulgação dos intercâmbios para a comunidade acadêmica e o acolhimento e acompanhamento irrestrito das inscrições pelas coordenações, com a orientação da Assessoria de Intercâmbio Internacionais, é uma ação que norteia o curso.

No final de março de 2018, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou o Plano Institucional de Internacionalização da UFAL, que tem como objetivo “consolidar uma cultura de internacionalização da UFAL, com ações que envolvem capacitação, mobilidade, intercâmbio e cooperação técnica internacional”. Dentre as ações previstas no Plano, encontram-se as seguintes:

- a. Implementar uma política de linguística;
- b. Desenvolver parcerias institucionais;
- c. Aumentar a presença de estudantes estrangeiros e professores visitantes na UFAL;
- d. Desenvolver programas de mobilidade acadêmica;
- e. Manter as ofertas de cursos de idiomas pelo Programa Idiomas Sem Fronteiras e Casas de Cultura.¹⁸

O Idioma sem Fronteiras¹⁹ e as Casas de Cultura são ações que, no estado, foram fundadas na Faculdade de Letras/UFAL e representam grande parte das ações de extensão hoje da Universidade.

7.5 LETRAS: ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

¹⁸ Fonte: <https://UFAL.br/UFAL/noticias/2018/4/asi-divulga-acoes-gratuitas-do-idiomas-sem-fronteiras-na-UFAL>

¹⁹ Informações sobre o programa Idiomas sem Fronteiras: <https://isfaluno.mec.gov.br>

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente. A UFAL começa sua trajetória no empreendimento de ações que visavam à acessibilidade a partir de 2005 quando começa a receber financiamento dos Editais que concorrem no Programa de Acessibilidade criado pelo MEC em 2005, denominado Programa INCLUIR. Esse Programa tinha como objetivo “fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas universidades federais”²⁰ e visava ao desenvolvimento da inclusão de pessoas “com deficiência na vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação”. Em 2013, oficializa-se o Núcleo de Acessibilidade da UFAL (NAC) quando o INCLUIR torna-se universal. Segundo informações disponibilizadas pelo próprio Núcleo na página da UFAL²¹:

O Núcleo atua de forma a oferecer o **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** aos estudantes público-alvo, que é um serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação. A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atender para o art. 59 da Lei 12.764/2012, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.”

Em 17 de fevereiro de 2017 foi inaugurada a sua nova sede, no Centro de Interesse Comunitário (CIC), com 3 salas, as quais são utilizadas para reuniões com estudantes, professores, coordenadores e familiares, bem como há a produção de materiais demandados por discentes com deficiência atendidos.

²⁰ Texto adaptado. Fonte: <https://UFAL.br/estudante/assistencia-estudantil/nucleo-de-acessibilidade>

²¹ Fonte: <https://UFAL.br/estudante/assistencia-estudantil/nucleo-de-acessibilidade>

Atualmente, o NAC conta com uma coordenação, um revisor em Braille, 12 (doze) bolsistas de apoio ao estudante com deficiência (selecionados por edital específico) e um psicólogo clínico. O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a auto declaração. Assim, professores e estudantes com deficiência, precisam solicitar atendimento educacional especializado e, este ocorre continuamente e de acordo com as suas necessidades. O NAC ainda disponibiliza o empréstimo de equipamentos de acessibilidade, como livros e máquina para escrita em Braille, por exemplo. Os acompanhamentos são avaliados ao final de cada semestre por professores dos/as estudantes com deficiência e pelos/as próprios/as estudantes, com a finalidade de aperfeiçoar os serviços oferecidos.

Além deste acompanhamento, o NAC tem investido na formação da comunidade universitária com a proposição de projetos, cursos e oficinas (Tecnologia Assistiva - Deficiência Visual e Deficiência Física, Estratégias de Ensino do Surdo cego, Práticas Inclusivas na Educação Superior, Sextas Inclusivas, entre outros).

Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Para tal atendimento a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso. À luz do Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A partir de 2016, o NAC ainda tem atuado na intermediação com os diferentes órgãos da UFAL, principalmente junto à SINFRA, PROGRAD e PROEST, para a minimização de possíveis barreiras (físicas e acadêmicas) à permanência do estudante com deficiência, como preconiza a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras

de deficiência ou com mobilidade reduzida. Aqui, merece destaque a construção de calçadas táteis, rampas de acesso aos prédios, corrimãos, adaptações de banheiros e salas de aula, entre outras obras necessárias à permanência dos estudantes e professores com deficiência na universidade.

Com relação ao atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do INEP de junho de 2015, a Universidade Federal de Alagoas, nesse momento fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem a inclusão de pessoas com este transtorno. Os discentes com transtorno do espectro autista também são atendidos pelo NAC.

Para ampliar o número de estudantes acompanhados, está em andamento visita às coordenações do curso para a distribuição de materiais de divulgação do NAC, bem como a elaboração de campanha institucional para difundir o Núcleo nas redes sociais, pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013 orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.

Para tal atendimento, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

Em respeito à diversidade inerente ao ser humano, e com intuito, na medida do possível, de assegurar a implementação da educação inclusiva, o curso tenta garantir, em suas avaliações, práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, como: estudantes com deficiência visual, e discentes com grau leve de deficiência/problema mental. Como exemplos de ações afirmativas de

inclusão, poderíamos citar que nosso corpo docente é orientado a estender o tempo de avaliação para esses discentes. Também, caso haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos.

Ressaltamos que os casos, nos quais haja a impossibilidade de atendimento dentro do próprio Curso, seja por questões físicas, seja por questões de vulnerabilidades existentes, os mesmos são encaminhados para o Núcleo de Acessibilidade da UFAL.

Considera-se, por fim, que o curso de Letras Português na modalidade a distância também propicia a inclusão ao possibilitar que pessoas que não teriam a oportunidade de fazer um curso superior presencial possam graduar-se, independente do distanciamento em relação à UFAL, da classe social da qual faça parte e da disponibilidade de tempo em horário regular, para fazer seus estudos.

7.6 POLÍTICA DE COTAS

A UFAL segue a Resolução nº 09/2004 – CEPE, de 10 de maio de 2004, que estabelece, em seu artigo 24: “uma cota de 20% (vinte por cento) das vagas dos cursos de graduação da UFAL para a população negra segundo a metodologia do IBGE, oriunda exclusivamente e integralmente de escolas de ensino médio públicas, durante dez anos consecutivos.”

Este percentual é dividido, segundo seu parágrafo 3º, da seguinte forma: 60% (sessenta por cento) para as mulheres negras e 40% (quarenta por cento) para os homens negros.

No ano de 2015, foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo

o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A UFAL destina, em todos os cursos, 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas.

No curso de Letras, avança-se em políticas afirmativas no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística com a previsão da política de cotas para quilombolas, indígenas, negros e pessoas com deficiência. Além da política instituída pelos editais de chamada do referido Programa, também há decisões internas que visam a inclusão²².

7.7 LETRAS E TRANSVERSALIDADE

Temas como relações étnico-raciais, de gêneros, geracionais, ambientais, compuseram transversalmente o ordenamento curricular do curso de Letras-Português, em atenção à Lei 10.639/2003, à Lei 11.645/2008, ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007) e à Resolução CNE/CP 01/2012, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e as resoluções internas, suprimindo, assim, a formação para o/a licenciando em Letras Português.

A transversalidade foi implementada em várias disciplinas ofertadas ao longo do curso de Letras da seguinte forma, como poderá ser observado mais adiante nas ementas e referências destas disciplinas:

Tabela 4: transversalidade: períodos e disciplinas

1º período	
Disciplinas	Tema transversal
Leitura e produção de textos em língua portuguesa 1	A disciplina discute relações entre língua, história, cultura e sociedade, com destaque para questões étnico-raciais, que remetem aos afrodescendentes e aos povos indígenas no Brasil. A disciplina, por tratar de produção e interpretação textual, é um espaço fundamental para se discutir temas atuais relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos.
Teoria da literatura 1 Literatura de língua portuguesa 1	Através da literatura, discute questões étnico-raciais e a formação da cultura afro-brasileira.

²²Nos últimos três anos, tem havido pedidos deferidos em Conselho e/ou colegiados de dispensa de provas em língua estrangeira no caso de candidatos que sejam surdos e/ou indígenas.

2º período	
Disciplinas	Tema transversal
Leitura e produção de textos em língua portuguesa 2	A disciplina discute relações entre língua, história, cultura e sociedade, com destaque para questões étnico-raciais, que remetem aos afrodescendentes e aos povos indígenas no Brasil. A disciplina, por tratar de produção e interpretação textual, é um espaço fundamental para se discutir temas atuais relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos.
Teoria da literatura 2 Literatura de língua portuguesa 2	Através da literatura, discute questões ligadas à dignidade humana, à igualdade de direitos e ao reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade de formação da sociedade brasileira.
Política e organização da ed. Básica no Brasil (POEBB)	Discute direitos humanos, relacionados, sobretudo, à laicidade do Estado, à importância da democracia na educação e como alcançar uma sustentabilidade socioambiental.
3º período	
Disciplinas	Tema transversal
Linguística aplicada	A disciplina discute: relações étnico-raciais e culturais, práticas socioculturais de usos da escrita e da leitura, constituição identitária e pluralidade cultural.
6º período	
Disciplinas	Tema transversal
Literatura de língua portuguesa 5	A disciplina aborda relações étnico-raciais e de poder e as construções identitárias múltiplas que caracterizam a sociedade brasileira.
7º período	
Disciplinas	Tema transversal
Sociolinguística	A disciplina discute relações étnico-raciais e étnico-linguísticas.
8º período	
Disciplinas	Tema transversal
Análise do discurso	A disciplina analisa os discursos que apontam a necessidade de uma nova ordem econômica com relação à sustentabilidade, bem como as ideologias aí subjacentes.
Eletivas	
Literatura africana de língua portuguesa (Angola e Cabo Verde)	Aborda a história e a cultura afro-brasileira.

7.8 LETRAS E DIMENSÃO AMBIENTAL

A dimensão ambiental, prevista na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que, por sua vez, embasa o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, é um dos aspectos fundamentais das disciplinas do curso de Letras, mais particularmente da Sociolinguística e Análise do discurso já que

essas consideram, de certa forma, que o ser humano desenvolveu uma espécie de alienação à respeito de seu entorno. As disciplinas em questão, nesse sentido, entendem “II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade” (BRASIL, 1999)²³.

O conceito de Educação Ambiental advém do entendimento dela como “um processo educativo que dialoga com valores éticos e regras políticas de convívio social, cuja compreensão permeia as relações de causas e efeitos dos elementos socioambientais numa determinada época, para garantir o equilíbrio vital dos seres vivos” (UNESCO, 2007, p. 47)²⁴.

A formação, nesse sentido, considera algumas condições que estão atreladas a esse conceito, tais como:

1. Inserir a EA com sua condição de transversalidade para se contrapor à lógica segmentada do currículo contemplando o ideal de uma nova organização de conhecimentos por meio de práticas interdisciplinares;
2. Trabalhar o conceito crítico de EA para não correr o risco de cair num tema neutro e despolitizado, que não provoque e/ou desperte a condição de cidadania ativa, ampliando seu significado para um movimento de pertencimento e corresponsabilidade das ações coletivas, visando ao bem-estar da comunidade;
3. A mudança de valores e atitudes nos indivíduos preconizados pela EA não é suficiente para gerar mudanças estruturais numa sociedade. Pela compreensão da complexidade, as partes não mudam necessariamente o todo, pois ambas têm um movimento dialético cujas conexões indivíduo versus grupo podem gerar mudança efetiva. A mudança individual como principal vetor para a mudança global representa uma visão simplista do trabalho com as relações sociais e não é suficiente para mudar o padrão de desenvolvimento;
4. Consequentemente, o processo de EA incide ao mesmo tempo no individual e no coletivo e, no caso da escola, isto pressupõe também um aprendizado institucional, ou seja, seria necessário que a “instituição escola” se submetesse a uma mudança de agenda e procedimentos burocráticos. Dessa forma, os elementos conceituais que orientam a EA poderiam estar no “núcleo duro” da institucionalidade da educação como nos projetos político-pedagógicos e na gestão. Ao trabalhar com movimentos individuais e coletivos ao mesmo tempo, a EA torna-se um fenômeno político (UNESCO, 2007, p. 48).

²³Artigo 4º dos Princípios Básicos da Educação Ambiental LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 (Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências).

²⁴ Retirado da obra: “Vamos cuidar do Brasil : conceitos e práticas em educação ambiental na escola. [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental : UNESCO, 2007. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>

7.9 ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO CURSO DE LETRAS

As ações de extensão na UFAL, desenvolvidas como processo educativo, visam, sobretudo, colaborar como parte indissociável na formação de profissionais éticos que possam contribuir na elevação das condições de vida da comunidade local e para o progresso e desenvolvimento regional.

Essas ações se consubstanciam em forma de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestação de serviço, produções e produtos acadêmicos. Assim, para cumprimento dos propósitos e missão, a UFAL deve seguir os seguintes princípios gerais:

Princípio I – Ação a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;

Princípio II – a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

Princípio III – a universidade deve estar atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

Princípio IV – a ação cidadã da universidade não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;

Princípio V – a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, como ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;

Princípio VI – a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

As atividades curriculares de extensão no Curso de Letras – Português estão imbricadas nas ações de ensino e de pesquisa, na forma de Programas, Eventos, Ações e Projetos de extensão. Além dos 10% da carga horária do curso, divididas em cinco ACE (Atividades Curriculares de Extensão), também integramos atividades de Extensão nas 400 horas Práticas do curso.

A Faculdade de Letras apresenta dois programas de extensão: o Programa “FALE em linguagens: integrando ensino e pesquisa na extensão” e o Programa

“Casas de Cultura”. O primeiro visa a integrar Projetos, Eventos, Cursos e demais ações de extensão da Faculdade de Letras, articulando

as práticas de pesquisa e ensino com o objetivo de propor reflexões e alternativas sobre a relação da universidade com a sociedade. Também é objetivo ampliar os conhecimentos acerca da realidade vivenciada nos vários campos de atuação do profissional de Letras, a partir dos projetos, ações, cursos e eventos aqui apresentados, que serão desenvolvidos de modo articulado²⁵.

Já o segundo Programa, Casas de Cultura, tem como objetivo abarcar as atividades de extensão vinculadas às Casas de Cultura que buscam ofertar cursos e eventos que promovam o desenvolvimento linguístico e cultural que atendam às demandas da sociedade assim como visa articular teoria e prática na iniciação à docência, ao possibilitar o/a licenciando/a de Letras a uma formação profissional que contemple um fazer pedagógico mais crítico e reflexivo²⁶. Neste programa são ofertados além de cursos livres de Línguas (Língua Inglesa, Língua Espanhola, Língua Francesa, Língua Alemã e Língua Brasileira de Sinais) em diversos níveis para a comunidade, sem qualquer cobrança e com a coordenação pedagógica de Professores/as da Faculdade, cursos temáticos, a depender da demanda da comunidade alagoana.

Todas as ações de extensão são registradas junto a coordenação de extensão da Unidade Acadêmica e na Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/UFAL.

8. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA:

O curso de Português na modalidade a distância da UFAL possui estrutura administrativo-pedagógica vinculada à estrutura organizacional da FALE, que contempla:

Coordenador de Curso: a coordenação do curso será formada pelos coordenadores de cada uma das habilitações oferecidas. Trata-se de profissional

²⁵ Fonte: <http://www.UFAL.edu.br/unidadeacademica/fale/extensao/programas-de-extensao>

²⁶ Texto baseado nas informações veiculadas na página da Faculdade de Letras. Fonte: <http://www.UFAL.edu.br/unidadeacademica/fale/extensao/programas-de-extensao>

graduado em Letras ou áreas afins, com formação mínima de mestre, com experiência comprovada de 03 (três) anos de magistério superior, responsável pelas articulações em setores específicos e que transitará pelos diversos tipos de atividades no sistema geral.

Funções: dentre as suas funções estão a de supervisionar o funcionamento do curso e de todo processo educacional, permitindo o bom andamento do processo pedagógico; supervisionar as tutorias; indicar e avaliar a nomeação dos tutores e supervisores; acompanhar os aspectos formais e administrativos do curso, como ajustes de matrícula, calendário de atividades, oferta das disciplinas no SIEWEB, associar professores e tutores às suas disciplinas, monitorar alunos durante o curso, receber e distribuir material; acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso; acompanhar e supervisionar as atividades dos professores.

Estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”.

Funções: construir e manter uma postura autônoma, independente, que seja agente ativo em seu processo de aprendizagem; aprender a trabalhar em grupo e a desenvolver o espírito de colaboração; manter interações ativas, envolvendo tanto o conteúdo do curso quanto a comunicação pessoal; participar plenamente na construção de uma aprendizagem colaborativa, evidenciada pelos comentários dirigidos de um aluno a outro, mais que de aluno a professor; construir significados socialmente, evidenciados pelo acordo ou pelo questionamento; compartilhar recursos com outros alunos; expressar apoio e estímulo trocados com outros alunos, além de vontade de avaliar criticamente o trabalho dos colegas. A UFAL disponibiliza manuais e guias para alunos nos seguintes endereços:
<https://ufal.br/ufal/noticias/2018/1/manual-do-calouro-ajuda-estudantes-em-nova-vida-academica/manual-d-calour-1.pdf/view>
<https://ufal.br/estudante/graduacao/normas>

Professores autores/conteudistas: responsáveis pela produção dos materiais didáticos impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). O professor conteudista deverá ser especialista, mestre ou doutor na área em que desenvolverá o material didático, ter experiência e domínio na utilização de

tecnologias de informação e comunicação. O professor deverá ter conhecimento dos conteúdos específicos da disciplina pela qual será responsável pelo desenvolvimento do material.

Funções: elaborar conteúdos; desenvolver a adequação dos conteúdos dos materiais didáticos para as mídias impressas e digitais; supervisionar a linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância; adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias; participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino; participar de grupos de trabalho que focam a produção de materiais didáticos para a modalidade a distância.

Equipe multidisciplinar: a equipe multidisciplinar é composta pelo núcleo de transição didática: profissionais com formação pedagógica para auxiliar os professores na montagem do material didático para cursos EAD (atendendo as suas especificidades); núcleo de design: formado por ilustradores e diagramadores; e o núcleo áudio visual: composto por profissionais para gravação e edição de vídeo-aulas. Todos os materiais produzidos para o sistema UAB são disponibilizados nas plataformas e repositórios de materiais didáticos do Governo Federal (ATUAB e EDUCAPES).

Funções: gerenciar toda a produção de material didático em EAD, desde o levantamento das necessidades até a distribuição e armazenamento.

A produção de material se realiza em três etapas. Mais detalhes estão postos no item 8.3 (Elaboração do material didático).

1. Primeira etapa: reuniões

A primeira etapa na produção do material didático de uma disciplina inicia-se por meio de uma reunião com o Núcleo de Comunicação, Produção e Design (NCPD) e a Coordenação do Curso para a definição do calendário e/ou cronograma de trabalho. Para começar o processo de produção de material, os professores envolvidos devem participar de reunião com a Equipe do NCPD para tomar conhecimento dos diferentes formatos para apresentação de conteúdos e como produzi-los. Nesta reunião, são também apresentadas as ferramentas de inclusão de conteúdos, interação e controle.

2. Segunda etapa: produção de identidade visual

Após as reuniões, o NCPD entra em contato com cada um dos coordenadores de Curso para tomar conhecimento de informações que permitam o desenvolvimento da identidade visual. São preparados modelos para papel físico, slide, apostila, etc. A identificação deve ser utilizada em todos os materiais da disciplina. Durante o processo de criação, a equipe da CIED está em constante diálogo com o professor, até a aprovação final do material produzido.

3. Terceira etapa: planejamento da disciplina

Com base no conhecimento adquirido nas reuniões anteriores, o professor prepara uma proposta quanto aos materiais que devem ser produzidos para a disciplina. Para a elaboração do material didático para EAD considera-se importante não limitar o produto a textos estáticos e figuras. Deve conter recursos de áudio (trilha sonora, ruídos especiais, músicas, jingles, falas, verbalização) e recursos visuais (vídeos, dramatização, simulação, gráficos, mapas, fotos, ilustrações animadas ou não, charges, hipertextos e efeitos de computação gráfica, entre outros). Todos esses recursos devem ser integrados e complementares.

Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso. O professor formador deverá ser especialista, mestre ou doutor na área da disciplina que ministrará, ter experiência e domínio na utilização de tecnologias de informação e comunicação.

Funções: dentre suas funções, estão: assumir uma posição de dinamizador da inteligência coletiva, encorajando os estudantes à autorreflexão e permitindo uma contribuição mais ativa e profunda na discussão on-line; manter relações positivas na sala de aula virtual; promover a participação dos estudantes, encorajando e corrigindo suas contribuições; organizar, planejar e gerenciar continuamente as atividades e a comunidade; desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação; participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso; participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância; coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação; apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina; elaborar

relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/ MEC, ou quando solicitado.

Coordenador de Tutoria: professor ou pesquisador que atuará nas atividades de coordenação de tutores do curso e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados ao curso.

Funções: participar das atividades de capacitação e atualização; acompanhar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso; acompanhar as atividades acadêmicas do curso; verificar “in loco” o bom andamento dos cursos; informar para o coordenador do curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas; acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa; acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores; encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

Tutores (presenciais, a distância): licenciados em Letras, atuando no Polo de Apoio Presencial ou na Instituição.

Funções: orientar o processo de aprendizagem dos alunos, garantindo o cumprimento dos objetivos do ensino; criar propostas de atividades e auxiliar na sua resolução, sugerindo – quando necessário – fontes de informação alternativas; interagir com os alunos em encontros presenciais e/ou virtuais, de forma individual ou em grupos, visto que ele atua como um agente dinamizador, organizador e principalmente orientador, fazendo com que o aluno possa se auto avaliar e assim perceber a construção do seu próprio conhecimento; desenvolver competência tecnológica; assiduidade no feedback; capacidade de gerenciamento de equipes e gestão de pessoas; domínio sobre o conteúdo; competência de comunicação; e competências de mediação. A CIED também disponibiliza o Guia do Tutor através do endereço: <http://www.ufal.edu.br/cied/guias-e-manuais>

Equipe de apoio tecnológico e de logística: tem a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

8.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TUTORES PARA O EXERCÍCIO DA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Conscientes de que as competências dos docentes se configuram dentro de um processo cumulativo, uma vez que elas se ampliam, somam-se as antigas às novas, para atender ao processo de ensino/aprendizagem cada vez mais abrangente, conforme a sociedade se “tecnifica” e se “complexifica”, o processo de formação dos atores (aqui entendidos como gestores, professores pesquisadores e tutores) do Sistema UAB na Universidade Federal de Alagoas é desenvolvido pela Coordenação de Formação da CIED.

A Coordenação de Formação da CIED, composta de formadores (docentes e pós-graduandos da Universidade Federal de Alagoas), mantém o pressuposto de que não há formação específica que possa dar conta de tamanha complexidade, sendo necessárias ações que se desenvolvam dentro de uma perspectiva dialógica, e portanto disponibiliza uma série de formações para as ações da EAD ou da Educação permeada pelas TIC.

A oferta da Capacitação é dimensionada em três troncos (básico, aprofundamento e específico). O tronco básico, denominado CAPACITA, é ministrado em sete módulos de 30 horas cada um. Para cada um dos módulos são ministradas três horas de aula presenciais. As 27 horas restantes são realizadas com atividades na plataforma Moodle.

Os módulos propostos são os seguintes:

Módulo I – Fundamentação Teórica em EAD (30h)

Módulo II – Estratégia de mediação pedagógica (30h)

Módulo III – Apresentação e oficina para uso das mídias (30h)

Módulo IV – Elaboração do material didático para EAD (30h)

Módulo V – Montando o curso na plataforma Moodle (30h)

Módulo VI – Docência e Tutoria na EAD (30h)

Módulo VII – Gestão Administrativa (30h)

Com o intuito de viabilizar a participação de todos os integrantes do sistema UAB no processo de formação, esses módulos são replicados sistematicamente em horários variados. Dessa forma, cada participante deverá frequentar o momento presencial do curso em horário compatível com sua agenda de trabalho. Para tanto, os horários das aulas presenciais são definidos em revezamento dos turnos matutino,

vespertino e noturno e em dias variados da semana, permitindo com isso uma maior flexibilização da oferta, tão presente nos pressupostos da EAD.

O tronco de aprofundamento é conduzido por profissionais formadores (convidados especialistas de outras instituições) com reconhecida experiência na área para ministrarem palestras e/ou oficinas para os integrantes do Sistema UAB. A cada dois meses há um evento dessa natureza, perfazendo um total de seis convidados no ano. Os temas a serem tratados serão os seguintes:

- Produção de programas em diferentes mídias.
- Web conferência na EAD.
- Produção e autoria de materiais na web 2.0.
- Criação de casos de ensino.
- Formação e manutenção de comunidades de aprendizagem e prática.
- Interações no AVA.

O tronco específico trata da oferta de capacitações específicas para professores e tutores de cada curso, já que estes possuem especificidades no tratamento e condução de seus conteúdos e materiais. Esta oferta promove uma descentralização das capacitações, mas não a sua desintegração.

O curso de Português prevê, semestralmente, uma capacitação para os professores e tutores envolvidos na dinâmica da oferta do curso em cada semestre. Estas capacitações são acompanhadas, ofertadas e avaliadas pela Coordenação de Formação e coordenação do Capacita, no intuito de colaboração e aperfeiçoamento das ações dos cursos.

8.2 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: RECURSOS, FERRAMENTAS, MATERIAIS

Para possibilitar a comunicação contínua entre alunos, professores e tutores e para oferecer aos alunos um ambiente em que seja possível disponibilizar materiais e desenvolver as atividades, são utilizados Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

As mídias utilizadas para o público alvo descrito são o material impresso e digital, como mídia principal, além do computador, como mídia auxiliar para que o aluno tenha a possibilidade de interagir com os colegas, tutor, professor, membros da equipe pedagógica e instituição, através da Internet. Para acesso a este recurso, o

aluno terá a disposição nos Polos, computadores conectados à Internet através do AVA.

O aluno terá a disposição todos os recursos oferecidos por um AVA, tais como fórum, email e “chat”. Neste ambiente, o professor poderá disponibilizar propostas para discussão entre os alunos, com a presença virtual ou não do professor ou dos tutores. Na página virtual do curso, o professor de cada disciplina/módulo também poderá disponibilizar materiais complementares para acesso aos alunos, tais como “links” para acesso à páginas na internet ou outros materiais. O material didático que os alunos irão receber e utilizar compõe-se de:

- Guia do aluno: traz os direitos e deveres dos alunos, vantagens e compromissos e esclarece os passos da vida acadêmica do aluno. Inclui orientações quanto à coordenação do curso, secretaria acadêmica, biblioteca e avaliação da aprendizagem.
- Guia do curso: contém informações específicas do curso, tais como objetivos, estrutura organizacional do curso, sistema de avaliação e frequência, currículo, recursos e materiais didáticos, orientações do que é e como estudar a distância, sistemática operacional, interatividade, comunicação, tutoria e acompanhamento.
- Módulos: é o material em que o aluno vai buscar o conteúdo para a aprendizagem. Nele encontra-se o conteúdo, as atividades reflexivas, de fixação e de avaliação, textos dos professores, leituras complementares e obrigatórias, materiais complementares (indicações para “sites” na Internet, músicas, livros, artigos, filmes). Gráficos, fotos, tabelas, ilustrações e uma diagramação adequada enriquecem o projeto, contribuindo para uma maior compreensão do conteúdo.

Esses materiais serão disponibilizados em mídia impressa, através de módulos e guias de estudos no formato digital e on-line, no AVA. Os livros indicados pelos autores dos módulos, como leitura obrigatória e complementar, devem estar à disposição dos alunos na biblioteca do polo.

8.3 ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO E GERENCIAMENTO DE DADOS

O material didático em EAD passa por alguns processos peculiares a essa modalidade. Inicia-se com a formação dos professores conteudistas, pela formação de uma equipe multidisciplinar (envolvendo corretores, designers instrucionais,

designers gráficos e *webdesigners*) e pela permanente revisão e avaliação desse material.

Tendo em vista a formação dos estudantes e a melhor forma de garantir com que eles desenvolvam competências e habilidades voltadas para a interação, cooperação, crescimento grupal, trocando experiências e desenvolvendo a autonomia perante o conhecimento. A EAD incentiva a autonomia, contribuindo para que esse aluno seja sujeito da aprendizagem. Por tratar-se de um curso que envolve a formação de docentes, privilegia-se a problematização da prática. A partir da realidade cotidiana vivida pelo professor em sala de aula é que são resgatadas as questões teóricas, viabilizando a passagem do senso comum para a atitude teórico-reflexiva sobre a sua prática.

A metodologia desse curso, de modo geral, privilegia uma abordagem progressista, que incentive o aluno a construir o seu próprio conhecimento, cabendo ao professor o papel de mediador.

A EAD deve fomentar as melhores condições possíveis para que o aluno possa alcançar o aprendizado de forma efetiva, embora em um ritmo próprio e peculiar. Dessa forma, o material didático pretendido é:

a) O material didático, que apresenta o conteúdo básico da disciplina e se constitui em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada é dinâmica e motivadora, para que, apesar da distância física, os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento. Esse material será produzido pelo professor conteudista em conjunto com o professor formador, além da equipe responsável pela produção de material didático da CIED, seguindo uma diagramação padrão dos cursos de EAD da UFAL. Esses recursos deverão estar sintonizados com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado.

b) O material digital, que apresenta o conteúdo complementar para sua formação, além de material de apoio para maior compreensão e produção oral da língua portuguesa. Ao elaborar o material didático para o Ambiente Virtual, o professor deve privilegiar uma linguagem direta e dialógica, com conteúdos que estendam e complementem o material impresso da disciplina.

c) A Plataforma Moodle, que deve ser estruturada de forma a atender todas as necessidades inerentes aos processos de interação aluno x ambiente e aluno x professor/tutor, buscando permitir que o aluno sinta-se integrado e incluído no processo de ensino-aprendizagem.

d) Outras mídias, que favoreçam e possibilitem a complementação do aprendizado como: videoconferência, vídeo-aula, tele aula etc.

Vale ressaltar, que todo o material didático deve passar pelo processo anteriormente descrito de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando o fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes.

A gestão acadêmica dos cursos da UAB na UFAL é realizada no mesmo sistema acadêmico dos cursos presenciais. Todas as rotinas administrativas referentes aos trâmites de matrícula, transferência e trancamento são realizados na esfera da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e suas secretarias, além do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA). Já os trâmites referentes ao lançamento da oferta no Sistema SIEWEB, associação de professores e tutores às suas referidas disciplinas no AVA, ajustes em matrículas e gerenciamento de TCC são realizadas pela coordenação do curso.

A UFAL dispõe de autonomia e infraestrutura na área de Tecnologia da Informação, e desde o início das atividades da UAB na IES fez-se a opção de que os cursos da EAD recebam as mesmas orientações e determinações dos cursos presenciais.

As notas e registro de presença/faltas, além do Ambiente Virtual Moodle da UFAL, a universidade disponibiliza o SIEWEB, um sistema de gerenciamento acadêmico.

Descrição da plataforma virtual utilizada:

Moodle versão 1.9.13

Sistema Operacional: FreeBSD 8.1

Banco de dados: PostgreSQL (roda em máquina separada)

Servidor de Emails: Postfix – média de 30000 mensagens / dia (roda em máquina separada)

Backups diários do banco (a cada 6 horas)

Backups automatizados das configurações do servidor (a cada 24 horas)

Usuários inscritos: 22000

Total de cursos criados: 1240

Módulos mais utilizados (em ordem decrescente): Fóruns, Atividades e Blog

Plugins de terceiros utilizados: Acessibilidade, Livro e Dragmath

Customizações internas: SiCAm (sistema de criação de ambientes), mecanismo TLS para conexão segura a servidor de 58-mails, módulo de integração (atualmente escrito em PHP)

Média de usuários únicos / dia: 630

Média de acessos / dia (hits): 270.000 (duzentos e setenta mil)

Média acessos / mês (hits): 8.000.000 (oito milhões)

8.4 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS, TRANCAMENTOS, TRANSFERÊNCIAS E PERMANÊNCIA DO ALUNO NO CURSO

A recuperação de estudos será realizada com a oferta de turmas especiais, como já ocorre em outros cursos da UAB na UFAL, além de atividades de monitoria e grupos de estudo conduzido pela tutoria presencial.

As solicitações de trancamento seguem Resolução nº 56/95 – CEPE, de 18 de julho de 1995²⁷ e as situações de transferência seguem a RESOLUÇÃO Nº 26/2009-CONSUNI/UFAL, de 04 de maio de 2009²⁸.

A CIED, juntamente com a Procuradoria Federal da Universidade Federal de Alagoas, está revendo as resoluções no que tange às especificidades de alunos da Educação a Distância, tendo em vista a realidade da UAB ser ainda nova nas universidades brasileiras.

Para a permanência do aluno no curso, a CIED, juntamente com a Pró-Reitoria Estudantil (PROEST), a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) têm realizado um conjunto de ações, como a disponibilização de bolsas BDI e bolsas de extensão, visando a inserção do alunado na tríade ensino-pesquisa-extensão.

8.5 APOIO AO DISCENTE

A política de Assistência Estudantil desenvolvida pela Universidade Federal de Alagoas segue os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES que tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010). O PNAES apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social

²⁷

http://www.UFAL.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_56_95_cepe

²⁸

http://www.UFAL.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas/RCO%20n%2026%20de%2004%2005%2009%20TRANSFERENCIA.pdf/at_download/file

matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. A UFAL vai além, pois trabalha também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário.

A instância de discussão e resolução das políticas de assistência estudantil é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, que a UFAL tem assento, e que se realiza anualmente, no qual são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró- Reitorias em nível nacional.

A operacionalização, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil, em nível local, ocorrem de forma contínua e articulada com as demais políticas governamentais, pois, sendo uma política de inclusão, constitui-se num mecanismo de democratização do Ensino Superior.

É compromisso da UFAL contribuir para a formação integral do estudante, observando os princípios humanitários e sociopolíticos, bem como os valores éticos de respeito e responsabilidade social. Nesse sentido, a base estruturante de suas atividades fundamenta-se no cuidar do “saber ser”, do “saber estar” e do “saber fazer” do estudante ao longo de sua vivência universitária.

A Política da Assistência Estudantil visa mobilizar recursos de maneira que assegurem a inclusão, a permanência e o percurso dos estudantes. Seu objetivo é contribuir para a promoção da saúde física e mental do assistido, buscando compreender o indivíduo em sua dimensão de totalidade, a fim de reduzir os efeitos das desigualdades presentes na sociedade e assegurar igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica. Dentre as atividades planejadas encontram-se a formação integral; a participação em atividades científicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer; a inclusão digital; o acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras; o acesso à saúde, à moradia, à alimentação, ao transporte, à creche; as garantias básicas de acessibilidade aos estudantes com deficiência; o apoio ao desempenho acadêmico e o oferecimento de uma formação em que sejam garantidos os direitos de cidadania e a equidade social.

8.5.1 APOIO PEDAGÓGICO

A UFAL reconhece a necessidade de acompanhamento dos alunos em vulnerabilidade e desenvolve ações que buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico:

- Desenvolvimento de ações de apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área.
- Desenvolvimento de ações de apoio ao acesso às línguas estrangeiras através de oferta de cursos de formação básica na área.
- Disponibilização de plantões sociais e psicológicos, como forma de orientar os/as discentes na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social.
- Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas.

8.5.2 NO ÂMBITO DO CURSO

A CIED (Coordenadoria Institucional de educação a distância), as tutorias presenciais e à distância em articulação com a coordenação do curso, com o NTI (Núcleo de Tecnologia da Informação) e com a PROGRAD (Pró-reitoria de graduação) oferecem suporte aos alunos, podendo solucionar questões relativas ao uso das facilidades do Ambiente de Virtual de Aprendizagem, às dificuldades de acesso ao AVA e problemas com login e senhas de alunos e às reofertas de disciplinas.

O apoio psicopedagógico na IES envolve o conhecimento das necessidades do aluno e previsão de recursos de acessibilidade, o acompanhamento do desempenho escolar do aluno, a orientação aos professores, tutores e coordenadores de curso e de polo.

O acompanhamento individualizado pode ocorrer por meio de recursos audiovisuais e de comunicação (como e-mails, Skype, Grupo de Whatsapp) e prevê diálogo para compartilhamento das ações em parceria com a estrutura presente na IES que sedia o polo, sob supervisão do coordenador de polo.

A recuperação de estudos será realizada com a oferta de turmas especiais, quanto com a reoferta de disciplinas, como já ocorre em outros cursos da UAB na UFAL, além de atividades de monitoria e grupos de estudo conduzido pela tutoria presencial.

As solicitações de trancamento seguem Resolução no 56/95 – CEPE, de 18 de julho de 1995 e as situações de transferência seguem a RESOLUÇÃO No 26/2009- CONSUNI/UFAL, de 04 de maio de 2009.

8.6 PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS DA EVASÃO

A implementação do ambiente de aprendizagem e a formalização dos alunos em um curso não garantem, por si só, que as redes comunicacionais se instaurem e que a aprendizagem colaborativa passe a ser construída. É necessário que haja monitoramento e retroalimentação: o projeto de monitoramento e retroalimentação diz respeito às ações intencionais previstas pelo curso.

Essas ações intencionais são importantes para que todos os alunos sintam-se acolhidos e ouvidos e para que esse espaço de convivência possa ser reestruturado de acordo com as necessidades que vão emergindo no processo. Considera-se que quanto maior a interatividade em um curso online e quanto maior o sentimento de pertença a uma comunidade, menor será a evasão escolar.

Por esse motivo, o apoio oferecido pela instituição por meio da tutoria e da formação de tutores é de fundamental importância para o sucesso e prevenção da evasão de alunos do Curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa na modalidade a distância.

Particularmente, no caso da EAD, o papel do tutor é fundamental, já que o seu sucesso está na relação aluno, material didático e professor, e o tutor é o principal responsável pela interação entre as três pontas desse tripé, desenvolvendo uma atividade permanente no processo de desenvolvimento do curso, mas em conjunto com a Coordenação Geral de Tutoria, o professor e o Coordenador do Curso.

Assim, especifica-se melhor as ações do tutor quando parte-se em busca de prevenir o curso da evasão:

- Acompanhar e oferecer aos alunos o auxílio necessário ao seu processo de auto aprendizagem, motivando-o na realização de tarefas e na relação dos conhecimentos adquiridos com a sua prática concreta;
- Garantir o fluxo comunicacional entre os participantes. A comunicação com seus alunos, assim como a eficiência de suas orientações pode resolver problemas como a falta de atenção ou de motivação, que podem ocorrer durante o processo.

- Estruturar o ambiente cooperativo para incentivar a interação entre os alunos.
- Familiarizar-se com o Ambiente de Aprendizagem na Internet e com a estrutura do curso, para que, durante o processo de tutoria, possa realizar suas funções de forma rápida e eficaz.
- Corrigir cuidadosamente as atividades propostas em um tempo previamente determinado (em um prazo máximo de 24 horas), para que se tenha a chance de interferir no processo de aprendizagem e fazer o acompanhamento necessário. Ao avaliar esse processo, verifica-se o grau de satisfação do aluno por meio de métodos estatísticos, fichas de avaliação e de observação, entre outros.

8.7 SISTEMA DE TUTORIA

Seguindo a Instrução Normativa n. 2 de 19 de abril de 2017 (CAPES/UAB), publicado no Diário Oficial n. 77 de 24 de abril de 2017, o curso contará com 1 tutor a distância para cada 18 alunos, além dos tutores presenciais em cada polo. O tutor atua como um mediador entre os professores, alunos e a instituição. Cumpre o papel de auxiliar do processo de ensino e aprendizagem ao esclarecer dúvidas de conteúdo, reforçar a aprendizagem, coletar informações sobre os estudantes e prestar auxílio para manter e ampliar a motivação dos alunos.

O tutor é uma figura de destaque, responsável pelo bom andamento das atividades. Este profissional assume a missão de articulação de todo o sistema de ensino-aprendizagem, quer na modalidade semipresencial ou à distância. Cabe ao tutor acompanhar, motivar, orientar e estimular a aprendizagem autônoma do aluno, utilizando-se de metodologias e meios adequados para facilitar a aprendizagem.

Ele assume função estratégica, tendo como finalidade resolver os problemas de comunicação, bem como outros que surjam ao longo do processo de ensino. Há dois tipos de tutorias: presencial e a distância.

A tutoria presencial ocorrerá quando o aluno sozinho ou em pequenos grupos, se dirigir ao Polo para esclarecer dúvidas a respeito de questões administrativas e acadêmicas do curso, bem como sobre as disciplinas que está cursando com o tutor presencial nos polos.

Na tutoria a distância o tutor é um orientador da aprendizagem do aluno solitário e isolado que, frequentemente, necessita do docente ou de um orientador para indicar o que mais lhe convém em cada circunstância. Essa tutoria ocorre quando o aluno busca contato com o tutor, através dos seguintes meios de comunicação:

telefone, WhatsApp, ferramentas do ambiente virtual de ensino e de aprendizagem e e-mail.

O curso se propõe a desenvolver um fluxo de comunicação interativa e bidirecional, mediada pela ação tutorial com acompanhamento pedagógico e avaliação sistemática da aprendizagem. Concebe-se a educação como uma ação consciente e co-participativa que possibilite ao aluno a construção de um projeto profissional político e inovador. É nesta perspectiva que se situa a ação tutorial, com o propósito de propiciar ao estudante a distância um ambiente de aprendizagem personalizado, capaz de satisfazer suas necessidades educativas.

A seleção dos tutores, realizada pela Coordenadoria Institucional de Educação a Distância e pela COPEVE, segue os parâmetros dos ofícios 20/2011 e 21/2011 da DED/CAPES. A formação dos tutores é realizada pela Coordenação de Tutoria da CIED, acompanhada pela Coordenação de Tutoria e, em atendimento à Portaria 1.134, de 10 de outubro de 2016, do tutor deve ter formação condizente com a área do curso e ser qualificado em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico.

Para verificar se os tutores estão desempenhando de forma plena o seu papel como mediadores no AVA, considerado um ambiente interativo de aprendizagem, a coordenação do curso e a coordenação geral de tutoria monitorará periodicamente suas atividades. O desempenho do tutor – presencial e a distância – nos cursos EAD é avaliado nos seguintes aspectos:

- Participação da capacitação inicial com o docente da disciplina e nas capacitações periódicas com o docente da disciplina, para avaliação e encaminhamentos.
- Acompanhamento das aulas da disciplina, na Plataforma Moodle.
- Participação nos fóruns da disciplina, na Plataforma Moodle, interagindo e retirando as dúvidas dos alunos da sua turma.
- Dedicção da carga horária diária/semanal para atendimento aos alunos.
- Encaminhamento de avisos sobre os prazos finais de postagem de Atividades e Avaliações.
- Aplicação de testes de sondagem no encontro presencial da disciplina e comparação com a produção final dos alunos.
- Manutenção de dados e organização da disciplina na Plataforma Moodle.
- Pesquisas em sites e vídeos sobre os temas trabalhados na disciplina para apresentar aos alunos.
- Correção das avaliações da disciplina e postagem das notas no ambiente Moodle.
- Feedback em todas as participações e em que tempo isso ocorreu (o prazo é de 24 horas)
- Incitação e fomento às discussões contribuindo para a formação do aluno.

Reuniões bimestrais são necessárias e previstas para orientações e ajustes no desempenho. Fica a cargo do coordenador do curso a elaboração do calendário semestral de reuniões com os tutores todo o registro será realizado mediante ata, que deverá ser lida na reunião subsequente e assinada por todos os tutores.

9. PERFIL DO EGRESSO

Considerando as habilidades²⁹ e competências a serem desenvolvidas durante a formação do/a professor/a de Língua e de suas Literaturas em Letras-Português, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área, espera-se desse/a profissional o seguinte perfil:

- Formação humanística, teórica e prática;
- Capacidade crítica de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística e literária;
- Atitude investigativa, por meio da integração de ações de pesquisa, de ensino e de extensão, campos indispensáveis ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador/a;
- Domínio ativo e crítico dos diferentes usos da língua e de suas gramáticas;
- Domínio ativo e crítico de um repertório representativo das literaturas em língua portuguesa;
- Capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa;
- Capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre a língua portuguesa e suas literaturas, depreendendo delas o que é significativo para a atuação docente;
- Capacidade de formar leitores/as e produtores/as proficientes de textos em diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Capacidade de planejar estratégias didático-pedagógicas para a aprendizagem dos/as discentes, considerando conhecimentos da área e das temáticas transversais;
- Assimilação crítica de novas tecnologias, seus conceitos científicos e sua implementação prático-pedagógica.

10. HABILIDADES, COMPETÊNCIAS E ATITUDES

²⁹ O conceito de habilidade também varia de autor para autor. m geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

Segundo o Parecer 492/2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015, os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil têm colocado, em consonância com uma tendência mundial, a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do/a aluno/a, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual.

Segundo Perrenoud³⁰, não existe uma noção clara e partilhada das competências. Pode-se entender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Merece destaque aí o termo “mobilizar”, pois a competência não é o uso estático de regras aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessário. A competência abarca, portanto, um conjunto de coisas. Perrenoud fala de esquemas, em um sentido muito próprio. Seguindo a concepção piagetiana, o esquema é uma estrutura, inicialmente, invariante que recebe, através da assimilação e pelo processo de acomodação, novos conhecimentos. Essas assimilações podem modificar o esquema qualitativamente. Os esquemas não são substituídos, mas reformulados por reelaboração. O esquema não está condenado, portanto, a uma repetição idêntica, mas pode sofrer acomodações, dependendo da situação. A competência implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possui para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos. Diz Perrenoud que "uma competência orchestra um conjunto de esquemas. Envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação" (1999, p. 24).

A direção do foco do processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências implica em ressaltar que essas habilidades e competências precisam ser vistas, em si, como objetivos de ensino. Em outras palavras, é preciso que se ensine a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos, entre outras coisas, independentemente do objeto comparado ou classificando, por exemplo. Caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

³⁰ Perrenoud, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Isso significa que, no tocante à formação do profissional do/a aluno/a de Letras que este deve lidar com o ensino de línguas e que o domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e uso das línguas e literaturas não é suficiente. Esse processo meramente informativo que dá ênfase na reprodução do já sabido, memorização temporária de conhecimentos, sem maior significado, uma vez que não se dá relevo à compreensão, não deve caracterizar o processo formativo do/a professor/a de língua e literatura.

Assim sendo, a compreensão é a de que o/a formando/a deve aprender a compreender criticamente e ativamente os fenômenos e não apenas memorizar elementos cujo alcance e significado desconhece dentro do domínio do conhecimento linguístico e literário contextualizado. Não se está negando a importância das informações, mas se está mostrando que sua aquisição deve estar direcionada para a compreensão do mundo em que os sujeitos estão inseridos, principalmente voltados para a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade.

A renovação tecnológica acelerada e a velocidade de produção e circulação de informações levam a pensar que, no momento, a educação deve produzir no/a aluno/a uma capacidade de continuar aprendendo. Não se trata mais de acumular informações, porque elas estão disponíveis a quase qualquer um, mas de desenvolver-se individualmente, atingindo a maturidade necessária para operar com a abundância de conteúdos de forma crítica e responsável, com o propósito de “assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre”, compreendendo ser esse um dos itens figurados no Termo firmado no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005).

O Curso de Letras – Português da UFAL foi estruturado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que vise, exclusiva e prioritariamente, ao aprendizado da norma culta da língua, em sua modalidade escrita, por exemplo. Mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, de refletir sobre os fatos linguísticos e literários, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário proficiente da língua e de leitor atuante de mundo, a formação

de profissionais aptos a ensinar práticas de atuação na sociedade com a nobre tarefa de preparar cidadãos/ãs para participação em uma sociedade tolerante com as diferenças étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais, políticas, de orientações sexuais e de gêneros.

Também é importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado *a priori*. Mas de uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso. Na atual contingência, essa macro competência está em conformidade com o marco referencial do projeto, e envolve as seguintes habilidades:

a) Gerais

- Raciocínio lógico, análise e síntese;
- Leitura e escrita, numa perspectiva da produção de sentido e compreensão de mundo;
- Leitura e escrita proficientes de diferentes gêneros textuais, em Língua Portuguesa, visando à atuação ética na sociedade;
- Utilização de metodologias de investigação científica;
- Assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática do ensino crítica e participação no mundo;
- Utilização de recursos de informática necessários ao exercício da profissão.

b) Específicas:

- Descrição e explicação de características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de variedades da língua portuguesa;
- Compreensão, à luz de diferentes referenciais teóricos, de fatos linguísticos e literários, tendo em vista a condução de investigações sobre a linguagem e sobre os problemas relacionados ao ensino-aprendizagem da língua portuguesa e sua relação com contextos sociais mais amplos dentro de uma dimensão ambiental situada;
- Estabelecimento e discussão de relações entre textos literários e os contextos em que se inserem, e outros tipos de discursos; relação do texto literário com problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções da contemporaneidade;
- Compreensão e aplicação de diferentes teorias e abordagens de ensino que permitem a transposição didática crítica do trabalho com a língua e suas literaturas para a educação básica.

11. OBJETIVOS DO CURSO

Em consonância com o PDI da UFAL (em vigor até 05/2019) e partindo dos princípios norteadores para o curso de Letras (Resolução n. 18 CNE/CES de 13 de

março de 2002), o curso tem como finalidade formar licenciados em Letras Português em condições de atuarem nas escolas da rede pública e privada da Educação Básica, de acordo com as atuais exigências pedagógicas.

Tendo em vista essa finalidade, foram preconizados os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Objetivos Específicos:

- Formar professores de Língua Portuguesa para o exercício do magistério no Ensino Fundamental e Médio.
- Formar profissionais que saibam usar com competência as linguagens oral e escrita, nos mais variados contextos, e capazes de lidar criticamente com elas, conscientes de seu papel na sociedade e na sua relação com o outro.
- Garantir um conhecimento seguro dos conteúdos específicos de sua formação profissional que são os alicerces para se tornar professor e exercer com segurança sua atividade profissional.
- Formar professores capazes de selecionar, organizar e utilizar diferentes instrumentos de avaliação que favoreçam a aprendizagem.

12. CAMPOS DE ATUAÇÃO

Tendo por base uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da língua portuguesa e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras (Parecer CNE/CES 492/2001), os espaços de atuação do licenciado em Letras estão mais diretamente voltados para a atuação como professor na educação básica, nos domínios público e privado. Há, ainda, a possibilidade de atuação deste profissional na revisão de textos, desenvolvimento e análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino de língua portuguesa e respectiva(s) literatura(s), elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, assessoria cultural, crítica linguística e literária, dentre outros que envolvam a língua/linguagem/discurso, em termos de sua estrutura, funcionamento, manifestações culturais e sócio históricas.

13. PROCESSO SELETIVO

Serão ofertadas 30 vagas por polo em um regime de entrada única, anual, sempre no primeiro semestre do ano.

De acordo com a Portaria Normativa nº 09, de 30 de junho de 2009, do Ministério da Educação, art. 4º, será mantido, pelo MEC, sistema eletrônico denominado "Plataforma Paulo Freire", com vistas a reunir informações e gerenciar a participação nos cursos no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores.

Conforme parágrafo 1º, do art. 4º, os profissionais do magistério interessados em participar dos cursos deverão efetuar sua pré-inscrição por meio da referida plataforma, indicando o curso pretendido e a Secretaria de Educação a que se encontra vinculado. As pré-inscrições serão analisadas pelas Secretarias de Educação dos Municípios, Estados e do Distrito Federal. Serão validadas aquelas inscrições que correspondam às necessidades da respectiva rede, de acordo com planejamento estratégico elaborado. Após a conclusão do procedimento de validação pelas Secretarias de Educação, as listas com as inscrições serão submetidas à COPEVE para fins de seleção e matrícula.

Havendo um número de inscrições validadas superior às 30 vagas ofertadas para o curso de Letras Português a distância em cada polo serão definidos critérios internos de seleção, devidamente estabelecidos no edital.

14. AVALIAÇÃO

Entende-se por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando ao crescimento qualitativo do curso. Para tanto, o principal instrumento adotado é o proposto pelo INEP/MEC, Instrumento de Avaliação de cursos de graduação (2017), que trata da Avaliação de Cursos de Graduação presenciais e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tanto para reconhecimento, quanto para renovação de reconhecimento.

A avaliação, sendo um instrumento essencial para a determinação das efetivas condições de ensino-aprendizagem do aluno-professor (aspirante a uma

formação de primeira licenciatura) e fundamental para a realização de seus objetivos educativos e profissionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

- Avaliações feitas pelo corpo docente: avaliações dos alunos; avaliação da disciplina e dos recursos educacionais;
- Avaliações feitas pelo corpo discente: avaliação dos professores, dos recursos educacionais e da disciplina.
- Avaliação institucional.

14.1 AVALIAÇÕES DO CURSO FEITAS PELO CORPO DOCENTE E DISCENTE

O curso de Português EAD da FALE deve passar periodicamente por um processo de avaliação interna, visando garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações. A Comissão de auto avaliação (CAA) da FALE, formada por docentes e representantes discentes, designada para este fim pela diretoria da FALE, avalia, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica da FALE, os seguintes aspectos: a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do ingressante; b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso; c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos; d) aspectos técnico-administrativo-acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativo; e) instalações físicas.

Esta avaliação é importante para aferir o sucesso do novo currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, uma vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações.

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES - e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Português EAD é realizado por uma comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com predomínio de docentes, identificada no Projeto de Auto avaliação da UFAL como Comissão de Auto avaliação – CAA, instalada em cada Unidade Acadêmica e/ou Unidade Educacional, no caso dos campi interioranos. Além disso, a avaliação do desempenho docente e a auto avaliação

serão efetivadas pelos alunos/disciplinas fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional. Os pontos avaliados serão: formação profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional.

O Curso Português EAD deve ser avaliado pela citada Comissão e pelos membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE. Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA que coleta dados através de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo. Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica através de formulários on-line, disponibilizados segundo cronograma de desempenho divulgado pela CPA. Em ambas as situações, os participantes se expressam sobre a condução do Projeto Pedagógico do Curso, entre outros aspectos, como a atuação, a qualificação e a relação com os docentes e as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas. Desta forma, os dados computados são organizados e analisados pela Comissão de Auto Avaliação – CAA e enviados para serem consolidados pela CPA/UFAL e incorporados ao Relatório de Avaliação Institucional, de periodicidade anual.

14.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O advento das TIC produziu mudanças em nosso modo de pensar e agir, alterando profundamente nosso cotidiano e não poderia ser diferente na dimensão educacional, sobretudo, na modalidade a distância.

A concepção de EAD nos conduz a todas as formas de aprendizagem em que a figura do professor e do aluno encontram-se distantes e englobam um conjunto de estratégias educativas que pressupõe a utilização de tecnologias convencionais e modernas (digitais), permitindo estudos individuais ou em grupo.

Em EAD, a avaliação é feita em momentos presenciais e on-line, sendo a avaliação presencial preconizada pela legislação (através da LDBVER 9394/96 e, sobretudo, pelo Decreto 5622/2005), que exige definição prévia dos locais para sua realização. Além disso, os resultados dos exames presenciais devem prevalecer sobre os demais resultados da avaliação a distância.

Os encontros presenciais serão realizados nos polos do curso. Cada disciplina contará com, no mínimo, dois encontros presenciais. A participação dos alunos nos encontros presenciais é obrigatória em 75% do total da carga horária de cada disciplina.

O processo avaliativo se dará durante todo o desenvolvimento do curso, tendo como pressupostos básicos a avaliação participativa e processual, atendendo aos diversos níveis de avaliação, tais como: a avaliação da aprendizagem, do material utilizado, da metodologia tanto do professor quanto do curso.

A avaliação didático-pedagógica está fundamentada numa perspectiva emancipatória em que o aluno, a partir da reflexão da sua prática pedagógica associando-a aos conceitos teóricos discutidos ao longo do curso, possa desenvolver uma proposta de autonomia pessoal e desenvolvimento profissional que extrapole os modelos tradicionais de avaliação.

A importância desta avaliação processual, nos seus diversos níveis, constitui uma prática constante de realimentação, possibilitando as intervenções que se fizerem necessárias, como forma de minimizar as possíveis dificuldades do processo. O processo avaliativo da aprendizagem desenvolve-se de forma quantitativa e qualitativa de acordo com as normatizações da UFAL.

O processo de avaliação da aprendizagem constará de avaliações presenciais e não presenciais, tais como:

- Avaliações a distância: podem se constituir, de acordo com a essência de cada módulo, de trabalhos enviados para os polos pelos tutores e por eles corrigidos, ou de exames a distância, com prazo para retorno das soluções. Também serão utilizadas atividades avaliativas através das quais se procurará verificar o processo de construção do conhecimento proposto pelo módulo ou atividade de curso, bem como seu progresso na aquisição de habilidades e competências previstas.

Estas atividades serão elaboradas pelo professor de cada disciplina e discutidas com os tutores coordenadores. São exemplos de avaliações a distância: relatórios de projetos ou de pesquisas; participação em trabalhos, provas; estudo de caso, preparação e análise de planos; observação de aulas; entrevistas; memorial; monografia; exercícios; redação de textos; elaboração de material didático, comentários e resenhas sobre textos e vídeos; resolução de problemas, solução de

casos práticos. Essas avaliações devem incluir atividades em grupo, para estimular a interação entre estudantes com o objetivo de compartilhar as dificuldades e buscar soluções para os problemas. As avaliações não-presenciais podem ser feitas através de ferramentas de comunicação e interação síncronas (chat, sala de aula virtual, tutoria online, etc.) e assíncronas (e-mail, lista de discussão, fóruns, prova virtual, portfólio do aluno, etc.), em vista do monitoramento à distância do aluno.

- Avaliações presenciais: os alunos realizarão, nos polos, uma avaliação presencial ao final de cada módulo, considerando a exigência legal do MEC para os cursos a distância. A avaliação será elaborada pelos especialistas do módulo e discutida com os professores tutores. O processo de impressão, empacotamento e transporte da avaliação será acompanhado pelo coordenador do curso e pelos tutores que também estarão presentes nos polos no momento de sua aplicação.

- Auto avaliação: deverá permear o material didático levando o aluno a avaliar seu progresso e a desenvolver estratégias de metacognição ao se conscientizar dos diversos aspectos envolvidos em seus processos cognitivos. A auto avaliação auxiliará o estudante a tornar-se mais autônomo, responsável, crítico, capaz de desenvolver sua independência intelectual. O aluno realizará as atividades de auto avaliação que se encontram no material didático. Ele permitirá uma forma de auto-observação, autoconhecimento, que o aluno avalie o seu progresso e desenvolva estratégias de metacognição ao se conscientizar dos diversos aspectos envolvidos nos seus processos cognitivos.

A avaliação nas disciplinas ocorre de duas formas :

- a distância : compreende a média aritmética das atividades avaliativas e postadas no ambiente virtual de aprendizagem, sendo atribuída a cada atividade uma nota de zero a dez. Esta avaliação tem um caráter processual e peso 4.

- presencial : compreende o resultado da avaliação aplicada presencialmente, pelo professor, sendo atribuída uma nota de zero a dez. Esta avaliação tem peso 6.

14.3 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso é importante para aferir a adequação do novo currículo, como também para certificar-se da necessidade de alterações futuras que possam contribuir para a otimização do mesmo, considerando-se tanto a sua dinamicidade como a dinamicidade histórica, exterior a ele. Esta avaliação é feita pelo colegiado do curso e pelo NDE, tomando como instrumento base os relatórios da CAA – Comissão de Auto avaliação e os relatórios acadêmicos relativos à evasão, retenção e aproveitamento escolar dos discentes.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir tanto uma avaliação institucional como uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam garantir uma discussão ampla do projeto, mediante um conjunto de questionamentos organicamente ordenados que facilitem a identificação de possíveis deficiências e/ou de mudanças históricas que atuem dinamicamente sobre a estrutura curricular, forçando a sua adequação.

O Curso será também avaliado pela sociedade, através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária, em parceria com instituições e empreendimentos alagoanos, assim como com estágios curriculares não obrigatórios, a partir do momento que suas ações e procedimentos serão divulgados por vias do site e da Unidade Acadêmica.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino, em atendimento ao artigo 9, inciso IX, da lei n 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

I. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;

II. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico e profissional;

III. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

A PROGRAD – Pró Reitoria de Graduação da UFAL desempenha papel crucial no processo de reformulação do PPC, através de análise detalhada, recomendações e elaboração de um calendário, através do qual, após reformulados, os PPC são encaminhados para aprovação no Colegiado e Conselho da Unidade e, posteriormente, à Câmara Acadêmica e CONSUNI.

15. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização curricular, embasada no PARECER Nº CNE/CES 492/2001, estabelece que os de formação inicial para profissionais do magistério para a educação básica em nível superior devem se organizar em torno de três eixos: *Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre*. Todavia, para efeito de adequação às orientações presentes na RESOLUÇÃO Nº 02 CNE/CES, de 03 de julho de 2015, tais eixos foram ressignificados e passam a configurar como parte constitutiva do que se denominou de *Núcleo de Formação Geral, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação e Núcleo de Estudos Integradores*.

15.1 NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL (NFG)

O núcleo de estudos de formação geral (NFG) tem como objetivo a formação geral do/a aluno/a na área dos estudos da Linguagem. Essa formação geral, para o aluno de Letras – Português, deve ser adquirida através de disciplinas, como Leitura e Produção de Textos 1 e 2, Teoria Linguística 1 e 2, Teoria da literatura 1 e 2, Língua Latina, Linguística Aplicada, Sociolinguística, Análise do discurso, Pesquisas Teóricas e Aplicadas em Letras e Linguística e Fundamentos de Libras.

A prática de leitura e produção de textos nas duas disciplinas, Leitura e Produção de Textos 1 e 2, tem como objetivo desenvolver no/a aluno/a, como habilidade de estudo, a capacidade de leitura e de escrita de diversos gêneros com ênfase nos gêneros acadêmicos, visando a um efetivo exercício da cidadania e habilidades comunicativas na construção do texto científico.

As disciplinas de Teoria Linguística 1 e 2 e Teoria da literatura 1 e 2 são encarregadas de propiciar ao aluno a fundamentação teórica e prática tanto para o estudo das diferentes modalidades de línguas e suas respectivas literaturas quanto

para o aspecto pedagógico para ensino dessas, aspectos que serão aprofundados com as disciplinas específicas de Metodologia do Ensino da Literatura e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, conforme será apresentado adiante.

A relação teoria e prática também é proporcionada na distribuição das disciplinas que ocorrem concomitantemente nos semestres. Por exemplo, no segundo semestre do curso, enquanto em teoria Linguística 2 são apresentados os pressupostos e categorias da linguística textual (uma das correntes linguísticas estudadas), em Leitura e Produção de Textos 2, os/as alunos/as refletirão sobre as implicações dos processos de coesão e coerência para a compreensão textual de determinado gênero, colocando em prática o que é estudado como teoria.

Os estudos em Língua Latina objetivam introduzir o/a discente nos Estudos Clássicos no sentido de estimular uma reflexão sobre o intervalo entre o mundo contemporâneo e o clássico, numa perspectiva histórica e crítica dessa contemporaneidade, tanto no que diz respeito a aspectos da língua, como da cultura, estabelecendo assim um profícuo campo para a apreensão de uma postura mais crítica sobre a sociedade atual e a dimensão ambiental à qual essa sociedade está atrelada. As discussões na referida disciplina também despertam o raciocínio político-ideológico para premente necessidade de se buscar

a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino (BRASIL, 2014)³¹.

A disciplina Linguística Aplicada, por sua vez, visa a uma reflexão não-dicotômica entre teorias e práticas utilizadas na sala de aula de línguas, priorizando dados de pesquisa de linha antropológica e etnográfica. Dessa forma, a Linguística Aplicada busca estabelecer um diálogo com demandas sociais, dentro de uma perspectiva ética, visando ao desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados (BRASIL, 2003)³².

³¹ BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (RESOLUÇÃO Nº 1 de 17 de junho de 2014).

³² BRASIL, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos - Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

A disciplina Sociolinguística é um campo de conhecimento sobre a língua e um espaço de investigação interdisciplinar que, considerando os fatores sociais como elementos não desvinculados dos fatores internos da língua, promove uma reflexão sobre as implicações da relação entre linguagem e sociedade. Ela busca uma discussão sobre o respeito e sobre as desigualdades sociais, tratando de temáticas relacionadas ao Preconceito Linguístico, por exemplo. Desmistificando a ideia da homogeneidade linguística, a disciplina implementa nas suas discussões uma sensibilidade para a consciência dos mecanismos pedagógico-políticos de monitoramento e de pressão social sobre as comunidades mais vulneráveis, promovendo uma busca de materialização e de defesa dos direitos humanos, numa perspectiva transversal.

A disciplina Análise do Discurso visa a formação de docentes qualificados e sensíveis às práticas de desvelamentos de discursos como aqueles que prejudicam a vida integrada numa sociedade cidadã. Esses têm também o intuito de forjar novas relações sociais, direcionando positivamente as relações entre pessoas.

A disciplina Pesquisas Teóricas e Aplicadas em Letras e Linguística propicia a reflexão para além de normas técnicas, considerando conceitos de pesquisas no contexto educacional e fora dele, métodos e abordagem de observação de fatos de linguagem e de suas práticas na sociedade e planejamento e organização do trabalho científico. A dimensão pedagógica nesta disciplina é exercitada nas reflexões sobre os objetos de ensino do processo de ensino e aprendizagem de línguas.

A disciplina Fundamento em Libras, componente curricular obrigatório nas licenciaturas, de acordo com o Art. 3º do Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, regulamentada na lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, propicia, para a formação do/a graduando/a, uma necessária visão acerca da acessibilidade a pessoas surdas, entendendo que não basta que estas sejam inseridas nas salas de aula, mas que sejam, principalmente atendidas nas suas necessidade de interação linguístico-discursivas.

O curso é estruturado em oito períodos, sendo os sete primeiros compostos por dois módulos cada e o último com um módulo, computando um total de 15 módulos, cujas atividades serão desenvolvidas na modalidade a distância com momentos presenciais no início e término de cada módulo e com a avaliação presencial. Além dos encontros presenciais previstos com o professor, serão, também, oferecidos plantões pedagógicos com os tutores presenciais em cada polo.

O núcleo de estudos de formação geral, sob responsabilidade do curso, deve ser integralizado em horas relógio distribuídas da seguinte forma:

Tabela 5: Componentes do Núcleo de Estudos de Formação Geral

Componentes	Hora
Leitura e Produção de Texto em Língua Portuguesa 1	72
Leitura e Produção de Texto em Língua Portuguesa 2	72
Teoria Linguística1	72
Teoria Linguística 2	72
Teoria da Literatura 1	72
Teoria da Literatura 2	72
Língua Latina	72
Linguística Aplicada	72
Sociolinguística	72
Análise do discurso	72
Pesquisas teóricas e aplicadas em letras e linguística	72
Fundamentos de Libras	54
Total	846

Além da formação geral, o/a aluno/a segue sua formação específica em Português, definida pelo Núcleo de Aprofundamento e Diversificação sobre a Língua e suas Literaturas (NAD), subdividido por dois núcleos: Núcleo de Aprofundamento (NA) e Núcleo de Formação para a Diversificação e Docência (NFDD), como apresentados a seguir.

15.2 NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO SOBRE A LÍNGUA E SUAS LITERATURAS (NAD)

Este núcleo é formado pelo Núcleo de Aprofundamento e pelo Núcleo de Formação para a Diversificação e Docência.

15.2.1 Núcleo de Aprofundamento

Este núcleo compõe o aprofundamento sobre a língua e suas literaturas, articulado organicamente ao conhecimento adquirido pelo/a discente no núcleo de formação geral e tem como objetivo descrever e explicar a estrutura, os usos e as variações da língua, bem como apresentar as literaturas, a partir do estudo das organizações discursivas e literárias de obras representativas, tendo sempre em vista a prática de ensino. Por exemplo, enquanto nas Teorias das Literaturas (Teoria da Literatura 1 e Teoria da Literatura 2) se discutem os conceitos, as funções, os gêneros e a periodização da literatura e estudam-se os elementos constitutivos da prosa, da poesia e do teatro, nas Literaturas de Língua Portuguesa 1 e 2, disciplinas do núcleo específico, realizam-se estudos sobre autoria e sobre a produção das obras de um modo geral, sobre a formação de literaturas específicas e da constituição do seu cânon, bem como o exame de suas obras relevantes e da relação entre o campo literário e outros campos discursivos, visando a uma apreensão mais prática da aplicação desses conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem.

Envolve uma parte obrigatória, com conteúdos considerados básicos sobre o funcionamento da língua e de suas literaturas, e uma parte eletiva, com conteúdos mais direcionados aos interesses específicos de cada aluno/a. O TCC, por se tratar de um estudo aprofundado e desenvolvido ao longo do curso pelo aluno, principalmente a partir do 6º período, articulando-se com a disciplina "Pesquisas teóricas e práticas em Letras e Linguística" está incluído aqui.

Tabela 6: Componentes do Núcleo de Aprofundamento

Componentes	Hora
Literatura de Língua Portuguesa 1	72
Literatura de Língua Portuguesa 2	72
Literatura de Língua Portuguesa 3	72
Literatura de Língua Portuguesa 4	72
Literatura de Língua Portuguesa 5	72
Fonologia do Português	72
História da Língua Portuguesa	72
Morfologia de Língua Portuguesa	72
Sintaxe do Português	72
Semântica do Português	72
Eletiva	54

TCC	40
Total	814

15.2.2 Núcleo de formação para a diversificação e docência

Segundo a resolução nº 06/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018³³, os componentes curriculares dos cursos de Graduação de Formação de Professores para a Educação Básica deverão ser distribuídos ao longo do curso, considerando as categorias de Ênfase Político-Pedagógica e de Ênfase Didático-Pedagógica, com disciplinas ofertadas pelo CEDU (Centro de Educação), no primeiro caso, e preferencialmente ofertados pelo próprio curso, no segundo.

Para Português EAD, o núcleo tem como objetivo estimular a reflexão sobre a identidade profissional docente, a realidade sócio educacional brasileira e local, a estrutura organizacional das instituições de ensino e as possíveis didáticas do processo de ensino/aprendizagem. A proposta é estabelecer a relação entre teoria e prática, em movimentos contínuos entre saber e fazer, na busca de significados para a gestão e para a solução de problemáticas do ambiente escolar. Sendo assim, a partir dos conhecimentos propostos dentro deste núcleo, o/a discente poderá refletir criticamente sobre sua atuação como professor/as, assegurando, assim, a produção do conhecimento do saber docente para a ressignificação das práticas.

Abaixo, são apresentados os componentes deste núcleo, considerando as dimensões acima apresentadas.

Tabela 7: Componentes do Núcleo de formação para a diversificação e docência:

Componentes	Hora
Introdução a EAD	54
Profissão Docente	54
Política e Organização da Educação Básica no Brasil	72
Desenvolvimento e Aprendizagem	72
Didática	72

³³ Esta Resolução define os componentes curriculares comuns aos cursos de graduação de formação de professores para a educação básica, no âmbito da UFAL.

Gestão da Educação e do trabalho escolar	72
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	72
Metodologia do Ensino de Literatura	72
Total	540

Os dois núcleos, Núcleo de estudos de formação geral e núcleo de aprofundamento e diversificação sobre a língua e suas literaturas computam 2.200 horas, conforme preconiza a Res. N. 2 de 01 de julho de 2015.

15.3 NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES

O Núcleo de Estudos Integradores congrega a dimensão de interlocução mais direta entre a formação teórica e prática dos/as estudantes, o que corresponde às 200 horas de Atividades teórico-práticas complementares.

Considerando a Res. No 2 de 1 de julho de 2015, em seu capítulo V-§1º, que preconiza que "os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura" deverão ter "200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes" e a Instrução Normativa no 01/2016 da FALE, o Curso de Português EAD destina 200 (duzentas) horas de sua carga horária para essas atividades, as quais podem ser constituídas da seguinte forma:

Tabela 8 – Barema com as Atividades Teórico-Práticas Complementares

ATIVIDADE	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
ENSINO	Disciplinas eletivas cursadas além da carga horária mínima estabelecida na grade curricular: Carga Horária da Disciplina	80
	Disciplinas isoladas dentro da área de formação de conhecimento do discente ou áreas afins: Carga Horária da Disciplina	80
	Disciplinas isoladas cursadas em regime de mobilidade acadêmica: Carga horária da disciplina	Integral*
	Participação em programa de monitoria (bolsista ou colaborador) com certificação expedida ou reconhecida pela UFAL	80

	Participação em Cursos como discente, dentro da área de formação de conhecimento do discente ou áreas afins		80
PESQUISA	Artigos Publicados em eventos	Publicação Internacional: 30 horas/artigo	80
		Publicação Nacional: 20 horas/artigo	
		Publicação Regional: 10 horas/artigo	
	Artigos Publicados em Periódicos	Publicação Internacional: 60 horas/artigo	80
		Publicação Nacional: 40 horas/artigo	
		Publicação Regional: 20 horas/artigo	
	Resumo em Anais de Eventos	Publicação Internacional: 15 horas/artigo	80
		Publicação Nacional: 10 horas/artigo	
		Publicação Regional: 05 horas/artigo	
	Capítulos de Livros	Publicação Internacional: 60 horas/artigo	80
		Publicação Nacional: 40 horas/artigo	
		Publicação Regional: 20 horas/artigo	
	Participação em PIBIC		80
	Participação em Grupos de Pesquisa		80
EXTENSÃO	Participação em Eventos: Seminários, congressos, jornadas, conferências, encontros, simpósios, ciclos de palestras e semanas acadêmicas. PIBIP/Ação		100
	Como apresentador:	Evento Internacional: 20 horas/evento	80
		Evento Nacional: 16 horas/evento	
		Evento Regional: 12 horas/evento	
	Como organizador:	Evento Internacional: 20 horas/evento	80
		Evento Nacional: 16 horas/evento	
		Evento Regional: 12 horas/evento	
	Evento		

	Como Monitor:	Internacional: 10 horas/evento	40
		Evento nacional: 8 horas/evento	
		Evento Regional: 6 horas/evento	
	Cursos	Curso dentro da área de formação do discente: carga horária do curso	80
Participação em projetos de extensão (PIBIP/Ação; PIBID)		80	
Participação em atividades comunitárias certificadas por ONGS ou associações comunitárias			
Representação Estudantil	Participação nas entidades estudantis locais (Centro Acadêmico e Diretório Central dos Estudantes) e nacionais:		40
Outras Atividades	Participação no PET, PIBID, PIBIP-ação, ou outros programas institucionalizados: 40 horas por semestre		80

Assim, o aluno de Letras a distância da UFAL, além das atividades e aulas obrigatórias previstas para sua formação, pode ainda participar de programas de pesquisa e extensão, como outras atividades complementares a sua qualificação profissional. No curso de Letras da UFAL, há dois programas de pesquisa para os graduandos: o PET e o PIBIC.

O Programa Especial de Treinamento (PET) é um programa que visa à formação de grupos de tutoriais de aprendizagem em cursos de graduação. Tem como objetivo oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando à formação do profissional crítico e atuante; promover a integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso de carreira universitária; estimular a melhoria do ensino de graduação através de: desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas no âmbito do curso; atuação dos bolsistas como agentes multiplicadores disseminando novas ideias e práticas entre o conjunto dos alunos do curso; interação dos bolsistas do Programa com os corpos docente e discente da instituição em nível de pós-graduação; a participação em atividades características de programas de pós-graduação³⁴.

³⁴ PET/Letras/UFAL: www.UFAL.chla/petletras.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo CNPQ, pela FAPAL (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas) e pela própria UFAL, é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. É voltado para o aluno de graduação, como incentivo a sua formação. Privilegia a participação ativa de bons alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada, que culminam com um trabalho final avaliado e valorizado.

Os objetivos das atividades de pesquisa previstas por esses programas estão em consonância com os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), oferecido pela Faculdade de Letras, o que permite grande integração entre graduação e pós.

No tocante à extensão, é possível a participação, além de programas pontuais, desenvolvidos pelos professores do curso, em mais dois programas permanentes de extensão nos quais os graduandos podem desenvolver atividades a serem creditadas na sua vida acadêmica: as Casas de Cultura no Campus e o Núcleo de Estudos Indígenas (NEI).

O Casas de Cultura é um programa de extensão permanente desenvolvido pela Faculdade de Letras que tem como objetivo oferecer curso de línguas estrangeiras modernas, em nível básico, intermediário e avançado, para a sociedade, e possibilitar a criação de um espaço de vivência de ensino de línguas estrangeiras para os alunos dos cursos de graduação e pós, mantidos pela Unidade. Nesse programa, os graduandos e pós-graduandos em Letras, sob a devida orientação de um professor, podem participar como professor-bolsista, em regime de estágio, curricular ou não, como monitor, auxiliando o professor titular no preparo de aulas e material didático, entre outras atividades.

O Núcleo de Estudos Indígenas, também vinculado à Faculdade de Letras, pretende incentivar estudos e pesquisas relacionados ao índio brasileiro, abrangendo os mais variados aspectos das ciências humanas. Os objetivos do Núcleo são:

- Incentivar estudos e pesquisas sobre a linguagem do índio e seus agentes condicionadores;
- Realizar pesquisas sobre temas relacionados com os índios brasileiros, abrangendo aspectos das Ciências Humanas: linguísticos, literários, antropológicos, religiosos, de saúde; das Artes: música, artes plásticas, etc.;

- Promover exposições, conferências e ciclos de debates sobre temas indígenas;
- Divulgar os resultados dos estudos e pesquisas realizadas;
- Estabelecer intercâmbio com entidades locais e nacionais que se dedicam também ao estudo do índio brasileiro, e se fazer representar, quando necessário, no cenário nacional em prol das causas indigenistas.

Segue abaixo o ordenamento curricular do curso de licenciatura em Português EAD, especificando nome dos componentes curriculares, carga horária teórica, prática e total, bem como os núcleos e/ou classificação de vinculação, segundo o PARECER N° CNE/CES 492/2001 e a RESOLUÇÃO N° 02 CNE/CES.

Quadro 1 – Ordenamento Curricular: conteúdos e núcleos

		Disciplina/ Componentes Curriculares	Obrigatória	Semanal	Teórica	Prática	Modular/Semestral
Conteúdos Básicos	Núcleo de Estudos de Formação Geral	Leitura e produção de textos em língua portuguesa 1	Sim	8	36	36	72
		Teoria Linguística 1	Sim	8	72	-	72
		Teoria da Literatura 1	Sim	8	72	-	72
		Leitura e produção de textos em língua portuguesa 2	Sim	8	36	36	72
		Teoria Linguística 2	Sim	8	72	-	72
		Teoria da Literatura 2	Sim	8	72	-	72
		Linguística Aplicada	Sim	8	72	-	72
		Língua Latina	Sim	8	72	-	72
		Fundamentos de Libras	Sim	6	54	-	54
		Pesquisas teóricas e aplicadas em Letras e Linguística	Sim	8	36	36	72
		Sociolinguística	Sim	8	72	-	72
		Análise do Discurso	Sim	8	72	-	72
		Conteúdos Específicos	Núcleo de Aprofundamento e Diversificação	Introdução a EAD	Sim	6	27
Literatura de Língua Portuguesa 1	Sim			8	72	-	72
Profissão docente	Sim			6	54	-	54
Literatura de Língua Portuguesa 2	Sim			8	48	24	72
Política e organização da ed. Básica no Brasil	Sim			8	48	24	72
Literatura de Língua Portuguesa 3	Sim			8	72	-	72
Desenvolvimento e aprendizagem	Sim			8	36	36	72
Didática	Sim			8	36	36	72
Fonologia do Português	Sim			8	72	-	72
Semântica do Português	Sim			8	72	-	72
Literatura de Língua Portuguesa 4	Sim			8	72	-	72
História da Língua Portuguesa	Sim			8	72	-	72
Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	Sim			8	36	36	72
Gestão da educação e do trabalho escolar	Sim			8	72	-	72
Morfologia de Língua Portuguesa	Sim			8	72	-	72
Metodologia do Ensino de Literatura	Sim			8	36	36	72
Sintaxe do Português	Sim			8	72	-	72
Literatura de Língua Portuguesa 5	Sim			8	72	-	72
Eletiva	Sim			6	54	-	54
TCC 1	Sim			-	20	-	20
TCC 2	Sim	-	20	-	20		
Conteúdos Teóricos Práticos	Núcleo de Estudos Integradores	Atividades teórico-práticas complementares	Sim	-	200		200

16. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 59 de outubro de 2015, orientadora das licenciaturas da UFAL, a proposta de disciplinas de um curso deverá conter a distribuição seriada de 400 (quatrocentas) horas/relógio destinadas à Prática Pedagógica, na forma interdisciplinar, por meio de atividades adequadas à formação docente. Sobre a relação teoria e prática e de acordo com o § 3º, do capítulo 5, das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015, entende-se que:

Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

E, ainda, considerando o argumento da letra c do artigo 12 das mesmas Diretrizes, entende-se como necessárias, na formação docente, o “conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira”. Nessa direção, as disciplinas denominadas Práticas 1, 2, 3 e 4 do curso de Letras Português, distribuídas em diversos campos de atuação, terão como objetivo a implementação da interdisciplinaridade necessária para a formulação de um saber contextualizado. Abaixo encontram -se as propostas das disciplinas:

Tabela 9: Das Práticas

Práticas	Hora
Prática 1: Leitura e Interpretação de textos literários	100
Prática 2: Leitura e Produção de Textos na Sala de Aula	100
Prática 3: Análise de práticas de linguagem e/ou fatos linguísticos na sala de aula	100
Prática 4: Tecnologias da informação e da comunicação no ensino fundamental e médio	100
Total	400

Um conjunto de disciplinas do curso de Português EAD compõe a Dimensão Pedagógica que, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015, parágrafo 5º do artigo 13, não deve corresponder a menos de um quinto da carga horária total,

corroborado pelos princípios orientadores das Licenciaturas na UFAL – Resolução nº 06/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, quando dizem que

Os componentes curriculares dos cursos de Graduação de Formação de Professores para a Educação Básica que constituem as Dimensões Pedagógicas, deverão ter carga horária não inferior à quinta parte da carga horária total do curso.

No curso de Português EAD, mais de um quinto da carga horária total é direcionada à constituição do conhecimento sobre objetos de ensino³⁵, na observância da dimensão pedagógica de tal conhecimento, conforme observado abaixo:

Tabela 10: Disciplinas que compõem a dimensão pedagógica

Disciplinas	Hora	Semestres
Profissão docente	54	1º
Introdução a EAD	54	1º
Política e Organização da Educação Básica no Brasil	72	2º
Desenvolvimento e Aprendizagem	72	3º
Didática	72	3º
Linguística Aplicada	72	3º
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	72	4º
Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	72	4º
Metodologia do Ensino de Literatura	72	5º
Fundamentos de Libras	54	5º
Pesquisas Teóricas e Aplicadas em Letras e Linguística	72	6º
Sociolinguística	72	7º
Total	810	-

Os/as alunos/as de Letras, assim como todos/as os/as alunos/as dos cursos de licenciatura da UFAL, discutem questões relativas à Profissão Docente, ao

³⁵ § 5º Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total (Art. 13, DCN 2015).

Desenvolvimento e à Avaliação da Aprendizagem, à Gestão da Educação e do Trabalho, às Metodologias de Ensino, às condições especiais de aprendizagem, à Política e Organização da Educação Básica, à questões de gênero, étnico-raciais, de geração na disciplinas que compõem essas dimensões.

17. ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)

O Plano Nacional de Extensão assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. Em cumprimento a essa demanda, a UFAL aprovou a Resolução 04/2018 – CONSUNI/UFAL, a qual define que esse percentual deverá ser cumprido através de ações de extensão que estejam formalizadas enquanto componente curricular obrigatório.

Dessa forma, no contexto deste curso, as atividades curriculares de extensão estão inseridas na Matriz Curricular na forma de cinco componentes curriculares, denominados *Atividade Curricular de Extensão 1, 2, 3, 4 e 5*, os quais se localizam, respectivamente, nos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º períodos. Em tais componentes curriculares serão desenvolvidos prioritariamente dois projetos de extensão (cada um com duas ACE) e um produto.

A extensão no âmbito do Curso de Português EAD, concebida com base nos princípios da macro organização estrutural do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária (1999), em observância da Política Nacional de Extensão Universitária (2012), está aqui proposta com o objetivo central de articular os conhecimentos produzidos no campo da Linguagem - e seu inextricável vínculo com a sociedade - com as diversas demandas da sociedade alagoana.

Assim, visando promover diálogos entre abordagens de disciplinas que atuam no desenvolvimento humanístico do indivíduo, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) propostas abordam as áreas Cultura, Educação, Formação de Professores e Desenvolvimento Humano, com o viés humanizante que caracteriza o Curso de Português EAD da FALE. Em concreto, as atividades de extensão que neste PPC estão congregadas propõem reflexões teóricas sobre a produção científico-

cultural como meio para desenvolver a capacidade crítico-relacional entre a pesquisa e a atuação do professor de português atento às demandas da sociedade alagoana.

Em termos gerais o conjunto de atividade propostas visa a 1) incentivar o estudante de Português a refletir sobre questões relacionadas a seu papel transformador da educação, via conhecimento da realidade em que está inserido; 2) promover encontros interdisciplinares que discutam junto à comunidade em geral as suas reais necessidades, em termos de educação e desenvolvimento cultural; 3) estimular ações, dentro e fora do campi da UFAL, centradas na construção do conhecimento ético e humanizante, através de um processo dialógico junto a professores e estudantes das redes públicas da Educação alagoana, envolvendo, igualmente, outros setores sociais; 4) aperfeiçoar o saber científico adquirido em sala de aula, mediante a implantação de debates orientados por professores-pesquisadores das distintas áreas a que estão relacionadas às atividades de extensão propostas neste PPC, visando à formação holística do professor de Letras.

Integradas às linhas de extensão educação básica, divulgação científica e tecnológica, formação de professores e metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem, o Curso de Português EAD terá em sua conformação curricular dois projetos de extensão e um produto, abaixo descritos, em suas concepções:

ACE 01/Projeto de extensão 01: *Compartilhando saberes*/Semestre 02:

O projeto *Compartilhando saberes* envolve as áreas de Linguística e Literatura e a linha de extensão *formação de professores*. Pretende desenvolver um conjunto de propostas de natureza acadêmica e de caráter sociocultural, que ocorrerão durante dois semestres letivos. No primeiro semestre em que será ofertado (semestre 02) visa a, através da interação dialógica e da interdisciplinaridade entre literaturas e língua portuguesa, promover o conhecimento e o desenvolvimento cultural, visando transformar o entorno sociocultural. Este projeto tem como público alvo os professores de ensino fundamental (5º ao 9º anos) de escolas que se situam no entorno do polo, de modo que: a) inicialmente, os alunos selecionarão essas escolas, divulgarão o projeto e discutirão junto à comunidade escolar as suas reais necessidades, em termos de educação e desenvolvimento cultural; b) na sequência, a partir das necessidades relatadas por esses professores, alunos e professor da

disciplina elaborarão as atividades e um calendário de encontros com os professores do ensino fundamental.

Estas atividades contemplarão leitura e interpretação de textos literários (contos, livros, poemas, crônicas), leitura e interpretação de matérias jornalísticas de interesse da comunidade, produção de textos em diversos gêneros, como relatos de experiências, autobiografia, resumos, dentre outros.

Compartilhando saberes possui uma abrangência local e contempla a incorporação de escolas de áreas circunvizinhas aos polos.

Em termos organizacionais, esta ACE ocorrerá no segundo período do Curso, com a carga horária de 75 horas e terá continuidade na ACE 2. A proposta de ação contemplará momentos de leitura e discussão, assim como produções escritas a partir de experiências desenvolvidas no decorrer do curso. Ao final, será realizada uma avaliação do projeto através de questionário.

Tabela 11: **ACE 01**/Projeto de extensão 01

Componente curricular: ACE 01/Projeto de extensão 01: <i>Compartilhando saberes</i> / 2º semestre.		
Período letivo de oferta:	Segundo	
Distribuição de carga horária:	Teórica: 30	Prática: 45
Ementa:	Promoção do conhecimento e do desenvolvimento cultural, visando transformar o entorno sociocultural. Discussão junto à comunidade em geral das suas reais necessidades, em termos de educação e desenvolvimento cultural. Leitura e interpretação de textos literários (contos, livros, poemas, crônicas). Leitura e interpretação de matérias jornalísticas de interesse da comunidade, produção de textos em diversos gêneros, como relatos de experiências, autobiografia, resumos, dentre outros.	
Público-alvo:	Discentes da UFAL, professores de escolas públicas de ensino e comunidade em geral.	
Objetivos:	<p>Geral: desenvolver um conjunto de propostas de natureza acadêmica e de caráter sociocultural. Criar um espaço de interlocução que possibilite a apreciação de textos literários, jornalísticos e de outros gêneros, como relatos autobiográficos e de experiências.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Desenvolver atividades de apreciação e debates literários. -Abrir espaço de discussão teórica sobre a relevância da incorporação da literatura e do texto jornalístico na formação do alunado e do professor de língua portuguesa e literaturas. 	

Metodologia:	a) inicialmente, os alunos selecionarão essas escolas, divulgarão o projeto e discutirão junto à comunidade escolar as suas reais necessidades, em termos de educação e desenvolvimento cultural; b) na sequência, a partir das necessidades relatadas por esses professores, alunos e professor da disciplina elaborarão as atividades e um calendário de encontros com os professores do ensino fundamental.
Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE.	Alunos graduandos do curso de Português EaD, bem como professores das escolas circunvizinhas aos polos da UFAL em que o curso é ofertado participarão da avaliação das ações de extensão aqui propostas, mediante questionário de pesquisa de satisfação elaborado <i>ad oc</i> , para os fins a que se destina cada atividade proposta no projeto. O/A coordenador/a da ACE será o responsável em registrar a avaliação ao finalizar o projeto.
Bibliografia Básica:	CANDIDO, Antônio. Na sala de aula: caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 1985. (Fundamentos, 1). KOCH, I. V., ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Editora Contexto, 2009. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo, Parábola, 2010.
Bibliografia Complementar:	ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Contexto, 2010. BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. São Paulo, Loyola, 1998. CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 5. Ed. Ver. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013. FRANCHETTI, Paulo. Estudos de literatura brasileira e portuguesa. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ACE 02/Projeto de extensão 01: *Compartilhando saberes*/Semestre 03:

O projeto *Compartilhando saberes* envolve as áreas de Linguística e Literatura e a linha de extensão Formação de professores. Pretende desenvolver um conjunto de propostas de natureza acadêmica e caráter sociocultural, que ocorrerão durante dois semestres letivos. No semestre em que será ofertado (semestre 03) visa a, através da interação dialógica e da interdisciplinaridade entre literaturas e língua portuguesa, promover o conhecimento e o desenvolvimento cultural, visando transformar o entorno sociocultural. Este projeto tem como público alvo os

professores de ensino fundamental (5º ao 9º anos) de escolas que se situam no entorno do polo, de modo que: a) inicialmente, os alunos selecionarão essas escolas, divulgarão o projeto e discutirão junto à comunidade escolar as suas reais necessidades, em termos de educação e desenvolvimento cultural; b) na sequência, a partir das necessidades relatadas por esses professores, alunos e professor da disciplina elaborarão as atividades e um calendário de encontros com os professores do ensino fundamental.

Estas atividades contemplarão leitura e interpretação de textos literários (contos, livros, poemas, crônicas), leitura e interpretação de matérias jornalísticas de interesse da comunidade, produção de textos em diversos gêneros, como relatos de experiências, autobiografia, resumos, dentre outros. Como o aporte é interdisciplinar, envolvendo tanto a língua portuguesa, quanto as literaturas, neste momento também serão discutidas questões relacionadas à textualidade, tais como coesão, coerência, informatividade, intertextualidade, referencialidade e progressão textual.

Compartilhando saberes possui uma abrangência local e contempla a incorporação de escolas de áreas circunvizinhas aos polos.

Em termos organizacionais, esta ACE ocorrerá no terceiro período do Curso, com a carga horária de 75 horas. A proposta de ação contemplará momentos de leitura e discussão, assim como produções escritas a partir de experiências desenvolvidas no decorrer do curso. Ao final, será realizada uma avaliação do projeto através de questionário.

Tabela 12: **ACE 02/Projeto de extensão 01**

Componente curricular: ACE 02/Projeto de extensão 01: <i>Compartilhando saberes</i> / 3º semestre.		
Período letivo de oferta:	Terceiro	
Distribuição de carga horária:	Teórica: 30	Prática: 45
Ementa:	Promoção do conhecimento e do desenvolvimento cultural, visando transformar o entorno sociocultural. Discussão junto à comunidade em geral das suas reais necessidades, em termos de educação e desenvolvimento cultural. Leitura e interpretação de textos literários (contos, livros, poemas, crônicas). Leitura e interpretação de matérias jornalísticas de interesse da comunidade, produção de textos em diversos gêneros, como relatos de experiências, autobiografia, resumos, dentre outros.	
Público-alvo:	Discentes da UFAL, professores de escolas públicas de ensino e comunidade em geral.	

Objetivos:	<p>Geral: desenvolver um conjunto de propostas de natureza acadêmica e de caráter sociocultural. Criar um espaço de interlocução que possibilite a apreciação de textos literários, jornalísticos e de outros gêneros, como relatos autobiográficos e de experiências.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Desenvolver atividades de apreciação e debates literários. -Abrir espaço de discussão teórica sobre a relevância da incorporação da literatura e do texto jornalístico na formação do alunado e do professor de língua portuguesa e literaturas.
Metodologia:	<p>a) inicialmente, os alunos selecionarão essas escolas, divulgarão o projeto e discutirão junto à comunidade escolar as suas reais necessidades, em termos de educação e desenvolvimento cultural; b) na sequência, a partir das necessidades relatadas por esses professores, alunos e professor da disciplina elaborarão as atividades e um calendário de encontros com os professores do ensino fundamental.</p>
Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE.	<p>Alunos graduandos do curso de Português EaD, bem como professores das escolas circunvizinhas aos polos da UFAL em que o curso é ofertado participarão da avaliação das ações de extensão aqui propostas, mediante questionário de pesquisa de satisfação elaborado <i>ad hoc</i>, para os fins a que se destina cada atividade proposta no projeto. O/A coordenador/a da ACE será o responsável em registrar a avaliação ao finalizar o projeto.</p>
Bibliografia Básica:	<p>ANDRADE, Mário de. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Martins, 1978.</p> <p>CELANI, M.A.A. Afinal, o que é Linguística Aplicada?. In PASCHOAL, M. S. Z. & CELANI, A.A. Linguística Aplicada. Da aplicação da Linguística à Linguística Transdisciplinar. São Paulo: EDUC, 1992.</p> <p>KOCH, I. V., ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Editora Contexto, 2009.</p>
Bibliografia Complementar:	<p>FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2005. – LUCKESI. Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. Planejamento na sala de aula. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo, Parábola, 2010.</p> <p>PASCHOAL, M. S. Z. & CELANI, A.A. Linguística Aplicada. Da aplicação da Linguística à Linguística Transdisciplinar. São Paulo: EDUC, 1992.</p>

ACE 3/Projeto de extensão 02: *Abordagens inovadoras em Leitura e produção de textos em sala de aula*/Semestre 04:

A partir de vivências em sala de aula, tanto como professor, quanto como aluno, o Projeto *Abordagens inovadoras em Leitura e produção de textos em sala de aula* envolve reflexão, análise, estratégias didáticas e trabalho em grupo, em consonância com os saberes interdisciplinares que envolvem a formação do professor de língua portuguesa, a exemplo das discussões sobre a profissão docente e o ensino de Leitura e produção de textos e de literatura em sala de aula.

O objetivo é levar os alunos a planejarem iniciativas inovadoras na área da educação, resultando na construção de um alicerce acadêmico e experimental para diversificar as abordagens do educador. Enquanto projeto de extensão, o componente didático de *Abordagens inovadoras* configura a dimensão de *ensino* na medida em que alunos de graduação estarão envolvidos na análise, estudo, desenvolvimento de estratégias didáticas e planificação do conteúdo de cada proposta. Este projeto será desenvolvido durante os 4º e 5º períodos do curso (cada um com 75 horas cada, totalizando 150 h) e pretende ser um espaço de reflexão e criação que se vinculará ao desenvolvimento da ACE 5.

Este projeto tem como público alvo os professores de ensino fundamental (5º ao 9º anos) e médio de escolas que se situam no entorno do polo e sua primeira fase de realização corresponde à ACE 3: a) Inicialmente, os alunos observarão aulas de língua portuguesa nas turmas e escolas definidas; b) Posteriormente, a partir de diálogo com os professores das turmas, conhecerão suas maiores dificuldades e seus desafios, assim como as dificuldades enfrentadas pelos alunos; c) Um relatório será elaborado e apresentado ao professor da disciplina.

Tabela 13: **ACE 3/Projeto de extensão 02**

Componente curricular: ACE 03/Projeto de extensão 02: <i>Abordagens inovadoras em leitura e produção de textos em sala de aula / 4º semestre.</i>	
Período letivo de oferta:	Quarto
Distribuição de carga horária:	Teórica: 30 Prática: 45
Ementa:	Análises, estratégias didáticas e trabalho em grupo, em consonância com os saberes interdisciplinares que envolvem a formação do professor de língua portuguesa, a exemplo das discussões sobre a profissão docente e o ensino de Leitura e produção de textos e de literatura em sala de aula. Planejamento de iniciativas inovadoras na área da educação,

	resultando na construção de um alicerce acadêmico e experimental para diversificar as abordagens do educador. Construção de conhecimento teórico-prático em campo, com formulação de propostas de intervenção, acompanhamento e finalização de projetos.
Público-alvo:	Discentes da UFAL, professores de escolas públicas de ensino e comunidade em geral.
Objetivos:	Geral: levar os alunos a planejarem iniciativas inovadoras na área da educação, resultando na construção de um alicerce acadêmico e experimental para diversificar as abordagens do educador. Específicos: -Envolver os alunos na análise, estudo, desenvolvimento de estratégias didáticas e planificação do conteúdo de cada proposta. -Promover um espaço de reflexão e criação.
Metodologia:	a) Inicialmente, os alunos observarão aulas de língua portuguesa nas turmas e escolas definidas; b) Posteriormente, a partir de diálogo com os professores das turmas, conhecerão suas maiores dificuldades e seus desafios, assim como as dificuldades enfrentadas pelos alunos.
Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE.	Alunos graduandos do curso de Português EaD participarão da avaliação das ações de extensão aqui propostas, mediante relatório que será elaborado e apresentado ao professor da disciplina.
Bibliografia Básica:	ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2009. BAKHTIN, M.M. Estética da criação verbal. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1951/1953]. BAZERMAN, C. Retórica da Ação Letrada. São Paulo: Parábola, 2015.
Bibliografia Complementar:	ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003. DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, M. A. (orgs.). O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro, Lucerna, 2002. MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Leitura, produção de textos e a escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994. PINHEIRO, Helder & NÓBREGA, Marta (Orgs.). Literatura: da crítica à sala de aula. Campina Grande: Bagagem, 2006.

ACE 4/Projeto de extensão 02/ Abordagens inovadoras em Leitura e produção de textos em sala de aula/ Semestre 05:

Dando continuidade à ACE 3, nesta Atividade Curricular de Extensão 4, os alunos formularão propostas *inovadoras* de intervenção, acompanhamento e planificação de conteúdo, juntamente com o professor da disciplina.

A partir de vivências em sala de aula, tanto como professor, quanto como aluno, o Projeto *Abordagens inovadoras em Leitura e produção de textos em sala de aula* envolve reflexão, análise, estratégias didáticas e trabalho em grupo, em consonância com os saberes interdisciplinares que envolvem a formação do professor de língua portuguesa, a exemplo das discussões sobre a profissão docente e o ensino de Leitura e produção de textos e de literatura em sala de aula.

O objetivo é levar os alunos a planejarem iniciativas inovadoras na área da educação, resultando na construção de um alicerce acadêmico e experimental para diversificar as abordagens do educador. Enquanto projeto de extensão, o componente didático de *Abordagens inovadoras* configura a dimensão de *ensino* na medida em que alunos de graduação estarão envolvidos na análise, estudo, desenvolvimento de estratégias didáticas e planificação do conteúdo de cada proposta. Este projeto será desenvolvido durante o 5º período do curso e pretende ser um espaço de reflexão e criação que se vinculará ao desenvolvimento da ACE 5.

Este projeto tem como público alvo os professores de ensino fundamental (5º ao 9º anos) e médio de escolas que se situam no entorno do polo e sua segunda fase de realização corresponde a esta ACE 4, em que a partir das dificuldades observadas nas aulas de língua portuguesa os alunos formularão propostas *inovadoras* de intervenção, acompanhamento e planificação de conteúdo. Os materiais e abordagens didáticos resultantes deste projeto serão, primeiramente, acompanhados e analisados pelo professor da disciplina e, em seguida, apresentados à turma.

Tabela 14: ACE 4/Projeto de extensão 02

Componente curricular: ACE 04/Projeto de extensão 02: <i>Abordagens inovadoras em leitura e produção de textos em sala de aula / 5º semestre.</i>	
Período letivo de oferta:	Quinto
Distribuição de carga horária:	Teórica: 30 Prática: 45
Ementa:	Desenvolvimento de práticas relacionadas à atuação profissional. Construção de conhecimento teórico-prático em campo, com formulação de propostas de intervenção, acompanhamento e finalização de projetos. Envolvimento com atividades na área de formação de professores que se estendam à comunidade acadêmica e do entorno ao mesmo

	tempo. Participação em eventos ofertados à comunidade escolar e não-escolar. Envolvimento extensionista em cursos que sejam voltados para a comunidade em geral e que se inter-relacionem com sua formação.
Público-alvo:	Discentes da UFAL, professores de escolas públicas de ensino e comunidade em geral.
Objetivos:	Geral: levar os alunos a planejarem iniciativas inovadoras na área da educação, resultando na construção de um alicerce acadêmico e experimental para diversificar as abordagens do educador. Específicos: -Envolver os alunos na análise, estudo, desenvolvimento de estratégias didáticas e planificação do conteúdo de cada proposta. -Promover um espaço de reflexão e criação.
Metodologia:	a) os alunos formularão propostas inovadoras de intervenção, acompanhamento e planificação de conteúdo; b) Os materiais e abordagens didáticos resultantes deste projeto serão acompanhados e analisados pelo professor da disciplina; c) os materiais e abordagens didáticos resultantes deste projeto serão apresentados à turma.
Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE.	Alunos graduandos do curso de Português EaD participarão das ações de extensão aqui propostas e a qualidade dos materiais e das abordagens inovadoras serão acompanhados e avaliados pelo professor da disciplina.
Bibliografia Básica:	ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2009. BAKHTIN, M.M. Estética da criação verbal. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1951/1953]. BAZERMAN, C. Retórica da Ação Letrada. São Paulo: Parábola, 2015.
Bibliografia Complementar:	ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003. PINHEIRO, Helder & NÓBREGA, Marta (Orgs.). Literatura: da crítica à sala de aula. Campina Grande: Bagagem, 2006. SOARES, Magda B. A linguagem didática. 1976. In: NAGLE, Jorge (org.). Educação e linguagem. São Paulo: EDART, pp. 145-160. VEIGA, I.P.A. (org). Lições de Didática. Campinas. Papirus. 2006. ZABALA, Antoni. A Prática Educativa – Como Ensinar Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ACE 5/Curso: *Curso de formação para professores dos últimos anos do fundamental e ensino médio/ Semestre 06:*

Considerando que a inserção da universidade na escola pública tem por objetivo oferecer perspectivas inovadoras acerca do ensino da língua e de suas literaturas, esta ACE tem por objetivo ampliar os horizontes do aluno de Português EAD quanto ao seu papel formador e agente transformador da realidade que o cerca.

Este *Curso de formação* visa a proporcionar uma formação continuada aos professores do Ensino Fundamental 2 e médio, que atuam nas escolas e na comunidade; estabelecer uma aproximação com o contexto sociocultural dos polos do Curso; apresentar e implementar, através deste curso, os materiais inovadores que foram desenvolvidos pelos alunos nas ACE 3 e 4.

Para tanto, a metodologia adotada no programa envolve: planejamento do curso com o professor da disciplina; divulgação dos cursos; estudo de textos teóricos com os professores do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio; planejamento das ações para implementação do material elaborado; acompanhamento durante a implementação; análise e levantamento dos resultados. Em termos organizacionais, o *Curso de formação* será desenvolvido ao longo do 6º período do Curso e terá 60 horas.

Tabela 15: **ACE 5/Curso**

Componente curricular: ACE 05/Curso: <i>Curso de formação para professores dos últimos anos do fundamental e ensino médio / 6º semestre.</i>		
Período letivo de oferta:	Sexto	
Distribuição de carga horária:	Teórica: 20	Prática: 40
Ementa:	Apresentação e implementação dos materiais inovadores que foram desenvolvidos pelos alunos. Ensino de Leitura e produção de textos e de literatura em sala de aula. Construção de conhecimento teórico-prático em campo, com intervenção, acompanhamento e finalização de projetos.	
Público-alvo:	Discentes da UFAL, professores de escolas públicas de ensino e comunidade em geral.	
Objetivos:	<p>Geral: ampliar os horizontes do aluno de Português EAD quanto ao seu papel formador e agente transformador da realidade que o cerca.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -proporcionar uma formação continuada aos professores do Ensino Fundamental 2 e médio, que atuam nas escolas e na comunidade. - estabelecer uma aproximação com o contexto sociocultural dos polos do Curso. - apresentar e implementar, através deste curso, os materiais inovadores que foram desenvolvidos pelos alunos nas ACE 3 e 4. 	

Metodologia:	a) planejamento do curso com o professor da disciplina; divulgação dos cursos; b) estudo de textos teóricos com os professores do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio; c) planejamento das ações para implementação do material elaborado; d) acompanhamento durante a implementação; e) análise e levantamento dos resultados.
Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE.	O planejamento, a divulgação e a implementação do curso serão acompanhados pelo professor da disciplina. Ao final, os alunos devem entregar um relatório com análise e levantamento dos resultados.
Bibliografia Básica:	GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. Planejamento na sala de aula. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. CASTRO, Amélia Domingues. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001. MENEGOLLA, M. e SANTANNA I.M. Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula. Petrópolis, Vozes, 2006.
Bibliografia Complementar:	ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003. DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, M. A. (orgs.). O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro, Lucerna, 2002. MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Leitura, produção de textos e a escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994. MOURA, Maria Denilda. Leitura e escrita: a competência comunicativa. Maceió: Edufal, 2007. P. 97-117.

Tabela 16: Atividades Curriculares de Extensão

Atividades Curriculares de Extensão	CH teórica	CH prática	Total	Período
ACE 1: Projeto: <i>Compartilhando saberes</i>	30	45	75	2º
ACE 2: Projeto: <i>Compartilhando saberes</i>	30	45	75	3º
ACE 3: Projeto: <i>Abordagens inovadoras em Leitura e produção de textos em sala de aula</i>	30	45	75	4º
ACE 4: Projeto: <i>Abordagens inovadoras em Leitura e produção de textos em sala de aula</i>	30	45	75	5º
ACE 5 – Curso: <i>formação para professores dos últimos anos do fundamental e ensino médio</i>	20	40	60	6º
Total	140	220	360 horas	-

Para a composição do percentual de 10%, foi considerada a carga horária do curso de 3.560 horas. O curso de Português EAD destina 360 horas para as atividades curriculares de extensão, que serão distribuídas ao longo de 5 períodos, sendo 2 projetos com 150 horas cada e um curso com 60 horas, conforme mostra o Ordenamento Curricular abaixo, mostrado, desta vez, por períodos letivos:

18. ORDENAMENTO CURRICULAR

Tabela 17: Ordenamento Curricular por períodos

Primeiro Período					
Módulo I					
Disciplina	Carga horária				
	Semanal Modular	Teórica	Prática	Extensão	Total
Introdução a EAD	6	27	27	-	54
Leitura e produção de textos em língua portuguesa 1	8	36	36	-	72
Teoria Linguística 1	8	72	-	-	72
Módulo II					
Teoria da Literatura 1	8	72	-	-	72
Literatura de Língua Portuguesa 1	8	72	-	-	72
Profissão docente	6	27	27	-	54
Subtotal					396
Segundo Período					
Módulo I					
Leitura e produção de textos em língua portuguesa 2	8	36	36	-	72
Teoria Linguística 2	8	72	-	-	72
Teoria da Literatura 2	8	72	-	-	72
Módulo II					
Literatura de Língua Portuguesa 2	8	48	24	-	72
Pol. e Org. da Educação Básica no Brasil	8	48	24	-	72
Atividade Curricular de Extensão 1	-	30	45	75	75
Subtotal					435
Terceiro Período					
Módulo I					
Linguística Aplicada	8	36	36	-	72
Língua Latina	8	72	-	-	72
Literatura de Língua Portuguesa 3	8	72	-	-	72
Módulo II					
Desenvolvimento e aprendizagem	8	36	36	-	72
Didática	8	36	36	-	72
Atividade Curricular de Extensão 2	-	30	45	75	75
Subtotal					435
Quarto Período					

Módulo I					
Fonologia do Português	8	72	-	-	72
Literatura de Língua Portuguesa 4	8	72	-	-	72
História da Língua Portuguesa	8	72	-	-	72
Módulo II					
Metodologia de Língua Portuguesa	8	36	36	-	72
Gestão da Educação e do Trabalho escolar	8	72	-	-	72
Atividade Curricular de Extensão 3	-	30	45	75	75
Subtotal					435
Quinto Período					
Módulo I					
Morfologia de Língua Portuguesa	8	72	-	-	72
Metodologia do Ensino de Literatura	8	36	36	-	72
Fundamentos de Libras	6	54	-	-	54
Módulo II					
Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa 1	-	20	60	-	80
Prática 1: Leitura e interpretação de textos literários	-	20	80	-	100
Atividade Curricular de Extensão 4	-	30	45	75	75
Subtotal					453
Sexto Período					
Módulo I					
Sintaxe do Português	8	72	-	-	72
Literatura de Língua Portuguesa 5	8	72	-	-	72
Pesquisas Teóricas e Aplicadas em Letras e Linguística	8	36	36	-	72
Módulo II					
Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa 2	-	20	60	-	80
Prática 2: Leitura e Produção de Textos na Sala de Aula	-	20	80	-	100
Atividade Curricular de Extensão 5	-	30	45	60	60
Subtotal					456
Sétimo Período					
Módulo I					
Semântica do Português	8	72	-	-	72
Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa 3	-	20	60	-	80
Sociolinguística	8	54	18	-	72
Módulo II					
Prática 3: Análise de Práticas de Linguagem e/ou fatos linguísticos na sala de aula	-	20	80	-	100
Eletiva	6	54	-	-	54
TCC 1	-	20	-	-	20
Subtotal					398
Oitavo Período					
Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa 4	-	30	130	-	160
Análise do Discurso	8	54	18	-	72

Prática 4: Tecnologias da informação e da comunicação no ensino fundamental e médio	-	20	80	-	100
TCC 2	-	20	-	-	20
Subtotal					352
Atividades teórico-práticas complementares					200
Total Geral					3.560

Assim, em relação à carga horária do curso, teremos:

Tabela 18: Distribuição da carga horária do curso

	Quantidade	C.H.	%
Carga Horária das Disciplinas Obrigatórias	33	2.506	70,40
Carga Horária da Disciplina Eletiva	1	54	1,52
Estágio Curricular Supervisionado		400	11,23
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	1	40	1,12
Carga horária flexível	1	200	5,62
Atividades Curriculares de Extensão	5	360	10,11
	-	-	-
Carga Horária de Integralização do Curso	-	3.560H	100%

19. INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO

A integração com a rede pública de ensino ocorre através dos Estágios Supervisionados, além dos projetos de pesquisa ou extensão que visem o benefício da sociedade e da educação.

19.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei do Estágio, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. Na UFAL os estágios curriculares supervisionados são regulamentados a partir da Cartilha Esclarecedora sobre a Lei do Estágio (Lei no 11.788/2008) em conjunto com a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ficando definido como componente curricular, presente nos cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados, obrigatório e não obrigatório.

O estágio curricular supervisionado obrigatório para o curso de Português EAD está previsto e orientado a partir das Diretrizes Curriculares CNE/CES 17, de 13

de março de 2002 –, bem como da Resolução CNE/CP Nº 2/2015. O Parecer CNE/CP 28/2001, ao estabelecer a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura define que “o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico” (p.11). O mesmo parecer estabelece um tempo mínimo legal para o estágio de 400 horas.

O Estágio previsto no Curso de Letras licenciatura em Português na modalidade a distância está em consonância com a Lei n. 11.788 de 25/11/2008, bem como com a RESOLUÇÃO Nº 004/2012 – FALE, de 15 de maio de 2012 (anexo VI deste PPC) e Res. No 2 MEC/CNE de julho de 2015, que estabelecem normas de realização, organização e estruturação do estágio, além de atribuições dos envolvidos no processo e avaliação.

O estágio supervisionado será gerido pelo/a Coordenador/a de Estágio e pelo Colegiado do Curso e será realizado em escolas conveniadas das redes públicas municipais, estaduais, federais e privadas credenciadas, considerando que tais convênios e ações promovem integração com a rede pública de ensino e permitem o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, sendo as experiências documentadas, abrangentes e consolidadas, com resultados relevantes para os/as discentes e para as escolas de educação básica, a partir de ações comprovadamente exitosas ou inovadoras. O convênio mais recente é o de número 126/2018, firmado entre a UFAL e Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, vigente pelo prazo de 12 meses, com prorrogação até 60 meses, conforme Art. 57, II, Lei 8.666/93.

Para o estabelecimento desse contato entre as ações do Estágio Supervisionado e as Instituições Educacionais, o curso de Letras deve manter, de acordo com os Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1999, p. 124) uma interação sistemática com escolas de ensino fundamental e médio, “tomando-as como referência para estudo, observação e intervenção”. O documento reafirma essa articulação sugerindo o estabelecimento de parcerias e convênios com “um conjunto de escolas do sistema de ensino”, compartilhando com elas ações e projetos que atendam os interesses e demandas tanto das escolas quanto da formação inicial dos professores em curso.

Quanto à modalidade de formação profissional a distância, esses Referenciais (BRASIL, 1999, pp. 133. 134) apresentam indicações para que se assegure a necessária qualidade dessa formação. Destacam-se aqui alguns pontos:

- A necessidade de espaços presenciais (não só para exames e avaliações finais) com formadores que sejam “parceiros experientes dos professores”, em pequenos grupos e com periodicidade pelo menos quinzenal. Esse acompanhamento em grupos precisa ser assumido pelos tutores e por alunos/professores mais experientes do grupo, visando uma vivência “da interlocução requerida pelo trabalho do professor”.
- Além desses momentos presenciais, a necessidade de o programa de formação a distância disponibilizar, como condição para uma formação profissional efetiva, materiais (textos, vídeos, programas de computador, cadernos de atividades, entre outros), acervo de livros para estudo e pesquisa; além da disponibilização de espaço para encontros eventuais de formação.
- O incentivo à utilização de meios de comunicação diferenciados para favorecer a interlocução entre os participantes, como cartas, telefone, rádio, internet (e-mails, redes sociais e blogs);
- O desenvolvimento de uma avaliação processual, acompanhando a habilidade de instrumentos no uso de plataformas e outros instrumentos utilizados na educação a distância.

Nos cursos de modalidade a distância aprovados pelo atendimento ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), as escolas das quais os alunos fazem parte podem, especificamente, ser tomadas como parceiras para o desenvolvimento dessas atividades. Para esses professores já em exercício, os Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1999, p. 131) afirmam a necessidade “de potencializar a tematização da prática que já realiza, tomando-a como objeto de reflexão e também garantir a possibilidade de observação de outras experiências”. Desse modo, ter a prática como tema para discussão e reflexão deve ser o ponto de partida das atividades do Estágio Supervisionado na modalidade a distância, tendo em vista a participação de professores em exercício no curso de Letras.

Essa possibilidade de discussão justifica, e vale ressaltar aqui, uma observação anexada ao Parecer CNE/CP 28/2001 que estabelece duração e carga horária dos cursos de Licenciatura: “Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas” (p. 16).

A Instrução Normativa PROGRAD/Fórum das Licenciaturas N. 01 de 27 de setembro de 2013 que disciplina a redução de carga horária para os alunos de

licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica determina, no inciso III do art. 6º, que essa atividade ou disciplina seja “equivalente à atividade docente regular efetivamente em exercício”. Para isso, o Art. 6º também delimita como especificidades para a dispensa do aluno:

- I – o tempo do exercício de atividade docente regular será regulamentado pelo colegiado de cada curso;
 - II – cabe ao aluno apresentar vínculo de trabalho, regular e vigente, contratual ou estatutário, junto aos órgãos do respectivo sistema de ensino ou à unidade escolar;
 - III- considera-se exercício de atividade docente na educação básica, atividade ou disciplina equivalente à atividade docente regular efetivamente em exercício;
 - IV- se a atividade docente regular exercida pelo aluno corresponder à atividade docente a que o seu curso de Licenciatura habilita e seja concomitante a realização do estágio e no nível de ensino do estágio.
- Parágrafo Único: Não serão consideradas atividades docentes exercidas sob a forma eventual de estágio curricular não obrigatório ou de trabalho voluntário.”

Essas 200 (duzentas) horas não implicam a dispensa do aluno de uma ou mais das quatro disciplinas de Estágio Supervisionado (1, 2, 3 e 4), mas na diminuição da carga horária de docência em sala de aula, ação característica do Estágio 3 – docência no Ensino Fundamental e do Estágio 4 – docência no Ensino Médio (conforme ementas dessas disciplinas, adiante).

O aproveitamento das horas de estágio curricular supervisionado será aprovado pelo Colegiado de Curso, ouvidos os professores envolvidos e o Coordenador de Curso.

O Estágio Supervisionado no curso de Letras na modalidade a distância envolve quatro momentos: prática inicial, prática intermediária, processos pedagógicos e prática docente, definidas a seguir:

A prática inicial envolve observação em sala de aula de Língua Portuguesa e de Literatura, em escolas. Essas observações envolvem também o uso de recursos tecnológicos como o uso de áudios e vídeos educacionais, para a reflexão sobre a prática. Nesse momento, os alunos podem também planejar, acompanhar ou desenvolver pequenos projetos temáticos (sondagem e avaliação de escrita; jogos de linguagem; processo de produção textual; audição e leitura de um determinado gênero textual, uso de materiais institucionais, como: o livro didático e o dicionário escolar adotados nas escolas; acervos literários e instrucionais da biblioteca escolar, entre outros).

A prática intermediária envolve, além da observação, a pesquisa educacional e a coparticipação em sala de aula, visando a promoção de práticas de transposição didática dos conteúdos do curso, de modo a preparar os alunos para o efetivo exercício da docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Essas práticas, podem envolver, também: a) análise de materiais didáticos existentes no mercado e de suas aplicações; b) elaboração de materiais didáticos e paradidáticos que visam a subsidiar as atividades do estágio; e c) investigações em bibliotecas e centros de documentação³⁶.

A participação em processos pedagógicos envolve, além da observação e da pesquisa educacional, uma participação mais efetiva (como participação em reuniões e conselhos de classe, atendimento a grupos de alunos que estejam em dificuldade ou atendimento na biblioteca etc.) ou regência acompanhada, em sala de aula das séries finais do ensino fundamental ou do Ensino Médio.

A prática docente envolve observação, coparticipação e docência com aulas supervisionadas e avaliadas por professor regente de turmas das séries finais do Ensino Fundamental (no Estágio 3) e no Ensino Médio (Estágio 4) da escola escolhida para estágio, a partir de documento de avaliação.

Essas quatro etapas, diretamente relacionadas a cada semestre letivo da carga horária do estágio, não precisam acontecer de forma isolada ou estanque. A reflexão sobre a prática pode surgir tanto da observação de uma atividade registrada em vídeo quanto da observação/participação direta na sala de aula. Desse modo, todas as atividades do estágio devem estar diretamente articuladas com a prática e todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

Apresentação: situar a disciplina e a discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Ex: Produção escrita – Ortografia – Dificuldades da aprendizagem em LP – Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio, objetivos previamente traçados; como a proposta foi elaborada, dificuldades encontradas no início do estágio e como foi possível seguir o planejamento, etapas da atividade programada e as adaptações que foram feitas.

³⁶ Práticas já desenvolvidas no Curso de Graduação em Letras do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp – São Paulo, conforme apresentado no Projeto Pedagógico atual do Curso.

Caracterização da escola – Dados Gerais: Identificação da Escola: campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento). Instalações da Escola: infraestrutura e recursos materiais (Biblioteca-dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; Sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio). Organização do trabalho escolar: calendário escolar; horários de funcionamento; índices de evasão e repetência. Prática Sócio-Político-Pedagógica: identificar a existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; planejamento: como é feito, quem participa; entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores.

Diário de Campo: descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência – registrando os conteúdos abordados, as metodologias, as estratégias adotadas e as avaliações empregadas, as datas de realização e os tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.

Análise de dados e produtos de aprendizagem: relatório que pode ser feito por grupo de atuação (mais ou menos quatro a oito alunos que se revezam nas atividades na Escola). Nessa parte do Relatório, cada aluno ou dupla desenvolve a análise de um produto, resultado do trabalho desenvolvido na Escola: versões de textos, manuscritos, comparação de atividades etc., tendo como base teórica os conceitos discutidos na disciplina e no curso.

Comentários finais: o aluno pode abordar questões, tais como a importância do estágio para a formação; dificuldades encontradas e como elas foram superadas; e sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem naquele contexto do estágio.

Referências: autores citados no relatório e nas notas de rodapé.

Anexos: material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio; registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

Será escolhido a cada 2 anos, dentre os professores que compõem o colegiado do curso, um Coordenador de Estágio para o curso de Letras Português na modalidade a distância, a quem caberá o acompanhamento das atividades de estágio.

São atribuições do/a Coordenador/a de Estágio:

- Coordenar todas as atividades que se referem ao Estágio Supervisionado no âmbito do curso de Licenciatura em Português EAD.
- Fazer o levantamento das escolas e horários referentes às aulas de Português existentes nas instituições de ensino selecionadas/conveniadas para encaminhamento dos/as estagiários/as.
- Encaminhar os estagiários/as, através de documentação padrão elaborada pela Coordenação de Estágio.

O estágio poderá ser interrompido se houver trancamento de matrícula; mudança de curso; e se o aluno deixar de frequentar o curso regularmente. As demais condições e prerrogativas para o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório seguem a resolução Nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A LDB 9394/96 em seu artigo 53, confere autonomia para as instituições de ensino superior elaborar seus currículos e programas dos seus cursos, devendo observar as diretrizes gerais. Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso a ser realizado no Curso de Português EAD segue a Res. No 2/2009 da FALE, de modo que é condição para a finalização do curso a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso. O TCC corresponde a 40 horas-aula, que serão integralizadas na carga-horária total do curso.

Esse trabalho – realizado individualmente – deve constituir resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo aluno sobre tema na área de estudos linguísticos ou literários, ensino-aprendizagem de português língua materna e de literatura de língua portuguesa. A pesquisa apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso poderá ter o formato de Monografia ou Artigo Científico. A UFAL divulga os TCC no RIUFAL – Repositório Institucional da UFAL através do endereço: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3057> .

A pesquisa de que resultará o TCC deverá ser iniciada no quinto semestre do curso e será acompanhada por um professor-orientador e supervisionada pelo coordenador do TCC, professor designado especialmente para esta função e eleito pelo Colegiado do Curso, com mandato de 2 anos. Compete ao coordenador de TCC

ainda o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo aluno.

21. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

PRIMEIRO PERÍODO

Disciplina:	INTRODUÇÃO A EAD		
Código:		Carga horária:	54
Ementa	A modalidade de EAD: histórico, características, definições, regulamentações. A EAD no Brasil. A Mediação pedagógica na modalidade EAD. Organização de situações de aprendizagem. Ambientes Virtuais de ensino-aprendizagem. Atividades de Prática como Componente Curricular. Conhecimento de aplicativos, serviços e habilidades básicas para navegação, comunicação, obtenção, manipulação e arquivamento de dados.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>BELLONI, M. L. Educação à Distância. 5 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.</p> <p>MAIA, Carmem; Mattar, João. ABC da EAD: a educação a distância hoje. Pearson 156 [E-book]</p> <p>SILVA, Marco ((org.)). Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.[37.018.43 E24].</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>PALLOFF, Rena M; PRATT, Keith. <i>O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004. [371.018.43 P167v]</p> <p>RAPAPORT, Ruth. <i>Comunicação e tecnologia no ensino de línguas</i>. Editora Intersaberes (E-book)</p> <p>VALÉRIA AMORIM ARANTES. <i>Educação à distancia</i>. Grupo Summus 136 [E-book].</p>		

Disciplina:	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA 1		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Experiências de leitura de diferentes gêneros de textos; escrita e reescrita de textos acadêmicos, fundamentadas nos conceitos de linguagem como atividade interlocutiva e de texto como unidade básica significativa da língua. Aspectos técnicos do trabalho científico.		
Temas transversais	A prática de leitura e produção irá englobar também a reflexão acerca das relações entre língua, história, cultura e sociedade, com destaque especial para as questões étnico-raciais que remetem aos afrodescendentes e aos povos indígenas no Brasil. Além disso, a disciplina é um espaço fundamental para se discutir temas atuais relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos, através de textos polêmicos produzidos pelas principais autoridades na área.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. Resenha. São Paulo: Paulistana, 2016. (Coleção Aprenda a Fazer)</p> <p>ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.</p> <p>KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.</p>		

Referências bibliográficas complementares	<p>BRUM, E. Índios, os estrangeiros nativos. Publicado em: Revista Época, 10.06.2013.</p> <p>CAVALLEIRO, E. (org.) Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola. São Paulo: Solo Negro, 2001.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>GOLDSTEIN, Norma Seltzer; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.</p> <p>LEITE, Marli Quadros. Resumo. São Paulo: Paulistana Editora, 2006. (Coleção aprenda a fazer).</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos)</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, Jorge Leite. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica. 5. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008. p. 93-103.</p>
--	---

Disciplina:	TEORIA DA LITERATURA 1		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Reflexão sobre fundamentos da teoria da literatura e constituição de seu objeto (processos de construção estético-verbal, modos discursivos, gêneros), desde a Antiguidade aos estudos contemporâneos, com base na análise de textos (teóricos e literários).		
Temas transversais	Através da literatura, discute questões étnico-raciais e a formação da cultura afro-brasileira.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. A poética clássica. Trad. De Jaime Bruna. 7. Ed. São Paulo: Cultrix, 1977.</p> <p>PERRONE-MOISÉS, Leyla. A criação do texto literário. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. Flores da escrivania. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 100-110.</p> <p>PLATÃO. Diálogos III: A república. Trad. De Leonel Vallandro. 25. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.</p> <p>SOARES, Angélica. Gêneros literários. São Paulo: Ática, 1989. (Princípios, 166).</p> <p>SOUZA, Roberto Acízelo de. Teoria da literatura. São Paulo: Ática, 1986.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance. In: BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. Trad. De Aurora Fornoni Bernardini et alii. São Paulo: Hucitec, 1988. P. 397-428.</p> <p>BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. São Paulo: Ática, 1985.</p> <p>CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antônio. Vários escritos. 3. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. P. 235-263.</p> <p>CANDIDO, Antônio. O mundo desfeito e refeito. In: CANDIDO, Antônio. Recortes. 3. Ed. Ver. Pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. P. 34-40.</p> <p>CARA, Salete de Almeida. A poesia lírica. São Paulo: Ática, 1985. (Princípios, 20).</p> <p>COMPAGNON, Antoine. A literatura. In: COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria. Trad. De Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. P. 29-46.</p> <p>GOLDSTEIN, Norma. Versos, sons, ritmos. São Paulo: Ática, 2006. (Princípios, 6).</p> <p>LIMA, Roberto Sarmiento. Ler narrativas literárias não é um bicho-de-sete-cabeças. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2016.</p> <p>MESQUITA, Samira Nahid de. O enredo. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios, 36).</p>		

	<p>MOISÉS, Massaud. Dicionário de termos literários. 12. Ed. Atual. São Paulo: Cultrix, 2013.</p> <p>PERRONE-MOISÉS, Leyla. Mutações da literatura no século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.</p> <p>SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. Teoria da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1976.</p> <p>RAIMUNDO, J. O elemento afro-negro na língua portuguesa. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.</p> <p>SOUZA, Roberto Acízelo de. Variações sobre o mesmo tema: ensaios de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2015.</p>
--	---

Disciplina:	TEORIA LINGÜÍSTICA 1		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Panorama dos fenômenos da linguagem e suas abordagens, desde os estudos tradicionais até a teoria linguística moderna, com ênfase nos pressupostos teórico-metodológicos do saussurianismo, do estruturalismo linguístico e do gerativismo.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>CHOMSKY, Noam. Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2004. 3 v.</p> <p>SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2012.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>DUBOIS. J. (org.). Dicionário de linguística. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, c1973</p> <p>FIORIN, Jose Luiz (org.). Introdução a linguística. São Paulo: Contexto, 2002. V.1</p> <p>LYONS, John. Linguagem e linguística: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987</p> <p>MIOTO, Carlos, SILVA, Maria Cristina Figueiredo,; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. Novo manual de sintaxe. 3. Ed. Florianópolis, SC: Insular, 2007</p> <p>ROBINS, R. H. (Robert Henry). Pequena historia da linguística. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.</p>		

Disciplina:	LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 1		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo do Renascimento português e suas ligações com o espírito moderno humanista presente também na chamada literatura informativa sobre a terra, no Brasil, como também do Barroco, do Arcadismo e de manifestações pré-românticas nas literaturas portuguesa e brasileira. Diversidade e direitos humanos no período colonial.		
Temas transversais	Através da literatura, discute questões étnico-raciais e a cultura afro-brasileira.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Capítulos de Literatura Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>RONCARI, Luiz. Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. 2. Ed. São Paulo: EdUSP, 2014.</p> <p>SARAIVA, A. J. & LOPES, Oscar. História da literatura portuguesa. 17. Ed. Porto: Porto Editora, 2005.</p>		

Referências bibliográficas complementares	VIEIRA, Antônio. Sermões. Rio de Janeiro: Lelo Editores, 1974 [15 Vol]. CAMÕES, L. V. de. Lírica. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. _____. Os lusíadas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986. BOCAGE, Manuel Maria de. Poemas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. MATOS, Gregório de. Obra poética. 2 Volumes. Edição de James Amado. Preparação e notas de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Record, 1990.
--	--

Disciplina:	PROFISSÃO DOCENTE		
Código:		Carga horária:	54
Ementa	Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como locus e expressão desse trabalho.		
Referências Bibliográficas básicas	ARANTES, Valéria Amorim (Org.) Profissão docente: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009. CERICATO, Itale Luciene. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. Rev. Bras. Estudos Pedagógicos, Brasília, v.97 n.246, p273-289, maio/ago.2016. D'AVILA, CRISTINA MARIA. Profissão docente; novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2015.		
Referências bibliográficas complementares	PENIN, Sonia. Profissão docente e contemporaneidade. IN: ARANTES, Valéria Amorim (Org.) Profissão docente: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009. MESQUITA, Normandia de Farias. Desenvolvimento profissional docente: a formação continuada como um dos elementos In: de; ANDRADE, Francisco Ari de SANTOS, Jean Mac Cole. Ditos e interditos em educação brasileira. Curitiba, Brasil, 2012. VICENTINI, PAULA PERIN. Historia da profissão docente no brasil; representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2015.		

SEGUNDO PERÍODO

Disciplina:	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA 2		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Práticas de leitura e escrita de textos acadêmicos, fundamentadas na perspectiva sócio interacionista e na análise de gêneros, com vistas a desenvolver habilidades comunicativas na construção do texto científico nos campos da linguística e da literatura.		
Temas transversais	A prática de leitura e produção irá englobar também a reflexão acerca das relações entre língua, história, cultura e sociedade, com destaque especial para as questões étnico-raciais que remetem aos afrodescendentes e aos povos indígenas no Brasil. Além disso, a disciplina é um espaço fundamental para se discutir temas atuais relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos, através de textos polêmicos produzidos pelas principais autoridades na área.		

Referências Bibliográficas básicas	KOCH, Ingedore V. Argumentação e linguagem. São Paulo, Cortez, 1996, p. 111-162. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo, Parábola Editorial, 2005. (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos; 3). MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo, Parábola, 2010.
Referências bibliográficas complementares	ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. Resenha. São Paulo: Paulistana, 2016. (Coleção Aprenda a Fazer) ANTUNES, Irlandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Contexto, 2010. BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. São Paulo, Loyola, 1998. OLIVEIRA, Jorge Leite. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica. 5. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008. P. 93-103.

Disciplina:	TEORIA LINGÜÍSTICA 2		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo de tendências teóricas linguísticas contemporâneas pós-estruturalistas, que relacionam os aspectos linguísticos e os sociais, seja através da noção da interação qualitativa (Análise da Conversação e Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso).		
Referências Bibliográficas básicas	BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral II. Campinas: Pontes, 1989. FIORIN, J. L. MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos 3. São Paulo: Cortez, 2004. RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs.) Sociolinguística Interacional. Porto Alegre: AGE, 1998.		
Referências bibliográficas complementares	AUTHIER-REVUZ, J. Palavras incertas: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. Michael Lahud. Yara Frateschi Vieira. 7 ed. São Paulo Hicitec, 1929/1995. KOCH, I. V., ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Editora Contexto, 2009. MARCUSCHI, L. A. Análise da Conversação. São Paulo: Ática, 2003. MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2008.		

Disciplina:	TEORIA DA LITERATURA 2		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo dos primórdios do pensamento crítico literário (séculos XVII, XVIII e XIX) e de correntes do século XX de caráter imanente e não imanente, com aplicação de seus princípios e categorias à leitura do texto literário. Contribuições da etnologia indígena e africana na constituição da sociedade brasileira e sua literatura.		
Temas transversais	Através da literatura, discute questões ligadas à dignidade humana, à igualdade de direitos e ao reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade de formação da sociedade brasileira.		

Referências Bibliográficas básicas	<p>CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 5. Ed. Ver. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.</p> <p>SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. Origem e desenvolvimento dos modernos estudos de crítica e história literária. I; SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. Teoria da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1976. P. 489-507.</p> <p>ZILBERMAN, Regina. Crítica. In: JOBIM, José Luís (Org.). Introdução ao romantismo. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. P. 97-132.</p>
Referências bibliográficas complementares	<p>LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: LAFETÁ, João Luiz. A dimensão da noite. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. P. 72-102.</p> <p>LIMA, Roberto Sarmiento. Um enterro e a história do Brasil. Conhecimento prático língua portuguesa. São Paulo: Escala, nº 21, p. 34-40 [jan./fev. 2010].</p> <p>NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Rumos da crítica. São Paulo: Editora Senac; Itaú Cultural, 2000. P. 51-79.</p> <p>PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pastiches críticos. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. Inútil poesia e outros ensaios breves. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 352-358.</p> <p>PERRONE-MOISÉS, Leyla. A crítica literária. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. Mutações da literatura no século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. P. 60-69.</p> <p>ROCHA, João Cezar de Castro. Exercícios críticos: leituras do contemporâneo. Chapecó: Argos, 2008.</p> <p>SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. O formalismo russo. In: SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. Teoria da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1976. P. 555-573.</p> <p>SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. O New Criticism. In: SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. Teoria da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1976. P. 575-597.</p> <p>SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. In: SÜSSEKIND, Flora. Papéis colados. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. P. 15-36.</p> <p>TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). Teoria da literatura: formalistas russos. 2. Ed. Porto Alegre: Globo, 1976.</p>

Disciplina:	LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 2		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Reflexão acerca dos processos estéticos de redefinição de conceitos e valores presentes na produção literária do século XIX, em autores e textos em verso e em prosa de língua portuguesa. Temáticas relativas às questões étnicas e direitos humanos na literatura.		
Temas transversais	Através da literatura, discute questões ligadas à dignidade humana, à igualdade de direitos e ao reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade de formação do povo brasileiro.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>ABRAMS, M. H. O espelho e a lâmpada: teoria romântica e tradição crítica. São Paulo: Unesp, 2010.</p> <p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1975.</p> <p>GUINSBURG, J. (Org.). O romantismo. São Paulo: Perspectiva, 1978.</p> <p>SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. História da literatura portuguesa. 9. Ed. Corrigida e atualizada. Porto: Porto Editora, 1976.</p> <p>SCHEEL, Márcio. Poética do Romantismo: Novalis e o fragmento literário. São Paulo: Unesp, 2010.</p> <p>TODOROV, Tzvetan. Introdução à literatura fantástica. São Paulo: Perspectiva, 1992.</p>		

Referências bibliográficas complementares	<p>ALVES, Carla Carvalho; PAVANELO, Luciene Maria; OLIVEIRA, Ana Luísa Patrício Campos de (Orgs.). Repensando a literatura portuguesa oitocentista: ensaios críticos. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2010.</p> <p>CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1836-1880). 5. Ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. V. 2.</p> <p>CANDIDO, Antonio. Na sala de aula: caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 1985. (Fundamentos, 1).</p> <p>CANDIDO, Antonio. O romantismo no Brasil. São Paulo: Humanitas; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2002.</p> <p>CASTELLO, José Aderaldo. O romantismo (1833-1838/1878-1881). São Paulo: Cultrix, 1973. (A Literatura Brasileira, v. 2).</p> <p>FRANCHETTI, Paulo. Estudos de literatura brasileira e portuguesa. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.</p> <p>MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa. São Paulo: Cultrix, 1975.</p> <p>RONCARI, Luiz. Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. 2. Ed. São Paulo: Edusp; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995.</p> <p>ROSENFELD, Anatol; GUINSBURG, J. Romantismo e classicismo. In: GUINSBURG, J. (Org.). O romantismo. São Paulo: Perspectiva, 1978. P. 261-274.</p> <p>SUSSEKIND, Flora. Brás Cubas e a literatura como errata. Revista Tempo Brasileiro; literatura e história, nº 81, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, abr./jun. 1985.</p> <p>VILLAÇA, Alcides. Álvares de Azevedo: o riso de um soneto. Todas as letras. Revista da Faculdade de Letras e Educação da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Nº 1, ano 1. São Paulo: Mackenzie, 1999. P. 27-33.</p>
--	--

Disciplina:	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (POEBB)		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo das políticas e da organização dos Sistemas Educacionais brasileiro e alagoano no contexto das transformações da sociedade contemporânea, a partir de análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino, dos planos de educação e da legislação educacional.		
Temas transversais	Discute direitos humanos, relacionados, sobretudo, à laicidade do Estado, à importância da democracia na educação e como alcançar uma sustentabilidade socioambiental.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. Moderna, São Paulo, 2006.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Da LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 4ª ed. Revisada. Campinas, SP, Autores Associados, 2011, (Coleção Educação Contemporânea).</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. 10ª edição revisada e ampliada. Cortez, São Paulo, 2012.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. 7ª ed., São Paulo, Centauro, 2007.</p> <p>AZEVEDO, Janete Maria Lins. A educação como política pública. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.</p> <p>VERÇOSA, Élcio de Gusmão. Cultura e Educação em Alagoas: história, histórias. 4ª edição. Maceió, EDUFAL, 2006.</p> <p>ABREU, Mariza. Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB. Ijuí/ SC: UNIJUI. 1999.</p> <p>Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, 1996 – Quadrimestral. ISSN 1413-2478.</p>		

--	--

Disciplina:	ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO 1		
Código:		Carga horária:	75
Ementa	<p>Promoção do conhecimento e do desenvolvimento cultural, visando transformar o entorno sociocultural. Discussão junto à comunidade em geral das suas reais necessidades, em termos de educação e desenvolvimento cultural. Leitura e interpretação de textos literários (contos, livros, poemas, crônicas). Leitura e interpretação de matérias jornalísticas de interesse da comunidade, produção de textos em diversos gêneros, como relatos de experiências, autobiografia, resumos, dentre outros. Discussões relacionadas à textualidade, tais como coesão, coerência, informatividade, intertextualidade, referencialidade e progressão textual.</p>		
Referências Bibliográficas básicas	<p>CANDIDO, Antônio. Na sala de aula: caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 1985. (Fundamentos, 1). KOCH, I. V., ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Editora Contexto, 2009. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo, Parábola, 2010.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Contexto, 2010. BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. São Paulo, Loyola, 1998. CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 5. Ed. Ver. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013. FRANCHETTI, Paulo. Estudos de literatura brasileira e portuguesa. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.</p>		

TERCEIRO PERÍODO

Disciplina:	LÍNGUA LATINA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	<p>Estudo das estruturas básicas da língua latina e seu funcionamento como fundamento das línguas românicas, observando os diversos aspectos da cultura latina.</p>		
Referências Bibliográficas básicas	<p>BELL, Barbara. Minimus: conhecendo o latim. São Paulo: Filocalia, 2015. GARCIA, Janete Melasso. Introdução à teoria e prática do latim. – 3. Ed. – Brasília: Editora UNB, 2008. REZENDE, A. Martinez de. Latina Essentia: preparação ao latim. – 4. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática latina: curso único e completo. São Paulo: Saraiva, 2000. CARDOSO, Zélia de Almeida. Iniciação ao latim. São Paulo: Ática, 2001. BUSSARELLO, Raulino. Dicionário básico latino – português. 6.ed. Florianópolis: UFSC, 2003. COMBA, P. Júlio. Programa de Latim: Introdução à língua latina, Volumes 1 e 2. – 18 Ed. – São Paulo: Salesiana, 2002. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, Estudos de História da Cultura Clássica, II Vol., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.</p>		

	RÓNAI, Paulo. Curso básico de latim: gradus primus. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
--	--

Disciplina:	LINGÜÍSTICA APLICADA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Contribuições da Linguística Aplicada através do estudo de temas centrados em diferentes práticas sociais da linguagem e, mais especificamente, aquelas relacionadas com ensino e aprendizagem, considerando a interligação entre as práticas discursivas e diferentes posicionamentos teóricos existentes em torno de cada tema, bem como a transdisciplinaridade e a transversalidade entre esses posicionamentos e práticas.		
Temas transversais	A disciplina discute: 1. Relações étnico-raciais e culturais; 2. Práticas socioculturais de usos da escrita e da leitura; 3. Constituição identitária e pluralidade cultural.		
Referências Bibliográficas básicas	LÜDKE, M. ; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986 MOITA LOPES, L.P. Oficina de Linguística Aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 1996. MOITA LOPES, L. P. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006.		
Referências bibliográficas complementares	CAVALCANTI, M. & MOITA LOPES, L. P. Implementação da pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, n.17, p.133-144, jan./jun. 1991. CELANI, M.A.A. Afinal, o que é Linguística Aplicada?. In PASCHOAL, M. S. Z. & CELANI, A.A. Linguística Aplicada. Da aplicação da Linguística à Linguística Transdisciplinar. São Paulo: EDUC, 1992. FREIRE, M.; ABRAHÃO, M. H, BARCELOS, A. M. Linguística Aplicada e Contemporaneidade (Org.). Campinas: Pontes, 2005. KLEIMAN, A.; CAVALCANTI, M. (Org). Linguística Aplicada: suas faces e interfaces. Campinas: Mercado de Letras, 2007. OLIVEIRA, B. Uma (re)visão da Linguística Aplicada: o caso do PpgEL. Odisseia. Natal, v. 9, n. 13-14, p. 55-59, 2002.		

Disciplina:	LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 3		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo das tendências literárias modernas, na poesia (em verso e em prosa) e na narrativa (em prosa), em língua portuguesa.		
Referências Bibliográficas básicas	PIZARRO, Anna (org.). América Latina: palavra, literatura e cultura. Vol. 3: Vanguarda e modernidade. São Paulo: Memorial; Campinas: EdUNICAMP, 1995. LIMA, Luiz Costa. Lira e antilira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. ANDRADE, Mário de. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Martins, 1978.		
Referências bibliográficas complementares	ANDRADE, Carlos Drummond de. Nova Reunião (2 volumes). 30 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. ANDRADE, Mário de. Macunaíma (O herói sem nenhum caráter). Edição Crítica de Telê Porto Ancona Lopez. Paris: Association Archives de la Littérature latino-américaine, des Carïbes et africaine du XX e. siècle; Brasília: CNPq, 1988. ANDRADE, Oswald de . Memórias Sentimentais de João Miramar. 12 ed. São Paulo : Globo, 1999. BANDEIRA, Manuel. Estrela da Vida Inteira. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.[especialmente Libertinagem].		

	MEIRELES, Cecília. <i>Obra Completa</i> . Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2001.V.I e II
--	--

Disciplina:	DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia em sua interface com a Educação.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva</i>. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, vol. 1.</p> <p>MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. <i>Princípios básicos de análise do comportamento</i>. São Paulo: Artmed, 2007.</p> <p>KUPFER, M. C. <i>Freud e a Educação. O mestre do impossível</i>. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 1995.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. <i>Adolescência normal: um enfoque psicanalítico</i>. Porto Alegre: Artmed, 1981.</p> <p>BAER, D. M., ROSALES-RUIZ, J. In the analysis of behavior, what does “develop” mean? <i>Revista Mexicana de Análisis de la Conducta</i>, n. 24, vol. 2, 127-136.</p> <p>COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva</i>. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, vol. 1.</p> <p>HENKLAIN, M. H. O., CARMO, J. S. <i>Contribuições da Análise do Comportamento à Educação: um convite ao diálogo</i>. <i>Cadernos de Pesquisa</i>, 43, 704-723, 2013.</p> <p>HUBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. <i>Temas clássicos da Psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento</i>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.</p> <p>KUPFER, M. C. <i>Educação para o futuro: Psicanálise e Educação</i>. 2ª Ed. São Paulo: Escuta, 2001. – Capítulo 1: Limites e alcance de uma aproximação entre psicanálise e educação.</p> <p>MENEZES, A. P. A. B.; ARAÚJO, C. R. “Redescobrimdo” a Teoria Psicogenética à Luz da Psicologia Educacional: Contribuições e possíveis desdobramentos. In: CORREIA, M. (Org.). <i>Psicologia e escola: uma parceria necessária</i>. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009, p. 15 – 43.</p> <p>OLIVEIRA, M. K. <i>Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico</i>. São Paulo: Scipione, 2010.</p> <p>PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. <i>Desenvolvimento Humano</i>. 12 ed. Porto Alegre, Artmed, 2013.</p> <p>SHAFFER, D. R.; KIPP, K. <i>Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência</i>. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>VYGOTSKY, L.S. <i>A formação social da mente</i>. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p>		

Disciplina:	DIDÁTICA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo da didática, como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor-aluno-conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.		

Referências Bibliográficas básicas	GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. Planejamento na sala de aula. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013. SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
Referências bibliográficas complementares	CASTRO, Amélia Domingues. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001. FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2005. – LUCKESI. Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. MASETTO, Marcos. Didática: a aula como centro. 4 ed. São Paulo: FTD, 1997. MENEGOLLA, M. e SANTANNA I.M. Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula. Petrópolis, Vozes, 2006.

Disciplina:	ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO 2		
Código:		Carga horária:	75
Ementa	Promoção do conhecimento e do desenvolvimento cultural, visando transformar o entorno sociocultural. Discussão junto à comunidade em geral das suas reais necessidades, em termos de educação e desenvolvimento cultural. Leitura e interpretação de textos literários (contos, livros, poemas, crônicas). Leitura e interpretação de matérias jornalísticas de interesse da comunidade, produção de textos em diversos gêneros, como relatos de experiências, autobiografia, resumos, dentre outros. Discussões relacionadas à textualidade, tais como coesão, coerência, informatividade, intertextualidade, referencialidade e progressão textual.		
Referências Bibliográficas básicas	ANDRADE, Mário de. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Martins, 1978. CELANI, M.A.A. Afinal, o que é Linguística Aplicada?. In PASCHOAL, M. S. Z. & CELANI, A.A. Linguística Aplicada. Da aplicação da Linguística à Linguística Transdisciplinar. São Paulo: EDUC, 1992. KOCH, I. V., ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Editora Contexto, 2009.		
Referências bibliográficas complementares	ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Contexto, 2010. BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. São Paulo, Loyola, 1998. CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 5. Ed. Ver. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013. FRANCHETTI, Paulo. Estudos de literatura brasileira e portuguesa. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.		

QUARTO PERÍODO

Disciplina:	FONOLOGIA DO PORTUGUÊS		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo do sistema fonológico do português: segmentos, supras segmentos, processos e sílabas. Aspectos relevantes da descrição desse sistema para o ensino do português com língua materna.		
Referências Bibliográficas básicas	CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. Iniciação à fonética e à fonologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. CAVALIERE, Ricardo. Pontos essenciais em fonética e fonologia. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.		

	SILVA, Thais Cristóforo. Fonética e fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 2007.
Referências bibliográficas complementares	<p>CAGLIARI, L. C. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 1989.</p> <p>CAGLIARI, L.C. Análise fonológica: com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado das Letras, 2002.</p> <p>CAMARA JR, J. M. Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, 1974.</p> <p>CAMARA JR, J. M. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>CHOMSKY, N. & HALLE, M. Princípios de fonologia generativa. Madrid: Ed. Fundamentos, 1979.</p> <p>CRYSTAL, D. Dicionário de linguística e fonética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.</p> <p>DE PAULA, A.S.& COSTA, M.A.P. Fonética fundamental: princípios da fonética articulatória, acústica e auditiva. Maceió: EDUFAL, 2011.</p> <p>FARACO, C. A. Escrita e alfabetização. São Paulo: Contexto, 1998</p> <p>FIORIN, J.L. (org.). Introdução à linguística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>HENRIQUES, C. C. Fonética, fonologia e ortografia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>LEMLE, M. Guia teórico do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1988.</p> <p>MAIA, E. M. No reino da fala: a linguagem e seus sons. São Paulo: Ática, 1985.</p> <p>MASSINI-CAGLIARI, G. Acento e ritmo. São Paulo: Contexto, 1992.</p> <p>MATEUS, M.H.M. Aspectos da fonologia portuguesa. Lisboa: INIC, 1982.</p> <p>MORAIS, A.G. (org). O aprendizado da ortografia. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p>

Disciplina:	LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 4		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo da literatura produzida no período que transcorre entre a década de 30, apenas na prosa, e a década de 60 do século passado, na poesia (em verso e em prosa) e na narrativa (em prosa), em língua portuguesa.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>ROSA, João Guimarães. Ficção completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.</p> <p>NUNES, Benedito. O dorso do tigre. São Paulo: Perspectiva, 1969.</p> <p>CANDIDO, Antonio. Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: Editora 34, 1992.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>LISPECTOR, Clarice. Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres.</p> <p>RAMOS, Graciliano. São Bernardo. Rio de Janeiro: Record, 1982.</p> <p>MELO NETO, João Cabral de. Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.</p> <p>CAMPOS, Augusto. Viva vaia. São Paulo: Perspectiva, 1999.</p> <p>COMPAGNON, Antoine. Os cinco paradoxos da modernidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.</p>		

Disciplina:	HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo da origem, da expansão e dos processos de mudança da Língua Portuguesa sob o ponto de vista diacrônico, considerando aspectos fonológicos, morfossintáticos e semânticos.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>CAMARA JR, Joaquim Mattoso. História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.</p> <p>COUTINHO, Ismael de Lima. Pontos de Gramática Histórica. 7ª.ed, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.</p>		

	NEVES, M. H. de Moura. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.
Referências bibliográficas complementares	SAID ALI, Manuel. Gramática histórica da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1964 TEYSSIER, Paul. História da Língua Portuguesa. Lisboa: Sá da Costa, 1982. WILLIAMS, Edwin B. Do latim ao português. Tradução de Antônio Houaiss. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1973.

Disciplina:	METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo do aspecto histórico da formação docente e da construção do objeto de ensino no estudo da língua portuguesa. Apresentação das orientações pedagógicas e metodológicas para o processo de ensino e aprendizagem das modalidades da Língua Portuguesa. Organização didática dos conhecimentos científicos na área para o processo de ensino. Descrição dos processos de avaliação.		
Referências Bibliográficas básicas	ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2009. GERALDI, J. W. (Org.). O texto na sala de aula. Cascavel: Assoeste, 1984 GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991. KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda M. Ler e Escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2013 LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.		
Referências bibliográficas complementares	ANTUNES, Irandé. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010. DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais e ensino. 5. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. MARCUSCHI, Luiz A. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola, 2011. ROJO, Roxane. A prática de linguagem em sala de aula; praticando os PCNs. São Paulo: Mercado das Letras, 2000. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.		

Disciplina:	GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento e na/da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo, tendo como eixo o projeto político-pedagógico.		
Referências Bibliográficas básicas	LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 6ª ed (ver e ampl.) São Paulo: Heccus Editora, 2013. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2004. VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (orgs.). As dimensões do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papyrus, 2001.		

Referências bibliográficas complementares	<p>DAVIS, Claudia (org). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>GANDIN, Danilo. Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p> <p>LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.</p> <p>VEIGA, I. P. A.(org). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus 2007.</p>
--	--

Disciplina:	ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO 3		
Código:		Carga horária:	75
Ementa	<p>Análises, estratégias didáticas e trabalho em grupo, em consonância com os saberes interdisciplinares que envolvem a formação do professor de língua portuguesa, a exemplo das discussões sobre a profissão docente e o ensino de Leitura e produção de textos e de literatura em sala de aula. Planejamento de iniciativas inovadoras na área da educação, resultando na construção de um alicerce acadêmico e experimental para diversificar as abordagens do educador. Construção de conhecimento teórico-prático em campo, com formulação de propostas de intervenção, acompanhamento e finalização de projetos.</p>		
Referências Bibliográficas básicas	<p>ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>BAKHTIN, M.M. Estética da criação verbal. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1951/1953].</p> <p>BAZERMAN, C. Retórica da Ação Letrada. São Paulo: Parábola, 2015.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.</p> <p>DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, M. A. (orgs.). O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro, Lucerna, 2002.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.</p> <p>MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Leitura, produção de textos e a escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.</p> <p>PINHEIRO, Helder & NÓBREGA, Marta (Orgs.). Literatura: da crítica à sala de aula. Campina Grande: Bagagem, 2006.</p>		

QUINTO PERÍODO

Disciplina:	MORFOLOGIA DE LÍNGUA PORTUGUESA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	<p>Estudo da morfologia do Português: flexão nominal e flexão verbal. Formação de palavras. Aspectos relevantes dessa descrição para o ensino do Português como língua materna.</p>		
Referências Bibliográficas básicas	<p>BASILIO, M. Formação e classes de palavras no Português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>CÂMARA JR., J.M. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1970.</p> <p>FARIAS, W.S. A classificação das palavras. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.</p>		

	<p>HENRIQUES, C. C. Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>KEHDI, V. Formação de palavras em português. São Paulo: Ática, 1992.</p> <p>LAROCA, M.N.C. Manual de morfologia do português. Campinas: Pontes; Juiz de Fora: UFJF, 2003.</p> <p>ROSA, M.C. Introdução à morfologia. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>SILVA, M.C.P.S. e KOCH, I.G.V. Linguística aplicada ao português: morfologia. São Paulo: Cortez, 2007.</p>
Referências bibliográficas complementares	<p>BASILIO, M. Teoria lexical. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>CÂMARA JR., J.M. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1970.</p> <p>CASTILHO, A. T. Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. Marília: FFCL, 1968.</p> <p>CRYSTAL, D. Dicionário de linguística e fonética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.</p> <p>CUNHA, C. Gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon; Porto Alegre: L & PM, 2008.</p> <p>FARIAS, W.S. A classificação das palavras. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.</p> <p>HENRIQUES, C. C. Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>ILARI, R. A expressão do tempo em Português. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>KEHDI, V. Morfemas do português. São Paulo: Ática, 1990.</p> <p>MACAMBIRA, J.R. A estrutura morfossintática do português. São Paulo: Pioneira, 1982.</p> <p>PERINI, M. A. Gramática descritiva do português. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>ROCHA, L.C A. Estruturas morfológicas do português. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.</p> <p>SANDMANN, A. J. Morfologia lexical. São Paulo: Contexto, 1992.</p> <p>SANDMANN, A.J. Morfologia geral. São Paulo: Contexto, 1993.</p> <p>SAUTCHUK, I. Prática de morfossintaxe. Barueri: Manole, 2004.</p> <p>TRASK, R.L. Dicionário de linguagem e linguística. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>VILLALVA, A. Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do Português. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000.</p>

Disciplina:	METODOLOGIA DO ENSINO DE LITERATURA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	<p>Estudo de perspectivas teóricas e metodológicas sobre o ensino de literatura, exploração de modos de interpretação do texto literário com base nas relações entre diferentes gêneros textuais, não somente, entre textos de tradição oral e de tradição escrita, entre o texto literário e outras linguagens artísticas, em diferentes suportes (livro impresso, livro digital, vídeo poemas). Tematização de aspectos polêmicos e significativos sobre o trabalho com o texto literário em sala de aula. Estudo das relações entre texto e contexto, entre leitor e texto, entre leitura, literatura e outras artes; discussões sobre a perspectiva da historiografia literária no ensino; estudo do conceito de letramento literário, da noção de cânone e suas relações com a educação escolar, da a diversidade e a complexidade da produção literária de obras da literatura infanto-juvenil.</p>		
Referências Bibliográficas básicas	<p>COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. SP: Contexto, 2009.</p> <p>PAIVA, Aparecida; PAULINO, Graça & VERSIANI, Zélia (Orgs.). Leituras literárias: discursos transitivos. BH: Ceale; Autêntica, 2005.</p> <p>PINHEIRO, Helder & NÓBREGA, Marta (Orgs.). Literatura: da crítica à sala de aula. Campina Grande: Bagagem, 2006.</p>		

Referências bibliográficas complementares	<p>CANDIDO, Antônio. "O direito à literatura". Vários Escritos. SP: Duas Cidades; RJ: Ouro sobre azul, 2004.</p> <p>_____. Na sala de aula: caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 1985. (Fundamentos, 1)</p> <p>DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide de Luzia; JOVER-FALEIROS, Rita (Org.). Leitura de literatura na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2013</p> <p>TODOROV, Tzvetan. A literatura em perigo. RJ: Difel, 2012.</p> <p>ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel Teodoro da. Literatura e pedagogia: ponto e contraponto. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.</p>
--	---

Disciplina:	FUNDAMENTOS DE LIBRAS		
Código:		Carga horária:	54
Ementa	<p>Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no Panorama histórico da língua de sinais brasileira, seus fundamentos teóricos e metodológicos, possibilitando a introdução às competências e habilidades básicas necessárias ao desempenho comunicativo satisfatório do egresso da Universidade nos processos de interação e inclusão dos surdos e surdo cegos no sistema educacional.</p>		
Referências Bibliográficas básicas	<p>CARVALHO, Paulo Vaz de. Breve história dos surdos no mundo e em Portugal. Lisboa: Editora Surd'Universo , 2007.</p> <p>BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos. Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.</p> <p>NEMBRI, Armando Guimarães e SILVA, Ângela Carrancho da. Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação , 2012.</p> <p>QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. Línguas de sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de & DUARTE, Patrícia Moreira. Atividades Ilustradas em Sinais da Libras. Rio de Janeiro: REVINTER, 2004.</p> <p>BARROS, Mariângela Estelita. ELIS: sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais. Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos. Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>COUTINHO, Denise. Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador , 2000.</p> <p>GONZÁLEZ, María Ángeles Rodríguez. Lenguaje de Signos. Confederación Nacional de Sordos de España, Madrid, 1991.</p> <p>QUADROS, Ronice M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.</p> <p>QUADROS, Ronice M. Estudos Surdos I e II. Santa Catarina: Editora Arara Azul, 2006.</p> <p>RIBEIRO, Veridiane Pinto. Ensino de língua portuguesa para surdos: percepções de professores sobre adaptação curricular em escolas inclusivas. Curitiba: Editora Prismas, 2013.</p> <p>SACKS, Oliver W. Veo Voces: viaje al mundo de los sordos. Madrid : Grupo Anaya S/A , 1996.</p> <p>SALLES, Heloisa M. M. Lima et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para prática pedagógica. 2 v.: Programa nacional de apoio à educação dos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2005.</p> <p>SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. 4ªEd. São Paulo: Plexus, 2007.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A Surdez. 3ª Edição. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p>		

Disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA PORTUGUESA 1		
Código:		Carga horária:	80
Ementa	Desenvolvimento de atividades que levem o licenciando a conhecer a prática escolar do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, através de atividades de pesquisa em documentos oficiais e de planejamento, ensino e intervenção nos âmbitos da língua oral, da leitura, da produção textual e da análise linguística, inclusive considerando a incursão do licenciando nas tecnologias de informação e comunicação no ensino escolarizado, através da exploração dos diferentes gêneros textuais, nas séries finais do ensino fundamental, tanto do ensino regular quanto na Educação de Jovens e Adultos-EJA.		
Referências Bibliográficas básicas	ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003. BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é e como se faz. São Paulo, Loyola, 1998. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, SEF/MEC, 1998.		
Referências bibliográficas complementares	DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, M. A. (orgs.). O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro, Lucerna, 2002. MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Leitura, produção de textos e a escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994. VAL, M. da Graça Costa & MARCUSCHI, Bete (orgs.) Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania. Belo Horizonte, CEALE/Autêntica, 2005). ALVES, J. A. L. Os direitos humanos como tema global. São Paulo, Perspectiva; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1994. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Parâmetros em Ação: Meio Ambiente na Escola. Brasília, SEF/MEC, 2001. LÉVY-STRAUSS, C. Raça e História. Lisboa, Presença; São Paulo, Martins Fontes, 1983. LOPES DA SILVA, A.& GRUPIONI, L. D. B. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores do 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI Unesco, 1995.		

Disciplina:	PRÁTICA 1: LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS		
Código:		Carga horária:	100
Ementa	Elaboração de oficinas, projetos e/ou material didático em consonância com o contexto das escolas.		
Referências Bibliográficas básicas	Organizadas em função das propostas construídas.		
Referências bibliográficas complementares	Organizadas em função das propostas construídas.		
Disciplina:	ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO 4		
Código:		Carga horária:	75
Ementa	Desenvolvimento de práticas relacionadas à atuação profissional. Construção de conhecimento teórico-prático em campo, com formulação de propostas de intervenção, acompanhamento e finalização de projetos. Envolvimento com atividades na área de formação de professores que se estendam à comunidade acadêmica e do entorno ao mesmo tempo. Participação em eventos ofertados à		

	comunidade escolar e não-escolar. Envolvimento extensionista em cursos que sejam voltados para a comunidade em geral e que se inter-relacionem com sua formação.
Referências Bibliográficas básicas	DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, M. A. (orgs.). O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro, Lucerna, 2002. MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Leitura, produção de textos e a escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.
Referências bibliográficas complementares	ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003. PINHEIRO, Helder & NÓBREGA, Marta (Orgs.). Literatura: da crítica à sala de aula. Campina Grande: Bagagem, 2006. SOARES, Magda B. A linguagem didática. 1976. In: NAGLE, Jorge (org.). Educação e linguagem. São Paulo: EDART, pp. 145-160. VEIGA, I.P.A. (org). Lições de Didática. Campinas. Papyrus. 2006. ZABALA, Antoni. A Prática Educativa – Como Ensinar Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SEXTO PERÍODO

Disciplina:	SINTAXE DO PORTUGUÊS		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo de aspectos da sintaxe do português, focalizando a estrutura da sentença, suas relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras.		
Referências Bibliográficas básicas	MIOTO, C. et al. Novo Manual de sintaxe. São Paulo: Contexto, 2013. 267p. PERINI, M. A. Gramática descritiva do português. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1995. 398 p. PERINI, M. A. Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola, 2006. 206 p.		
Referências bibliográficas complementares	ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática metódica da língua portuguesa. 33. Ed. São Paulo: Saraiva, 1985. 658p. BECHARA, E.. Moderna gramática portuguesa. 37. Ed. Ver. E ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. 671 p. CUNHA, C. & CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 2 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1985. 714p. KURY, A. G. Novas lições de análise sintática. 9. Ed. São Paulo: Ática, 1999. 207p. MOURA, Denilda ((org.)). Variação e ensino. Maceió: EDUFAL, 1997. 140 p.		

Disciplina:	LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 5		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Panorama de textos em verso e prosa da literatura brasileira produzida entre 1960 e a atualidade, relacionando-os ao período histórico e a seu contexto cultural, bem como a sua recepção, considerando as relações étnico-raciais e de poder, bem como as construções identitárias múltiplas que caracterizam a sociedade brasileira.		

Temas transversais	Relações étnico-raciais e de poder; construções identitárias múltiplas que caracterizam a sociedade brasileira.
Referências Bibliográficas básicas	BERARDINELLI, Afonso. Da poesia à prosa. São Paulo: Cia. Das letras, 2012. COMPAGNON, Antoine. Os cinco paradoxos da modernidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. CAMPOS, Haroldo. A arte no horizonte do provável. São Paulo: Perspectiva, 1992.
Referências bibliográficas complementares	CESAR, Ana Cristina. Poética. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015. FONSECA, Rubem. O buraco na parede. Cia. Das Letras, 1995. FONTELA, Orides. Poesia completa. São Paulo: Cosac Naif, 2007. SANT'ANNA, Sérgio. O voo da madrugada. Cia das Letras, 2004. TORQUATO NETO. Os últimos dias de paupéria. São Paulo: Max Limonad, 1987.

Disciplina:	PESQUISAS TEÓRICAS E APLICADAS EM LETRAS E LINGÜÍSTICA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	A pesquisa em Letras, suas especificidades e a noção de estado da arte. Abordagens metodológicas de pesquisa teórica e aplicada voltadas ao ensino e aprendizagem de língua materna, língua adicional e suas literaturas. Instrumentos de coleta e de geração de dados e sua validação em pesquisas quantitativas, qualitativas e mistas. Tratamento e modos de categorização e de apresentação dos dados. Tipos de fontes teóricas quanto à publicação (livro, artigo, dicionário, blog, site, etc.). Estratégias de leitura e de registro de textos acadêmicos. A redação do projeto e as características textuais de cada parte. O desenvolvimento da pesquisa e a postura do pesquisador.		
Referências Bibliográficas básicas	DENZIN, K. Norman & LINCOLN, Yvonna S. O planejamento em pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.		
Referências bibliográficas complementares	GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. LIMA, Josué da Silva. MANUAL DE NORMALIZAÇÃO: Apresentação de trabalhos científicos. Belém: FATEBE, 2015, 125p. GOMES, Luiz Fernando. Como elaborar projetos de pesquisa. Apostila. 2016.		

Disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA PORTUGUESA 2		
Código:		Carga horária:	80
Ementa	Estudo dos documentos oficiais relativos ao ensino da literatura para o contexto escolar e sua comparação com o desenvolvimento efetivo das dinâmicas de abordagem do texto literário em sala de aula.		
Referências Bibliográficas básicas	COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2009. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2008. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. V. 2.		
Referências bibliográficas complementares	CEREJA, William Roberto. <i>Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura</i> . São Paulo: Atual, 2005. EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. (Orgs.). <i>Escolarização da leitura literária</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.		

	<p>LIMA, Roberto Sarmento. A leitura do texto literário narrativo na sala de aula. In: MOURA, Maria Denilda. <i>Leitura e escrita: a competência comunicativa</i>. Maceió: Edufal, 2007. P. 97-117.</p> <p>PINHEIRO, Hélder; NÓBREGA, Marta (Orgs.). <i>Literatura: da crítica à sala de aula</i>. Campina Grande (PB): Bagagem, 2006.</p> <p>PINHEIRO, Hélder. <i>Poesia na sala de aula</i>. Campina Grande (PB): Bagagem, 2007.</p>
--	--

Disciplina:	PRÁTICA 2: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS NA SALA DE AULA		
Código:		Carga horária:	100
Ementa	Elaboração de oficinas, projetos e/ou material didático em consonância com o contexto das escolas.		
Referências Bibliográficas básicas	Organizadas em função das propostas construídas.		
Referências bibliográficas complementares	Organizadas em função das propostas construídas.		

Disciplina:	ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO 5		
Código:		Carga horária:	60
Ementa	Apresentação e implementação dos materiais inovadores que foram desenvolvidos pelos alunos. Ensino de Leitura e produção de textos e de literatura em sala de aula. Construção de conhecimento teórico-prático em campo, com intervenção, acompanhamento e finalização de projetos.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. Planejamento na sala de aula. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>CASTRO, Amélia Domingues. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.</p> <p>MENEGOLLA, M. e SANTANNA I.M. Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula. Petrópolis, Vozes, 2006.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.</p> <p>DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, M. A. (orgs.). O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro, Lucerna, 2002.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.</p> <p>MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Leitura, produção de textos e a escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.</p> <p>MOURA, Maria Denilda. <i>Leitura e escrita: a competência comunicativa</i>. Maceió: Edufal, 2007. P. 97-117.</p> <p>PINHEIRO, Hélder; NÓBREGA, Marta (Orgs.). <i>Literatura: da crítica à sala de aula</i>. Campina Grande (PB): Bagagem, 2006.</p>		

SÉTIMO PERÍODO

Disciplina:	SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS
-------------	-------------------------------

Código:		Carga horária:	72
Ementa	Análise de questões sobre fundamentos de significado e de produção do sentido nas línguas naturais, especialmente na língua portuguesa, em diferentes abordagens semânticas.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>FERRAREZI JR, Celso. Semântica para a educação básica. São Paulo: Parábola Editorial 2008.</p> <p>GUIMARÃES, Eduardo. História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.</p> <p>GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido. Campinas, SP: Pontes, 1995.</p> <p>ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Roberta. Semântica formal: uma breve introdução. Campinas: Mercado de Letras, 2001.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral I e II. Campinas: Pontes, 1988.</p> <p>FREGE, Gottlob. Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978.</p> <p>MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna C.(orgs). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.</p>		

Disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA PORTUGUESA 3		
Código:		Carga horária:	80
Ementa	Atividades de observação e planejamento para regência em sala de aula de Educação Básica – anos finais do Ensino Fundamental (regular e EJA), exercida sob supervisão docente, como subsídio para o exercício do ensino de língua portuguesa e literatura, de acordo com o regulamento de estágio do Curso de Letras da Faculdade de Letras/Fale.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>BAGNO, Marcos. Gramática de bolso do português brasileiro. São Paulo, Parábola Editorial, 2013.</p> <p>BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília, SEF/MEC, 1998.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>ANTUNES, Irlandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo, Parábola, 2003.</p> <p>DOLZ, Joaquim; GAGNON, Roxane & DECÂNDIO, Fabrício. Produção escrita e dificuldades de aprendizagem. Campinas-SP, Mercado de Letras, 2010.</p> <p>MORAIS, Artur G. de. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo, Ática, 1998.</p> <p>BRANDÃO, Helena Negamine (cord.). Gêneros do discurso na escola. São Paulo, Cortez, 2003.</p> <p>GERALDI, João Wanderley. A aula como acontecimento. São Carlos, Pedro & João Editores, 2010.</p>		

Disciplina:	SOCIOLINGUÍSTICA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Relação entre língua e sociedade. Teorias e métodos para estudo da variação e da mudança linguística. Análise de dados linguísticos variáveis. Erro, norma e preconceito linguístico. Variação linguística e ensino. Debates sobre o racismo cordial e suas formas de manifestação linguística.		

Temas transversais	Relações étnico-raciais e étnico-linguísticas.
Referências Bibliográficas básicas	BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. CALVET, Luis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. Vol. 25. Parábola, 2008. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (orgs.). Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.
Referências bibliográficas complementares	BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. GUY, G.R. & ZILLES, A. Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007. LEITE, Yonne e CALLOU, Dinah. Como falam os brasileiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Contradições no ensino de português. São Paulo: Contexto, 2003. ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. Parte I. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A.C. (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001. BAGNO, M. (org). Norma linguística. São Paulo: Loyola, 2001. CAMACHO, R.G.. Sociolinguística. Parte II. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001. LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, 2008 [1972]. MARROQUIM, M. A língua do nordeste. Curitiba: HD Livros, 1996. MOURA, D. (org). Língua e Ensino: dimensões heterogêneas. Maceió: PPGLL, 2000. PEREIRA, M. C. A escola em contexto sociolinguisticamente complexo e o apagamento das minorias étnico-linguísticas na perspectiva do letramento. Olhar de professor. Ponta Grossa, 5 (1): 47-56, 2002. PRETI, D. Sociolinguística – os níveis da fala. Um estudo sociolinguístico do diálogo literário. São Paulo: CEN, 1982. TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 2007. TARALLO, F (org.). Fotografias sociolinguísticas. Campinas: ED. UNICAMP, 1989.

Disciplina:	PRÁTICA 3: ANÁLISE DE PRÁTICAS DE LINGUAGEM E/OU FATOS LINGÜÍSTICOS NA SALA DE AULA		
Código:		Carga horária:	100
Ementa	Elaboração de oficinas, projetos e/ou material didático em consonância com o contexto das escolas.		
Referências Bibliográficas básicas	Organizadas em função das propostas construídas.		
Referências bibliográficas complementares	Organizadas em função das propostas construídas.		

OITAVO PERÍODO

Disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA PORTUGUESA 4		
Código:		Carga horária:	160
Ementa	Atividades de observação e planejamento para regência em sala de aula da Educação Básica - Ensino Médio (regular e EJA), exercida sob supervisão docente, como subsídio para o exercício do ensino de língua portuguesa e suas literaturas, de acordo com o regulamento de estágio do Curso de Letras da Faculdade de Letras/Fale.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>BRASIL. PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, MEC/SEMTEC, 2002b.</p> <p>BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias.</p> <p>MARTINS, Ivanda. A literatura no ensino médio: quais os desafios do professor? In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (orgs.) Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo, Parábola Editorial, 2006.</p> <p>RUIZ, Eliana Donaio. Como corrigir redações na escola: uma proposta textual interativa. São Paulo, Contexto, 2010.</p>		
Referências bibliográficas complementares	<p>ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo, Parábola Editorial, 2010.</p> <p>CEREJA, William Roberto. Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura. São Paulo, Atual, 2005.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. São Paulo, ALEA, v.10, n. 1, jan./jun.2008.</p> <p>FREITAS, Alice Cunha de; CASTRO, Maria de Fátima F. (Orgs.). Língua e literatura: ensino e pesquisa. São Paulo, Contexto, 2003.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio & XAVIER, Antônio Carlos (orgs.). Hipertexto e gêneros textuais. Rio de Janeiro, Lucerna, 2004.</p> <p>VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. O ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo, Contexto, 2007.</p>		

Disciplina:	ANÁLISE DO DISCURSO		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo da Análise do Discurso e suas filiações teóricas a partir de sua história e da construção de seu objeto e método, desenvolvendo análise de materialidades diversas e aprofundando reflexões sobre a práxis discursiva enquanto prática social na intricada relação entre discurso, língua, sujeito, história e ideologia. Debates sobre discursos envolvendo questões ambientais e formas de produção de sentidos. A sociedade brasileira e suas múltiplas interfaces: gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, crenças, valores, posições discursivas e ideológicas dos sujeitos.		
Temas transversais	Educação ambiental. Relações étnico-raciais.		
Referências Bibliográficas básicas	<p>BAKHTIN, M. VOLOSHINOV, V. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. Michael Lahud. Yara Frateschi Vieira. 7 ed. São Paulo Hicitec, 1929/2000.</p> <p>CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes, 1997.</p>		

	ORLANDI, Eni. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
Referências bibliográficas complementares	COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos (SP): EdufScar, 2009. FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 FLORENCIO, Ana Gama, & et all. Análise do discurso: fundamentos e práticas. Maceió: EDUFAL, 2009. LAYRARGUES, Philippe Pomier. A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo, Annablume, 1998. ORLANDI, Eni. As formas do silêncio no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. POSSENTI, Sírio. Os limites do discurso. Curitiba: Criar Edições, 2002. SULAIMAN, Samia Nascimento. Educação ambiental à luz da análise do discurso da sustentabilidade: do conhecimento científico à formação cidadã. Tese de doutoramento, Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2010.

Disciplina:	PRÁTICA 4 : TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO		
Código:		Carga horária:	100
Ementa	Elaboração de oficinas, projetos e/ou material didático em consonância com o contexto das escolas.		
Referências Bibliográficas básicas	Organizadas em função das propostas construídas.		
Referências bibliográficas complementares	Organizadas em função das propostas construídas.		

22. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS ELETIVAS

Disciplina:	AQUISIÇÃO DA ESCRITA		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Diferentes concepções sobre a aquisição da escrita. A relação entre fala e escrita. A constituição do sujeito pela língua. O normal e o patológico na linguagem. Princípios que norteiam a ortografia do Português e suas particularidades. A interferência da oralidade na aquisição da escrita.		
Referências Bibliográficas básicas	FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. MAIA, E. M. No reino da fala: a linguagem e seus sons. Ática, 1986. ZORZI, J. L. Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.		

Referências bibliográficas complementares	JAKOBSON, R. Linguística e Comunicação. S. Paulo: Cultrix, 1969. LE MOS, C. T. G. Relatório (Cnpq). Campinas: IEL/Unicamp (Mimeo), 1999. LIER-DE-VITTO, M. F.; ARANTES, L. Aquisição Patologias e Clínica de Linguagem, Educ., PUC SP, 2006. MOREIRA, N. R. & PONTECORVO, C. Chapeuzinho/Cappuccetto: as variações gráficas e a norma ortográfica. In: Ferreiro, E. et al. Chapeuzinho vermelho aprende a escrever - estudos comparativos psicolinguísticos em três línguas. São Paulo, Ática, 1996. SAUSSURE, F. de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2005.
--	---

Disciplina:	AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo das relações entre as áreas da Aquisição de Linguagem, da Linguística e da Psicologia ao longo do intervalo de tempo que compreende a criação da disciplina Psicolinguística, em 1954, até os dias de hoje, buscando destacar as concepções de linguagem e de criança subentendidas nas diferentes abordagens que serão adotadas pelas principais teorias empirista, racionalista e sociointeracionista.		
Referências Bibliográficas básicas	CHOMSKY, N. Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. KATO, M. A. Sintaxe e aquisição na teoria de Princípios e Parâmetros. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 57-73, 1995. SCARPA, E. Aquisição de linguagem. In: Mussalin, F. e Bentes, Anna C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v.2. São Paulo: Cortez, 2001.		
Referências bibliográficas complementares	AIMARD, P. A linguagem da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. CORREA, L. M. Aquisição da Linguagem e Problemas do desenvolvimento linguístico. PUC-Rio. São Paulo, 2006. LE MOS, C. T. G. de. Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. In: Boletim da ABRALIN, Recife, n. 3, p.97-126, 1982. LE MOS, M. T. G. de. A língua que me falta: uma análise dos estudos em Aquisição de Linguagem. Campinas, SP: Mercado de Letras; FAPESP: São Paulo, 2002. SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2000.		

Disciplina:	GRAMÁTICAS E ENSINO DE LÍNGUAS		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo das concepções de gramática de acordo com diferentes correntes de pensamento, relacionando-as com o ensino de línguas e sua história.		
Referências Bibliográficas básicas	BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985. FARACO; M. Gramática. São Paulo: Ática, 1999.		
Referências bibliográficas complementares	FRANCHI, C. Mas o que é mesmo gramática? São Paulo: Parábola, 2006. GERMAIN, C.; SÉGUIN, H. Le point sur la grammaire. Paris: Clé International, 1998. NICOLA, J.; INFANTE, U. Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 1999. ZOZZOLI, R. M. D. O processo de constituição de uma gramática do aluno leitor e produtor: a busca de autonomia. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, n. 33, p. 7- 21. 1999.		

	ZOZZOLI, R. M. D. Atividades de reflexão gramatical na sala de aula e autonomia relativa do sujeito. In: LEFFA, Vilson J. (Org.) A interação na aprendizagem das línguas. Pelotas: EDUCAT, 2003.
--	--

Disciplina:	LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA (ANGOLA E CABO VERDE)		
Código:		Carga horária:	72
Ementa	Estudo de textos (em verso e em prosa) das literaturas angolana e cabo-verdiana, com base nos conceitos de angolanidade e cabo-verdianidade.		
Temas transversais	História e cultura afro-brasileira.		
Referências Bibliográficas básicas	ABDALA JUNIOR, B. Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX. São Paulo: Ática, 1989. ANDRADE, M. Origens do nacionalismo africano. Lisboa: Cultura; Publicações Dom Quixote, 1998. SANTILI, M. A. Africanidades. São Paulo: Ática, 1985.		
Referências bibliográficas complementares	APA L. et al. Poesia africana de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2003. CHAVES, R. Angola e Moçambique - experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê, 2005. CHAVES, R., CAVACAS, F., MACÊDO, T. (Org). Mia Couto: o desejo de contar e de inventar. Maputo: Nzila, 2010. CHAVES, R., MACÊDO, T. C. de, SECCO, C. T. (Org). Brasil/África: como se o mar fosse mentira. 02. ed. São Paulo/ Luanda: UNESP/ Chá de Caxinde, 2006. CHAVES, R., VIEIRA, J. L., COUTO, M. (Org). Contos africanos de língua portuguesa. São Paulo: Ática, 2009.		

Disciplina:	LITERATURA DRAMÁTICA		
Código:		Carga horária:	
Ementa	Estudo dos gêneros literários e das relações entre literatura e dramaturgia com base na leitura e análise de textos: a tragédia grega clássica (Ésquilo, Sófocles e Eurípides) e a comédia de Aristóteles.		
Referências Bibliográficas básicas	ARISTÓTELES. Poética. São Paulo: Ars Poética, 1993. BRANDÃO, J. S. Teatro grego: origem e evolução. São Paulo: Ars Poética, 1992. NUÑEZ, C. F. P. et al. O teatro através da história: o teatro ocidental. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.		
Referências bibliográficas complementares	ADLER, S. Técnica da Representação Teatral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. BERTHOLD, M. História Mundial do Teatro. São Paulo: Perspectiva, 2004. COELHO, B. Contar Histórias: Uma Arte sem Idades. São Paulo: Ática, 1999. IOSHI, O. O ator Invisível. São Paulo: Via Lettera, 2007. STANISLAVSKI, C. A Construção do Personagem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. STANISLAVSKI, C. A Preparação do Ator. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.		

Disciplina:	LITERATURA E SOCIEDADE		
Código:		Carga horária:	
Ementa	Estudo da literatura como processo de construção textual em que elementos externos (sociais, psicológicos, históricos) são compreendidos e apreciados esteticamente através da análise de elementos da estrutura do texto literário, com base em uma reflexão sobre o método de abordagem.		
Referências Bibliográficas básicas	BOURDIEU, P. As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário. Lisboa, Editorial Presença, 1996. CANDIDO, A. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. LAFETÁ, J. L. Estética e ideologia: o modernismo em 30. In: _____. A dimensão da noite e outros ensaios. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.		
Referências bibliográficas complementares	ABDALA JUNIOR, B. Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX. São Paulo: Ática, 1989. CANDIDO, A. "Literatura e subdesenvolvimento" e "Literatura de dois gumes". In: Candido, Antonio. A Educação Pela Noite & Outros Ensaios. São Paulo, Ática, 1987. FREDERICO, C. "A Sociologia da Literatura de Lucien Goldmann". In: Estudos Avançados. Vol.19 no.54 São Paulo Aug. 2005. SCHWARZ, R. Pressupostos, salvo engano, de "Dialética da malandragem". In: _____. Que horas são?: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. ZÉRAFFA, M. Romance e Sociedade. Lisboa, Estúdios COR, 1974.		

Disciplina:	LITERATURA INFANTO-JUVENIL		
Código:		Carga horária:	
Ementa	Análise crítica de textos infanto-juvenis de variadas literaturas ocidentais, em verso e em prosa, desde o momento da formação da sociedade burguesa europeia, no século XVIII, e seus vínculos com a dimensão ético-pedagogia da época, até a contemporaneidade, com a redefinição estética desse campo literário.		
Referências Bibliográficas básicas	ARIËS, P. História social da criança e da família. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A.1981. LAJOLO, M. Do mundo da leitura à leitura do mundo. São Paulo: Ática, 1993. ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. (Orgs) Leitura: perspectivas interdisciplinares. São Paulo: Ática, 1988.		
Referências bibliográficas complementares	BUSATTO, C. A arte de contar histórias no Século XXI: tradição e ciberespaço. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. COELHO, N. N. Literatura infantil-teoria, análise, didática. São Paulo, Ática, 1997 6ª d. COELHO, N. N. Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil. São Paulo: Ática, 1991. CUNHA, M. A. A. Literatura Infantil: teoria e prática. São Paulo: Ática, 1990 4ª d. LAJOLO, M & ZILBERMANN, R. Literatura infantil brasileira: histórias & histórias. São Paulo: Ática, 1987.		

Disciplina:	MITOLOGIA GRECO-ROMANA		
Código:		Carga horária:	
Ementa	Fornecer um repertório de textos representativos da Antiguidade Clássica de forma a propiciar aos alunos matéria de reflexão sobre questões literárias e linguísticas.		

Referências Bibliográficas básicas	BRANDÃO, J. S. Mitologia Grega. Volume I, Petrópolis, Vozes, 1996. BRANDÃO, J. S. Mitologia Grega. Volume II, Petrópolis, Vozes, 1996. BRANDÃO, J. S. Mitologia Grega. Volume III, Petrópolis, Vozes, 1995.
Referências bibliográficas complementares	CAMPBELL, J. O poder do Mito com Bill Moyers. Org. por Betty Sue Flowers, São Paulo: Associação Palas Athena, 1996. ELIADE, M. Mito do eterno retorno. São Paulo: Mercuryo, 1992. KERÉNYI, K. Os Heróis gregos. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. PEREIRA, M. H. R. Estudos de História da Cultura Clássica, I Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. SCHWAB, G. As mais belas histórias da antiguidade clássica. Os mitos da Grécia e de Roma. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

23. VIABILIZAÇÃO DO CURSO: DADOS DOS POLOS E RECURSOS

A infraestrutura dos polos em que os cursos serão ofertados atende aos requisitos da CAPES, tendo em vista as visitas técnicas de avaliadores da própria CAPES que definiram os polos escolhidos para a oferta do curso de Letras como AA (Apto), conforme pode ser visualizado no SisUAB (http://www.uab.capes.gov.br/sisuab/Login_input.action).

Abaixo, seguem dados dos polos UAB onde o curso de Português será ofertado:

POLO DE MACEIÓ-AL (TABULEIRO)

LOCALIZAÇÃO

Av. Lourival de Melo Mota, Km 97,6 Br 104, S/N, Campus A. C. Simões, Ufal , Bloco 14, 1o Andar

COORDENADOR(A)

Elielba Mendes Alves Pinto (9928-8870/3214-1397) polomaceio@gmail.com, elielba.map@hotmail.com

DISPONIBILIDADE DO IMÓVEL Cedido

TIPO: Polo do sistema UAB

COMPARTILHAMENTO UFAL

DEPENDÊNCIAS

Laboratório de informática, sala de reunião, sala do coordenador, sala dos tutores, secretaria, sala de vídeo, 9 salas de aula, 2 banheiros no térreo, 2 banheiros no 1o andar, 1 biblioteca, laboratório de física, Laboratório de matemática.

ÁREA TOTAL 900m²

CAPACIDADE DE ALUNO POR DEPENDÊNCIA

Laboratório: 40

Salas de Aula: 40 cada

Biblioteca: 100

Laboratório de matemática: 16

Laboratório de física: 24

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (POR DEPENDÊNCIA)

Laboratório de Informática: 40 computadores, data show, impressora, televisão, data show, computador, som, telão.

Sala dos tutores: 5 computadores , 1 impressora

Secretária: 2 computadores, 2 impressoras multiuso

Sala da coordenação: impressora multiuso, 1 computador, 5 data shows, 1 laptop.

POLO DE MARAGOGI-AL

LOCALIZAÇÃO

Praça Maridite Acioli, S/N, Centro

Escola Municipal Dr. José Jorge De Farias Sales Cep: 57955-000

COORDENADOR(A)

Cacilda Buarque Silva (99302-9392), e-mail: polouabmaragogi@gmail.com

uabmaragogi@gmail.com cbuarques@hotmail.com

DISPONIBILIDADE DO IMÓVEL Próprio

TIPO: Polo do sistema UAB

COMPARTILHAMENTO Escola municipal

DEPENDÊNCIAS

Secretaria, Sala de coordenação, Sala de tutoria, Sala de reuniões, 8 banheiros, 03

Salas de aulas, 02 Laboratórios de Informática, Laboratório de biologia e

matemática, Sala de vídeo conferência, Biblioteca.

ÁREA TOTAL 1.542,24m²

CAPACIDADE DE ALUNO POR DEPENDÊNCIA

Sala de reunião: 10

Lab. Informática: 15 cada Lab. biologia: 20

Sala de videoconferência: 60 Salas de aula 40

Biblioteca: 24

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (POR DEPENDÊNCIA)

Secretaria: Impressora, Computador, Caixa de som, Telefone.

Sala da coordenação: Computador, Impressora, Caixa de som, 3 data show, 3 telas de projeção.

Sala de tutoria: 02 Computadores, Caixa de som.

Sala de videoconferência: Data show, Caixa de som, Notebook, TV 42", Tela interativa.

Laboratório de informática 1: 01 Impressora, 25 computadores, Caixa de som, Tela de projeção, 25 Heads set, Webcam.

Laboratório de informática 2: 25 Computadores, Caixa de som, 25 Headset, Webcam.

Biblioteca: 05 Computadores, Caixa de som.

POLO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL

LOCALIZAÇÃO

Avenida Antônio Manoel dos Santos. No: S/N - Centro . CEP: 57910000

COORDENADOR(A)

Silvano Marcos da S. Santos (99111-4209), e-mail: silvanome@hotmail.com

DISPONIBILIDADE DO IMÓVEL Próprio

TIPO: Polo do sistema UAB

COMPARTILHAMENTO Escola municipal

DEPENDÊNCIAS

Sala de coordenação, secretaria, sala de reuniões, sala de tutoria, 5 salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, 4 banheiros.

ÁREA TOTAL 800m²

CAPACIDADE DE ALUNO POR DEPENDÊNCIA Salas de aula: 30 cada

Biblioteca: 16

Laboratório de informática: 20

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS

Sala de coordenação: 1 computador Secretaria: 2 computadores, impressora

sala de tutoria: 2 computadores, TV de 36" Biblioteca: 4 computadores, impressora

Laboratório de informática: 20 computadores

POLO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES-AL

LOCALIZAÇÃO

Rua 06 de Fevereiro, s/n, Nova Brasília CEP: 57442-000

COORDENADOR(A)

José Rubens Alves Pereira (9997-8022, 9321-5772), e-mail:

polouab.oaflores@gmail.com, joserubensap.oaflores@gmail.com

DISPONIBILIDADE DO IMÓVEL Próprio

TIPO: Polo do sistema UAB

COMPARTILHAMENTO Escola municipal

DEPENDÊNCIAS

Sala da coordenação, secretaria, sala de tutoria, sala de reunião, auditório, 02 Laboratórios de Informática, Biblioteca, 02 Laboratórios de Física, 17 Salas de aula, Sala de vídeo, 6 banheiros

ÁREA TOTAL 2.386,41 m²

CAPACIDADE DE ALUNO POR DEPENDÊNCIA

Salas de aula: 40 cada

Sala de vídeo: 60

Auditório: 80

Laboratório de informática 1: 50

Laboratório de informática 2: 25

Laboratório de Física 1: 30

Laboratório de Física 2: 30

Biblioteca: 16

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (POR DEPENDÊNCIA)

Laboratório de informática 1: 32 Computadores com 41 terminais

Laboratório de informática 2: 11 Computadores com 21 terminais

Biblioteca: 05 Computadores e 6 terminais

Sala da coordenação: Computador, Notebook, Impressora, 03 Datas show, 2 telas de projeção

Sala de vídeo: TV/LCD, Tela interativa

POLO DE CAJUEIRO-AL

LOCALIZAÇÃO

Conjunto Antônio Palmery Soriano Melo I, Extensão da Escola Municipal João Teixeira.

COORDENADOR(A)

Isa Maria Teixeira Guimarães (99989-3121). E-mail:

isamariateixeiraguimaraes@gmail.com, polocajueiro@gmail.com

DISPONIBILIDADE DO IMÓVEL Próprio

TIPO: Polo do sistema UAB

COMPARTILHAMENTO Escola Municipal

DEPENDÊNCIAS

Sala da coordenação UAB, secretaria UAB, sala de reunião, sala de tutoria, 4 banheiros, 5 salas de aula, biblioteca, laboratório de informática próprio UAB.

ÁREA TOTAL 350m²

CAPACIDADE DE ALUNO POR DEPENDÊNCIA

Laboratório de informática próprio da UAB: 25

Salas de aulas: 35

Biblioteca: 12

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (POR DEPENDÊNCIA)

Laboratório: 25 computadores

Coordenação do Polo: 2 computadores, 2 impressoras multifuncionais, 1 kit de projeção, 1 fone de ouvido com microfone, 2 webcams.

Biblioteca: 2 computadores

Ainda, para a viabilização do curso, a CAPES proverá recursos provenientes da UAB para as seguintes despesas: pagamento de bolsa para o coordenador e os professores responsáveis pelo desenvolvimento do curso; pagamento de diárias e passagens para deslocamento aos polos regionais; pagamento das despesas relativas à formação dos tutores em curso de EAD; pagamento dos custos de impressão de material didático; pagamento de tutores.

24. CORPO DOCENTE DA FALE, DO CEDU E QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O curso de licenciatura em Letras Português da FALE apresenta um corpo docente composto de 25 (vinte e cinco) professores, em sua grande maioria, com doutorado e formação específica nas áreas de Letras e Linguística, e com carga-horária de 40h e regime de Dedicção Exclusiva. Os docentes, além de assumirem atribuições na graduação, pós graduação, extensão e administração atuam nos colegiados e núcleos docentes estruturantes dos cursos de graduação da FALE, e no Conselho da Unidade, avaliando permanentemente as ementas, atualizando suas bibliografias e enviando sugestões de mudanças/adequações ao NDE. Neste sentido, os objetivos também são adequados, visando tanto o perfil do egresso que se deseja formar quanto temas relevantes da atualidade. Exemplo disso foram as reformulações nas ementas e sugestões de novas disciplinas a comporem este PPC.

A integralização das disciplinas organiza-se em conformidade com as orientações e reflexões advindas das concepções elaboradas pelo corpo docente, uma vez que se tornam imprescindíveis as percepções daqueles que estão responsáveis pelas progressões das aprendizagens no desenvolvimento da formação docente.

Todos os docentes do Curso de Português EAD recebem treinamento para trabalhar com o AVA, oferecido pela CIED, antes do início de cada período. Abaixo, segue tabela com a relação dos docentes da FALE, sua titulação, regime de trabalho e link para o currículo lattes:

Tabela 19: Corpo docente da FALE

CURSO DE PORTUGUÊS			
Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Currículo Lattes
ADNA DE ALMEIDA LOPES	Doutorado	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/4061859895008214
ALAN JARDEL DE OLIVEIRA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/2472308353478468
ALDIR SANTOS DE PAULA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/8488349449965540
ANA CLARA MAGALHÃES DE MEDEIROS	Doutorado	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/5247883444384172
ANDRÉA DA SILVA PEREIRA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/5247883444384172
DANIEL PAES DE ALBUQUERQUE	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/4247302077854218
ELIANA KEFALÁS OLIVEIRA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/7409165890861097
FABIANA PINCHO DE OLIVEIRA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/5480057780463997
FÁBIO RODRIGUES DOS SANTOS	Especialista	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/5922681212511096
FERNANDO OTÁVIO FIÚZA MOREIRA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/5864336350839980
FRANCISCO JADIR LIMA PEREIRA	Especialista	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/3670288669681332
HELSON FLÁVIO DA SILVA SOBRINHO	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/9678771021912570
JAIR GOMES DE FARIAS	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/8288273058788141
JOSÉ NIRALDO DE FARIAS	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/7646350542542267
LÚCIA DE FÁTIMA SANTOS	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/3235342037177115
LUIZ FERNANDO GOMES	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/9782711247133672
MARIA GABRIELA CARDOSO FERNANDES DA COSTA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/3475723583898550
MIGUEL JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/2507102865905963
NUBIA RABELO BAKKER FARIA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/2601535662260389
RITA DE CÁSSIA SOUTO MAIOR SIQUEIRA LIMA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/1312070903160476
RITA MARIA DINIZ ZOZZOLI	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/4434022240410006
ROBERTO SARMENTO LIMA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/5737261319091574
SONIA CRISTINA SIMÕES FELIPETO	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/7535091198670076
SUSANA SOUTO SILVA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/6356306442921117
TELMA MOREIRA VIANNA MAGALHÃES	Doutorado	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/0392294189757802

Já o corpo docente do CEDU, responsável por algumas disciplinas pedagógicas, é composto por 11 docentes, a maioria com doutorado e todos com dedicação exclusiva, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 20: Corpo docente do CEDU:

CENTRO DE EDUCAÇÃO			
Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Currículo Lattes
ANA CAROLINA FARIA COUTINHO GLERIA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/1003189884392105
DANIELA MENDONCA RIBEIRO	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/9137388590869969
IRAILDE CORREIA DE SOUZA OLIVEIRA	Mestrado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/9450276332041514
JUSCINEY CARVALHO SANTANA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/9596120894827646
TIAGO LEANDRO DA CRUZ NETO	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/5803533152450545
MARIA AUXILIADORA DA SILVA CAVALCANTE	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/6495492068805035
ROSANGELA OLIVEIRA CRUZ PIMENTA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/2979996984946203
SERGIO DA COSTA BORBA	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/8824696825693121
SUZANA MARIA BARRIOS LUIS	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/1316564059387352
VANESSA DO RÊGO FERREIRA	Mestrado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/7597144067565703
YANA LISS SOARES GOMES	Doutorado	40 horas /DE	http://lattes.cnpq.br/5441988893925908

O curso de Graduação em Letras da UFAL conta atualmente com 29 técnicos, assim distribuídos:

Tabela 21: Servidores técnicos da FALE

N.	NOME SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO
SECRETARIA DA FALE		
01	ANA LÚCIA CARDOSO DE BARROS	Assistente Administrativa / Agente Sinfra
02	GILSON MIQUELINO FERREIRA	Técnico de Laboratório
03	JORGE HENRIQUE SILVESTRE BARBOSA	Assistente em Administração / Subsecretário da FALE
04	MARTA BETÂNIA MARINHO SILVA	Administradora / Secretária Administrativa da FALE
05	PAULO JORGE FERREIRA MEDEIROS	Auxiliar Administrativo
06	RIVANILDA LOPES DE ARAÚJO	Assistente em Administração
07	SIMONE DORNELLES SCHULZE	Secretária Executiva
COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO DE CURSOS		
08	JOSÉ ALBERTO RIBEIRO	Assistente em Administração
09	ROSANA TACIANA PORTELA NICÁCIO DOS SANTOS	Técnica em Assuntos Educacionais
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO PPGLL		
10	JOHNNY LUCAS CALHEIROS	Assistente em Administração
11	WESSLEN NICÁCIO DE MENDONÇA MELÂNIA	Assistente em Administração
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFLETRAS		
12	PEDRO ELÍSIO LESSA LIMA DE HOLANDA	Assistente em Administração
ÓRGÃOS DE APOIO		
13	IOLE COSTA TERSO	Bibliotecária
14	JUDSON LEÃO DE MELLO	Assistente em Administração
15	ERINALDO SOARES DA SILVA	Auxiliar de Cozinha
COORDENAÇÃO DE LIBRAS		
16	CARLOS ALBERTO MATIAS DE OLIVEIRA	Intérprete de Libras
17	CATARINA SANTOS CLAUDINO	Intérprete de Libras

18	DANIELA MIRANDA DA SILVA	Técnica em Libras
19	JAQUELINE SOARES DA SILVA	Intérprete de Libras
20	JANAÍNA DA ROCHA RIBEIRO	Técnica em Audiovisual
21	JEAN BERNARDO DA SILVA VIEIRA	Revisor em Braille
22	JEANINE WALÉRIA OLIVEIRA BRAGA PEREIRA	Assistente em Administração / Secretária do Curso de Letras-Libras
23	JULIANA VANESSA DOS SANTOS SILVA	Intérprete de Libras
24	MAYKEW DOUGLAS ASSIS DE GUSMÃO	Intérprete de Libras
25	MEIRE SANTOS PEREIRA	Intérprete de Libras
26	POLLYANNA LINO DE ARAÚJO	Intérprete de Libras
27	TACIANA GRIGÓRIO DA CONCEIÇÃO	Intérprete de Libras
28	VANESSA ELISA DA SILVA CORREIA	Técnica em Assuntos Educacionais
COORDENAÇÃO CASAS DE CULTURA – ESPAÇO CULTURAL		
29	LAUDICÉA CÂNDIDO DE OLIVEIRA	Assistente em Administração

25. REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2001.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury*. 4ª ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República, 2003.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, SEF/MEC, 1998.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.
- BRZEZINSKI, Iria (Org.) *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CALVET, Louis-Jean. *Las políticas lingüísticas*. Buenos Aires: Edicial, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CAVALCANTI, M. & MOITA LOPES, L. P. *Implementação da pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro*. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, n. 17, 1991.
- FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. *Educação a Distância: o estado da arte*. Pearson Education do Brasil: São Paulo, 2009.
- FREITAS, Alice Cunha de; CASTRO, Maria de Fátima F. (Orgs.). *Língua e literatura: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997. pp 33-41.
- GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino. Exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- GREGORY, Michael; CARROLL, Susanne. *Language and situation: language and society*. London, UK: Western Printing Services Ltd, 1978.
- IBGE. Banco de Dados Agregados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2012.
- HAGÈGE, Claude. *Halte à la mort des langues*. Paris: Ed. Odile Jacob, 2001
- KRAMSCH, Claire. *Context and Culture in Language Teaching*. Oxford: OUP, 2000.
- LAZAR, Gillian. *Literature and Language Teaching*. Cambridge. CUP, 1993
- LICERAS, J.M., La adquisición de las lenguas extranjeras. Madrid, Visor, 1992, pp. 143-152.
- LYONS, John. Linguística. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- MARTIN, Robert. *Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, São Paulo: Parábola, 2003. p. 161-180.
- MASON, R.; KAYE, A: R. (1989(Eds) - *Mindweave: communication, computers and distance education*, Oxford, Pergamon Press.
- MEC. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/seb.

- Nuñez, Carlinda Pate et alii. *O Teatro Através da História*, vol.1: O teatro ocidental. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, Entourage Produções Artísticas, 1994.
- PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- RIVENC, Paul. *Pour aider à communiquer dans une langue étrangère*. Paris: Didier Éruditions, et Centre International de Phonétique appliquée, 2001.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- SILVA, Aracy Lopes & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org). *A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC / MARI / UNESCO, 1995.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- TRUDGILL, Peter. *Sociolinguistics: an introduction*. Great Britain: Penguin Books, 1974.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Faculdade de Letras. *Projeto Político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Português*. Maceió, AL, 2007.
- VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (Orgs.) *As dimensões do projeto político-pedagógico*. São Paulo: Papyrus, 2001.

ANEXOS
LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS
ANEXO I

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

Silke Weber DCNeds

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS

Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de **currículo**, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se **currículo** como *todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso*. Essa definição introduz o conceito de **atividade acadêmica curricular** – *aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador*, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- eliminar a rigidez estrutural do curso;
- imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder

não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno.

Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades lingüísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários.

2. Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações lingüísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e

comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

3. *Conteúdos Curriculares*

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos **Estudos Linguísticos e Literários**, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

4. *Estruturação do Curso*

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

5. *Avaliação*

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- pela orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

ANEXO II

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.^(*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;
- e) as formas de avaliação

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

^(*) CNE. Resolução CNE/CES 18/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

ANEXO III

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.^(*)

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “F”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

^(*) CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

ANEXO IV

22/08/2016

Decreto nº 5626



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), e o [art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#).

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilingüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilingüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e linguistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO IV

DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilingüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

- I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e
- II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de extensão universitária; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

- I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;
- II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;
- III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em

tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o caput atuará:

- I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;
- II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e
- III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

CAPÍTULO VI

DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

- I - escolas e classes de educação bilingüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilingües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II - escolas bilingües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilingüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtítuloção por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO VII

DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU
COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

- I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
- IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;
- VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;
- VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;
- IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e
- X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

CAPÍTULO VIII

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS
PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de

atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o [Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000](#).

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184^ª da Independência e 117^ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005

ANEXO V



RESOLUÇÃO Nº 001/2017, de 31 de maio de 2017.

ESTABELECE NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE LETRAS – ESPANHOL, FRANCÊS, INGLÊS E PORTUGUÊS.

O Colegiado do Curso Presencial de Letras, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONSIDERANDO** as indicações de reformulação feitas pela **Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** e aprovadas pelo **Núcleo de Desenvolvimento Estruturante (NDE)**,

RESOLVE:

Estabelecer regulamento que orienta o processo de elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas, incluindo as atribuições do coordenador do TCC, do orientador e do orientando.

CAPÍTULO 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O objetivo geral do TCC é propiciar aos/às alunos/as do Curso de Letras a oportunidade de produzir um trabalho acadêmico-científico relacionado aos estudos linguísticos e literários, constantes do desenho curricular de Letras, e elaborado segundo as normas contidas no *Padrão UFAL de Normalização ou na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)*.

Art. 2º - O TCC de Letras consistirá em uma pesquisa de caráter monográfico, apresentada em forma de monografia ou artigo científico.

Art. 3º - A pesquisa do TCC deverá ser desenvolvida individualmente.

Art. 4º - Sobre o período de desenvolvimento, esta resolução estabelece que a pesquisa do TCC terá início no 6º período na disciplina Metodologia do Trabalho Científico a partir da elaboração do projeto do TCC e da escolha do orientador; no 7º período, o orientador entregará um relatório de atividade (cf. modelo em anexo nesta resolução) com atribuição de nota ao coordenador de TCC e, no 8º período, o aluno entregará a versão final do TCC ao orientador.



CAPÍTULO II DO COORDENADOR DE TCC

Art. 5º - Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) serão coordenados por um/a professor/a do Curso de Letras, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), preferencialmente integrante do colegiado de graduação e nomeado/a pelo/a Diretor/a da Faculdade, através de Portaria, por um período de dois anos letivos, podendo ser reconduzido/a.

Parágrafo Único: atribuições do coordenador. O/A coordenador/a se compromete a receber e assinar as cartas de aceite que são arquivadas na secretaria da coordenação; encaminhar alunos/as para possíveis orientadores/as, no caso de ainda não ter havido contato entre ambos (docentes e discentes); orientar os/as alunos/as sobre os procedimentos para efetuar a conclusão do curso; manter arquivo atualizado com a lista de orientadores e orientandos de cada curso; solicitar da coordenação lista atualizada de possíveis concluintes a cada semestre; manter constante diálogo com o professor da disciplina Metodologia do Trabalho Científico; ser responsável pela disciplina Trabalho Conclusão de Curso I e receber relatório de desenvolvimento do TCC que será encaminhado para arquivamento na secretaria da coordenação.

CAPÍTULO II DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 6º - Poderão ser orientadores de TCC professores/as tanto da FALE quanto de outros Cursos da UFAL, desde que estes tenham produção e/ou experiência vinculada à área de estudos do trabalho.

Art. 7º - O orientador deve entregar carta de aceite assinada, que terá validade de três períodos letivos, ao orientando.

§ 1º - A carta de aceite deverá ser encaminhada a partir do 6º período letivo na disciplina Metodologia do Trabalho Científico, na qual se inicia a elaboração do projeto de pesquisa.

§ 2º - Após assinada, a carta de aceite deverá ser entregue pelo orientando ao coordenador de TCC.

Art. 8º - Compete ao/à orientador/a:

- a) acompanhar sistematicamente o trabalho dos/as orientandos/as;



- b) entregar ao/à Coordenador/a do TCC a ficha de acompanhamento das atividades do TCC desenvolvidas no 7º período pelo/a orientando/a;
- c) encaminhar o TCC à banca examinadora em tempo hábil para avaliação;
- d) presidir a banca examinadora;
- e) preencher a ata de avaliação do TCC, indicando os nomes dos examinadores e as respectivas notas;
- f) comunicar à Coordenação do Curso de Letras a composição da banca examinadora.

Art. 9º - Orientador/a e orientando/a poderão desfazer o vínculo autorizado pela Coordenação de Graduação, mediante justificativa.

Art. 10º - O/A orientando/a, de comum acordo com seu/sua orientador/a, pode solicitar a colaboração de um/a docente co-orientador/a.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de incompatibilidade entre orientador e orientando devem ser encaminhados ao coordenador de TCC para os devidos encaminhamentos.

CAPÍTULO III DO ORIENTANDO

Art. 11º - O/A aluno/a deverá solicitar orientação a um/a professor/a da Fale ou de outras Unidades Acadêmicas da UFAL, de áreas afins, que lhe dará uma carta de aceite.

§ 1º - O/A aluno/a que estiver sem orientador/a deverá encaminhar ao/à Coordenador/a do TCC uma solicitação de orientação, acompanhada da proposta do trabalho, para as devidas providências.

Art. 12º - Compete ao/à orientando/a:

- a) participar das reuniões e sessões de estudo convocadas pelo/a orientador/a;
- b) cumprir os prazos fixados para a entrega de atividades;
- c) apresentar o TCC em conformidade com o Artigo 16 e subsequentes.

Art. 13º – O/A orientando/a deve entregar a monografia ao orientador no prazo máximo de sessenta dias antes do término do 8º período, em 3 exemplares, para ser encaminhada aos membros da banca examinadora.



§ 1º – O/A discente tem até quinze dias após a divulgação do resultado da banca para entregar a cópia definitiva à Coordenação.

§ 2º - A versão definitiva do TCC, no formato CD e impresso (encadernação simples), deve ser entregue à coordenação, acompanhada da ata, devidamente preenchida.

CAPÍTULO IV DA BANCA EXAMINADORA

Art. 14º – O TCC será avaliado por uma banca examinadora, presidida pelo/a orientador/a da monografia, e composta por mais dois/duas docentes da Fale, de outras unidades acadêmicas da UFAL, ou de instituições públicas de ensino superior.

Art. 15º – Os/as integrantes da banca examinadora, a contar da data prevista no Art. 12, têm o prazo de até vinte dias para proceder à leitura e à avaliação da monografia.

§ 1º - Cada integrante da banca examinadora receberá uma cópia do TCC impressa e encadernada de forma simples.

§ 2º - A apresentação do TCC é facultativa, ficando a critério do/a orientador/a.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 16º – Os critérios de avaliação do TCC serão os seguintes:

- a) relevância do tema;
- b) adequação da fundamentação teórico-metodológica ao tema;
- c) equilíbrio e inter-relação na divisão das partes do trabalho;
- d) utilização da linguagem acadêmica na redação; e
- e) atendimento aos padrões e às normas técnicas de produção de trabalhos científicos presentes no *Padrão UFAL de Normalização* e/ou nas mais recentes normas da *Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)*.

Art. 17º - A nota final do/a aluno/a será a média ponderada entre a média aritmética das notas atribuídas pela banca examinadora.

§ 1º - Para aprovação, o/a aluno/a deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete inteiros).



CAPÍTULO VI DA FORMATAÇÃO DO TCC

Art. 18º – A formatação do TCC deve apresentar os seguintes requisitos:

- a) a digitação deve ser em espaço 1,5, o papel em formato A-4, a fonte 12, o tipo de letra Times New Roman;
- b) as margens inferior e direita devem ter 2,0 cm cada;
- c) as margens superior e esquerda devem ter 3cm;
- d) a encadernação deverá ser em forma impressa simples, sem a exigência de brochura;
- e) o TCC deve ter, no mínimo, 15 e, no máximo, 50 páginas da introdução à conclusão, caso apresente-se no formato monografia; no formato artigo, deve ter, no mínimo, 15 e, no máximo, 20 páginas.

Parágrafo único – A capa e a folha de rosto da versão definitiva do TCC (monografia ou artigo) deverão seguir o modelo do *Padrão UFAL de Normalização*.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Letras.

Art. 20º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho da Faculdade de Letras.



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO TCC

ALUNO/A:.....

MATRÍCULA:EMAIL..... TEL:.....

ENDEREÇO:

CURSO: ANO DE ENTRADA: TURNO:.....

ORIENTADOR/A: E-MAIL: TEL:

UA: ATUAÇÃO NA FALE: () GRADUAÇÃO () PPGLL () NÃO

PROJETO:.....

.....

ÁREA DO CONHECIMENTO: (...) Estudos Linguísticos (...) Estudos Literários (...) Outros (especifique)

RELATÓRIO SUCINTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Horizontal lines for writing the report summary.

Maceió, _____ de _____ de 20__

ORIENTADOR/A: _____

COORDENADOR/A DE TCC: _____

ESTA FICHA DEVERÁ SER ENTREGUE À COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS ATÉ O PRAZO FINAL DE DIGITAÇÃO DE NOTAS.



**ATA DA REUNIÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO DO/A ALUNO/A: _____**

MATRÍCULA: _____

TÍTULO DO TCC: _____

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ do ano de _____

reuniu-se a Comissão Julgadora do trabalho acima referido, assim constituída:

Prof./a Orientador/a: _____

1º Prof./a Examin./a: _____

2º Prof./a Examin./a: _____

que julgou o trabalho () APROVADO () REPROVADO, atribuindo-lhe as respectivas notas:

Prof./a Orientador/a: _____ (_____)

1º Prof./a Examin./a: _____ (_____)

2º Prof./a Examin./a: _____ (_____)

totalizando, assim a média _____ (_____),

e autorizando os trâmites legais. Estando todos/as de acordo, lavra-se a presente ata que

será assinada pela Comissão.

Maceió, _____ de _____ de _____.

Prof./a Orientador/a:

1º Prof./a Examin./a:

2º Prof./a Examin./a:

VISTO DA COORDENAÇÃO

ANEXO VI



FACULDADE DE LETRAS

RESOLUÇÃO Nº 004/2012 - FALE, de 15 de maio de 2012.

**Estabelece normas para a
realização do Estágio Supervisionado do
Curso de Letras**

O Colegiado do Curso de Letras, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO as indicações de reformulação feitas pela Comissão de Estágio Supervisionado;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas.

CAPÍTULO I DO ESTÁGIO E SUAS FINALIDADES

Art. 2º - O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês fundamenta-se na Lei nº11.788, de 25.09.2008, na Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, na Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002

e na Resolução Nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006 que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

§ 1º. O Estágio é um conjunto de atividades e práticas que consta no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês como Estágio Supervisionado.

§ 2º. O Estágio visa ao desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional docente – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do(a) estagiário(a) para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

§ 3º. Os Estágios Supervisionados em Língua Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa serão realizados a partir do 5º período e deverão contemplar, por exemplo, atividades de ensino, a observação da prática docente e a regência de aulas nos ensinos Fundamental e Médio.

Art. 3º - São objetivos do Estágio Supervisionado:

I. Formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos alunos.

II. Possibilitar a reflexão sobre o cotidiano escolar, a análise dos pressupostos teóricos estudados e sua prática, a fim de que o(a) estagiário(a) possa assumir posicionamento crítico aliado à competência técnica-metodológica e compromisso político do seu papel na sociedade.

III. Possibilitar, por meio do contato constante com as diversas realidades escolares e instâncias educacionais, a reflexão crítica e contextualizada sobre o papel do educador, da escola e do ensino de língua e literatura da sua habilitação ou área de atuação.

IV. Estabelecer formas de desenvolvimento e articulação entre os componentes curriculares teóricos, a dimensão prática, as disciplinas eletivas, as

atividades extensionistas, as ações de formação continuada, os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes da FALE.

V. Proporcionar, ao graduando, condições para a reflexão ao fazer a transposição didática dos conteúdos da área de Letras de suas habilitações para a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio);

VI. Proporcionar, ao graduando, condições para o desenvolvimento das atividades de observação, análise, síntese e reflexão críticas do trabalho pedagógico e da realidade em que atua, enquanto agente do processo ensino-aprendizagem para a formação de cidadãos;

VII. Integrar o Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, às demais Instituições de Educação Básica das redes pública e privada de ensino.

VIII. Tomar a prática como objeto de reflexão organizada e compartilhada, como campo de conhecimento específico do professor;

IX. Envolver-se na prática pedagógica, afetiva e cognitivamente, questionando as próprias crenças, propondo e experimentando alternativas;

X. Promover interações com o corpo docente e discente das instituições parceiras.

Art. 4º – O Estágio Supervisionado deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado pela Comissão de Estágio Supervisionado em conformidade com o Projeto do Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, e, respeitando, o calendário acadêmico.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º – O (A) estagiário(a) deverá receber da Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras os seguintes documentos, no início do semestre letivo:

I – Carta de apresentação do(a) estagiário(a) assinada pela Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras atestando que o(a) estagiário(a) é aluno(a) regularmente matriculado(a) e apto(a) a realizar estágio no semestre.

II – Carta de aceite para que o responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio será realizado autorize o(a) estagiário(a) a cumprir as atividades requeridas de estágio.

III – Ficha de controle das atividades de Estágio Supervisionado na qual o(a) estagiário(a) irá registrar as atividades realizadas.

Art. 6º – Ao término do estágio, o(a) estagiário(a) deverá entregar ao professor responsável pelo Estágio Supervisionado:

I – A carta de aceite assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.

II – O Relatório individual de Estágio Supervisionado.

III – A ficha de controle preenchida corretamente e assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.

CAPÍTULO III DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

Art. 7º – O Estágio Supervisionado será realizado, preferencialmente, em instituições escolares públicas e privadas da Educação Básica, em cursos livres de idiomas, em alguns órgãos da UFAL, bem como projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, desde que apresentem condições para:

- I. Planejamento e execução conjunta das atividades de estágio.
- II. Aprofundamento dos conhecimentos prático-teóricos a partir das experiências vividas em situações concretas das atividades de estágio.

Art. 8º – O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em mais de um instituição pública ou privada, na área de formação do aluno.

Parágrafo único – O(A) estagiário(a) deverá, preferencialmente, exercer as atividades de regência na instituição em que desenvolveu o Estágio de observação.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS

Art. 9º – Ao Coordenador do Curso compete:

- I. Indicar um membro da Comissão de Estágio Supervisionado como Coordenador de Estágio Supervisionado;
- II. Designar a Comissão de Estágio Curricular Supervisionado responsável pelas providências necessárias à efetiva realização do Estágio;
- III. Arquivar por dois anos os documentos comprobatórios dos estagiários (os relatórios de estágio supervisionado assinados pelo professor supervisor e pelo(a) estagiário(a), as fichas de controle de estágio supervisionado e as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado).

Parágrafo único – A Comissão de Estágio Curricular Supervisionado será composta pelo coordenador do Curso de Letras, pelo coordenador de Estágio e por Professores Responsáveis pelo Estágio Supervisionado, lotados na Faculdade de Letras.

SEÇÃO II

DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 10º – É de competência do Coordenador de Estágio:

- I – Disponibilizar horário, na coordenação do curso, para planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades propostas referentes a essa atividade curricular.
- II – Convocar a Comissão para as reuniões.
- III- Organizar a participação dos integrantes da Comissão nas discussões de planejamento e desenvolvimento do Estágio Supervisionado.
- IV – Vistar, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios recebidos dos professores responsáveis pelo Estágio Supervisionado.

V – Entregar os documentos comprobatórios dos estagiários ao Coordenador de Graduação no final de cada período letivo.

Art. 11º – Em relação aos alunos, cabe ao Coordenador de Estágio Supervisionado:

I – Prestar esclarecimentos a respeito de dúvidas gerais sobre a realização dos estágios.

II – Divulgar dias e horários de atendimento.

SEÇÃO III DA COMISSÃO DE ESTÁGIO

Art. 12º – À Comissão de Estágio compete:

I. Avaliar, propor mudanças, se necessário, e aprovar os Planos de Estágio Supervisionado e os instrumentos de avaliação;

II. Viabilizar o desenvolvimento e o acompanhamento do Estágio Supervisionado;

III. Participar do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado e estimular a participação dos demais professores do Curso nesse evento;

IV. Resolver os casos omissos, considerando a legislação vigente.

SEÇÃO IV DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ESTÁGIO

Art. 13º – Ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado compete:

I. Aprovar o Plano de Estágio apresentado pelos estagiários, levando em consideração os objetivos estabelecidos nesta Resolução;

II. Encaminhar os estagiários para o desenvolvimento do Estágio em Línguas Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Francesa na Educação Básica, preferencialmente em unidades escolares da rede pública de ensino e/ou escolas de línguas estrangeiras;

III. Organizar o Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado, o qual visa a avaliar as atividades desenvolvidas pelos estagiários;

IV. Fixar e divulgar a data e horário do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado;

V. Acompanhar os estagiários no Seminário de Socialização de Estágio;

VI. Orientar os estagiários para a apresentação de Relatório ao final de cada período letivo em que o Estágio se realiza;

VII. Avaliar o Relatório Final de Estágio;

VIII. Realizar a avaliação final dos estagiários e efetuar o lançamento das notas no SIE WEB;

IX. Recolher dos estagiários sob sua supervisão, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios da realização do Estágio Supervisionado (relatórios de estágio assinados, as fichas de controle de estágio supervisionado, as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado) e entregá-los ao Coordenador de Estágio Supervisionado.

SEÇÃO V

DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Art. 14º – É de competência do(a) estagiário(a):

- I. Seguir as normas estabelecidas por esta Resolução;
- II. Elaborar o Plano de Estágio em comum acordo com o Professor supervisor do Estágio Supervisionado;
- III. Apresentar o Plano de Estágio ao Professor Supervisor do Estágio Supervisionado, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para o início das atividades;
- IV. Acatar as normas da Instituição de Ensino em que ocorrerá o Estágio;
- VI. Apresentar, ao final das atividades, o Relatório de Estágio ao Professor supervisor do Estágio Supervisionado;
- VII. Participar do Seminário de Socialização de Estágio;
- VIII. Apresentar o Relatório de Estágio no Seminário de Socialização de Estágio.
- IX. Ter uma postura ética ao manter um ótimo relacionamento com todos os profissionais da unidade escolar e eximir-se de criticá-los, especialmente no local do estágio.

Parágrafo único – o(a) estagiário(a) que desenvolve seu Estágio na instituição em que trabalha deve fazê-lo fora de suas atividades rotineiras ou dentro delas, desde que contemple um caráter inovador.

CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

SEÇÃO I DO PLANO DE ESTÁGIO

Art. 15º – Deverão constar no Plano de Estágio Supervisionado, obrigatoriamente:

- I. Dados de identificação do(a) estagiário(a);
- II. Identificação do Estabelecimento de Ensino onde será realizado o Estágio;
- III. Pressupostos teóricos dos conteúdos estruturantes;
- IV. Desenvolvimento metodológico dos conteúdos estruturantes a serem aplicados;
- V. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas;
- VI. Bibliografia de consulta e de referência.

Art. 16º – O Plano de Estágio deverá ser apresentado pelo estudante ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado, para análise, discussão e aprovação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para início das atividades.

SEÇÃO II

DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 17º – O Estágio Supervisionado está distribuído em 4 semestres, a partir do quinto período do curso de Letras.

I – A carga horária do Estágio Supervisionado 1 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

15h caracterização

20h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

20h elaboração de relatório

05h socialização das experiências

II – A carga horária do Estágio Supervisionado 2 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

30h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

10h registros sobre a prática

20h elaboração de relatório

III – A carga horária do Estágio Supervisionado 3 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

5h supervisão

10h para caracterização Unidade Escolar

5h entrevistas

15h observação no ensino fundamental

10h elaboração de aula para regência

15h regência no ensino fundamental

5h socialização das experiências e reflexão

10h elaboração de relatório

IV – A carga horária do Estágio Supervisionado 4 contempla 160 horas e está distribuída em:

10 h planejamento

10 h supervisão

30 h para caracterização da Unidade Escolar

10 h entrevistas

15h observação no ensino médio

20h elaboração de aula

15h regência no ensino médio

05 h socialização das experiências e reflexão

20h elaboração de relatório

Parágrafo único: As atividades de Ensino para o Estágio Supervisionado 1 e 2 podem ser:

- observação de aula

- participação em aulas
 - regência de aulas (parcial ou total)
 - participação em eventos culturais, reuniões na escola,
 - realização de rodas de leitura
 - trabalho na biblioteca
 - atividades extra classe (festas, gincanas, atividades culturais)
 - acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem
 - confecção de materiais didáticos
 - análise de material didático
 - observação de práticas em DVD
 - observação e acompanhamento de uma turma-
- referência
- acompanhamento de grupos de alunos
 - pequenos projetos envolvendo o uso de leitura e
- escrita
- oficinas
 - aulas de reforço
 - montagem de peças teatrais

Outras atividades de ensino podem ser consideradas mediante aprovação da Comissão de Estágio.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

1. Apresentação: Situar a disciplina e a discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Ex: Produção escrita – Ortografia - Dificuldades da aprendizagem em LP - Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio, objetivos previamente traçados; como a proposta foi elaborada, dificuldades encontradas no início do estágio e como foi possível seguir o planejamento, etapas da atividade programada e as adaptações que foram feitas.

2. Caracterização da escola - Dados Gerais:

a) Identificação da Escola: Campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento).

b) Instalações da Escola: Infraestrutura e recursos materiais (Biblioteca-dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; Sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio).

c) Organização do trabalho escolar: Calendário escolar; Horários de funcionamento; Índices de evasão e repetência.

d) Prática Sócio-Político-Pedagógica: Identificar a existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; planejamento: como é feito, quem participa; entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores.

3. Diário de Campo: Descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência - registrando os conteúdos abordados, as metodologias, as estratégias adotadas e as avaliações empregadas, as datas de realização e os tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.

4. Análise de dados e produtos de aprendizagem: Relatório que pode ser feito por grupo de atuação (mais ou menos quatro a oito alunos que se revezam nas atividades na Escola). Nessa parte do Relatório, cada aluno ou dupla desenvolve a análise de um produto, resultado do trabalho desenvolvido na Escola: versões de textos, manuscritos, comparação de atividades etc., tendo como base teórica os conceitos discutidos na disciplina e no curso.

5. Considerações finais: O aluno pode abordar questões, tais como a importância do estágio para a formação; dificuldades encontradas e como elas foram superadas; e sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem naquele contexto do estágio.

6. Referências: Autores citados no relatório e nas notas de rodapé.

7. Anexos: Material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio; registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

SEÇÃO IV DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 18º – Para a avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão

consideradas as seguintes atividades:

I. Apresentação dos Planos de Estágio Supervisionado nos prazos estipulados;

II. Frequência às reuniões de supervisão entre o professor supervisor de Estágio e o(a) estagiário(a);

IV. Apresentação do Relatório Final de Estágio, nos quais deverão constar as atividades desenvolvidas e as avaliações anteriores, após a conclusão de todas as etapas, ao professor supervisor;

V. Participação como ouvinte dos relatos de colegas estagiários no Seminário de Socialização;

VI. Apresentação oral dos resultados no Seminário de Socialização de Estágio, coordenado pelo Professor supervisor de Estágio.

Parágrafo único: O estudante que deixar de participar do Seminário de Socialização deverá, mediante a apresentação de justificativa ao Coordenador de Estágio Supervisionado, agendar sua apresentação para o evento seguinte.

Art. 19º – A avaliação de desempenho do(a) estagiário(a), nas diferentes fases dos Estágios de Línguas Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa, é feita pelo professor supervisor que deve considerar:

I.o compromisso e a participação nas atividades propostas;

II.a interlocução e postura colaborativa com o professor supervisor;

III.o desempenho nas atividades pedagógicas;

IV.a capacidade de diagnosticar problemas e propor soluções para situações surgidas no ambiente escolar;

§1º Em cada etapa da avaliação, serão utilizados instrumentos

específicos elaborados pelos professores supervisores e aprovados pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§2º - A nota final referente aos Estágios Supervisionados de Licenciatura em Língua Portuguesa, em Língua Inglesa, em Língua Espanhola e em Língua Francesa deverá ser composta considerando as notas parciais do aluno obtidas quando da realização dos Estágios.

§3º - O Relatório Final do Estágio Supervisionado deverá ser elaborado de acordo com as normas vigentes adotadas pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§4º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser composto pelos relatórios parciais desenvolvidos em cada uma das etapas dos Estágios.

§5º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá conter as assinaturas do estagiário e do seu professor supervisor de Estágio.

Art. 20º - O não cumprimento do previsto nos Artigos desta Resolução implica reprovação do(a) estagiário(a) em Estágio Supervisionado e na obrigatoriedade de realização de um novo estágio.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º – O desenvolvimento das atividades de Estágio prevê as seguintes modalidades:

I – Observação - destinada a levar o estudante à tomada de contato com a realidade educacional, especialmente nas situações que envolvem professor-aluno, bem como elaboração de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares.

II – Regência - destinada a permitir ao(à) estagiário(a) ministrar aulas, aplicar um projeto de intervenção ou outra atividade acerca do processo de ensino e aprendizagem, sob orientação e supervisão do Professor de Estágio.

III – Participação - realizada para permitir ao estudante tomar parte como cooperador em aulas e em outras atividades educativas definidas pelo Professor de Estágio Supervisionado.

Art. 22º – Em acordo com o parecer CP/CNE 028, de 02/10/2001, em caso de aluno em efetivo exercício da atividade docente na educação básica, a carga horária total do semestre poderá ser reduzida, no máximo, em até 50%.

I – o aluno atuando como docente no Ensino fundamental ou Médio, em escola reconhecida pelo MEC/Secretaria da Educação, deverá apresentar à Comissão de Estágio Supervisionado documentação comprobatória descrevendo plano de curso e especificando as atividades e a carga horária.

II – as atividades do monitor em escolas públicas de Alagoas só serão consideradas se o(a) estagiário(a) desenvolver projeto ou atividades na sua habilitação ou área de atuação.

Art. 23º – O(A) estagiário(a) deverá concluir cada estágio em um semestre letivo.

Art. 24º – Nos termos da legislação vigente, o estágio supervisionado obrigatório para qualquer habilitação da Faculdade de Letras, não cria vínculo empregatício.

Art. 25º – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Estágio Supervisionado da Faculdade de Letras.

Art. 26º – A presente Resolução terá vigência após aprovação pelo Conselho da Faculdade de Letras.

Art. 27º – Esta Resolução poderá ser alterada a qualquer tempo, caso a

Comissão de Estágio julgar necessária, e/ou a pedido de um grupo de professores e mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado e do Conselho do Curso da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas - *Campus* A.C. Simões.

Miniauditório Heliônia Cêres – FALE, em 15 de maio de 2012.

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Silva
Diretora da FALE
Presidenta do Conselho da FALE



Projeto Pedagógico aprovado na Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas CONSUNI/UFAL do dia 10 de dezembro de 2019.

Resolução CONSUNI Nº 96/2019

Jorge Luiz Fireman Nogueira

Técnico em Assuntos Educacionais
PROGRAD/UFAL

Edna Cristina do Prado

Coordenadora de Currículo e Acompanhamento
de Projetos Pedagógicos dos Cursos
PROGRAD/UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Pró-Reitora de Graduação
PROGRAD/UFAL